

Cigarrilhas
cubanas
esgotaram
em Portugal

■ P. 22

Óscar Afonso
“Problemas do país
exigem reformas e não
pensos rápidos”

■ P. 32 e 33



Cardoso Botelho
explica porque
a Vanguard
está à procura
de 300 milhões
de euros

■ P. 12 e 13



O Jornal Económico

FIM-DE-SEMANA

Diretor André Macedo Subdiretores Lúcia Simões e Ricardo Santos Ferreira | Preço €3,60 (Cont.) | Sai às sextas | N.º 2307 | 20.06.2025

Solar espanhol regressa para baixar preços

Energia ■ Restrições à importação da energia espanhola terminam hoje. Desde o apagão que o consumo de gás natural disparou em Portugal. E os preços aumentaram no mercado. **P. 10**

“Procuramos sinergias de receitas, não de custos”

Novobanco ■ CEO do BPCE, que comprou o banco português, diz ao JE que aposta é nas empresas e no financiamento da economia **P. 9 e Última**

**Preço pago pelo Novobanco
faz disparar avaliação
da banca portuguesa** **P. 8**

**Franceses continuam
a preferir investir
em Portugal** **P. 4 e 5**



BLOOMBERG

Patrões avaliam programa
e deixam avisos

■ Governo P. 10

Israel e Irão ameaçam
um choque petrolífero

■ Guerra P. 31, 38 e 39

PUBLICIDADE

MINSAIT

For a more
connected
future

minsait.com



PUBLICIDADE

edp
Há mais energia
quando se
paga menos

Eletricidade
a partir de
0,14€
por kWh

edp.pt
Sujeito às condições da oferta. Consulta em edp.pt

PUBLICIDADE

EY Shape the future
with confidence
ey.com

Capas da Semana



■ **Segunda-feira, 16**
Investimento da Lone Star no Novobanco rende 22%



■ **Terça-feira, 17**
Banqueiros satisfeitos com a venda do Novobanco a franceses



■ **Quarta-feira, 18**
Preços da eletricidade disparam mais de 90%

Ângulo Fechado

Uma rede secreta dentro dos serviços secretos

A ABIN, a Agência Brasileira de Inteligência, tem por missão fornecer ao presidente da República e aos seus ministros “informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão”, em questões sobre segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem a defesa, relações exteriores, mas também o desenvolvimento socioeconómico e o desenvolvimento científico e tecnológico. São os serviços secretos brasileiros, que têm estado pouco ocultos, nos últimos tempos, mais ainda nesta semana, depois de o juiz do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro Alexandre de Moraes ter retirado o sigilo do inquérito judicial ao caso denominado “Abin Paralela”, permitindo o acesso ao relatório da Polícia Federal sobre um alegado esquema de espionagem que operava dentro da própria Abin durante o governo de Jair Bolsonaro.

Esta rede investigava a monitorizava personalidades públicas, políticos, incluindo deputados, procuradores, polícias, advogados, juizes e jornalistas, entre muitos outros. Ah! E humoristas.

Em primeiro plano, claro, adver-

sários políticos e críticos do governo. Os mais proeminentes, Alexandre de Moraes e o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, também Arthur Lira, atual presidente da Câmara de Deputados, ou Renan Calheiros, senador e ex-presidente do Senado, foram objeto de uma investigação mais atenta e de um dossier pessoal.

Como num filme, foi utilizado um software específico, o israelita First Mile, que permitia monitorizar telemóveis.

A rede foi utilizada, de forma clandestina, para interferir nas investigações da Polícia Federal contra outro filho do ex-presidente, Renan Bolsonaro, assim como no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro.

As autoridades acreditam que a “Abin Paralela” foi utilizada por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro para fins políticos e pessoais. Foram indiciadas mais de 30 pessoas, incluindo o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, filho do ex-Presidente da República, o ex-diretor da Abin e atual deputado federal Alexandre Ramagem, mas também o atual responsável pelos serviços secretos, Luiz Fernando Cor-

rêa, no que parece um enredo conspirativo cinematográfico.

As autoridades queixam-se, também, da interferência da Abin na própria investigação à “Abin paralela”, recusando entregar informação, queixando-se de perseguição e fazendo uma formação em massa de aparelhos eletrónicos, como computadores portáteis. É aquela parte do filme em que todos correm a destruir documentos.

No relatório que enviou ao STF a Polícia Federal aponta o dedo a Jair Bolsonaro como “responsável criminalmente” por esta rede ilegal, mas este não aparece entre os indiciados, porque já está acusado de associação criminosa na investigação sobre a tentativa de golpe de Estado, onde também surge a “Abin paralela”. Serão a Procuradoria-Geral da República e o STF a encontrar a figura legal para enquadrar Bolsonaro como comandante e beneficiário desta alegada organização criminosa.

Não será um filme, mas uma série, com novos episódios que vão acrescentando aos que já passaram, mas num caso em que a realidade não desmerece qualquer fantasia. Pelo contrário.

Rating

(D) (C-) (C+) (B-) (B+) (A-) (A+)

Lígia Simões

lsimoes@medianove.com



Nicolas Namias
CEO do BPCE

A+

■ Se a venda do Novobanco for concluída, Nicolas Namias assumirá um novo papel na banca nacional. A aposta do grupo francês é de fazer crescer o banco nacional que propõe comprar por 6,4 mil milhões, um valor que surpreendeu o sistema. A forma como conduzir a integração definirá o seu legado internacional no setor.



Luís Montenegro
Primeiro-ministro

A-

■ No arranque da discussão do Programa do Governo, sobram metáforas futebolísticas com Montenegro a garantir estar em campo para “jogar com os dois pés” e “parar a bola com o peito”. Sinalizou vontade de “marcar golos” com Chega e PS e lançou avisos à oposição para necessidade de garantir “estabilidade política”. Governo convoca todos para ir a jogo, reiterando compromisso de diálogo nos quatro anos de legislatura.



Miguel Maya
Presidente do BCP

B+

■ O BCP rompeu, esta semana, a barreira dos 70 centimos e impulsionou PSI para máximos de 11 anos. Com o disparo nas ações de mais de 4%, a dois dias de pagar um dividendo de 0,03 euros, a capitalização bolsista ultrapassou a barreira dos 1,6 mil milhões. Este ano, o BCP acelerou mais de 50% em bolsa, tornando o banco na cotada que mais valorizou entre os pares portugueses.



Pedro Sánchez
Primeiro-ministro espanhol

D

■ Sobre o número três do PSOE, a que pertence Sánchez, pairam graves suspeitas de comissões milionárias na adjudicação de obras públicas. O primeiro-ministro espanhol rejeita a saída, ataca os outros partidos e é criticado pelos seus aliados. Pediu “desculpa e perdão” por corrupção, mas não se livra de uma crise em Espanha que pode colocar em risco a sua sobrevivência política.

OE 2026: Abrir terreno para uma nova reforma do IRC?

O IRC é um dos pilares do sistema fiscal português, com impacto na competitividade das empresas, na atração do investimento e na sustentabilidade das finanças públicas. Com a aproximação da discussão do Orçamento do Estado para 2026, e perante uma aparente convergência da maioria com assento parlamentar sobre o futuro do IRC, parece abrir-se uma janela de oportunidade para uma eventual reforma deste imposto. Desde que entrou em vigor, em 1989, o IRC sofreu várias alterações, destacando-se, entre outras, a sua adaptação à evolução da contabilidade, a redução da taxa nominal (dos iniciais 36% para os atuais 20%), a introdução de regimes simplificados, da tributação autónoma e da Derrama Estadual. A sua última reforma, em 2014, visava alinhar Portugal com as melhores práticas europeias, simplificando e modernizando a tributação direta das empresas e estimulando o investimento privado e a competitividade do sistema fiscal no plano internacional. Contudo, passados onze anos, o sistema dá sinais preocupantes de complexidade excessiva, proliferação de benefícios fiscais de difícil aplicação e de uma grande carga administrativa, sobretudo para as micro, pequenas e médias empresas, que representam mais de 99% do tecido empresarial português. A atual taxa nominal de 20% (16% para os primeiros 50.000€ de matéria coletável das PME), acrescida das derramas e tributação autónoma, após deduções e benefícios fiscais, não reflete a tributação final das empresas. Segundo o INE, a taxa média efetiva de IRC para a generalidade

das empresas situava-se recentemente entre os 18% e os 19%. Ora, não será o momento de aproveitar a (aparente) convergência política sobre a necessidade de reduzir as taxas nominais para iniciar uma verdadeira reforma? O Governo pretende avançar com a redução gradual da taxa nominal até 17%, eliminar progressivamente as derramas (Estadual e Municipal), racionalizar benefícios fiscais dispersos e eliminar exceções e regimes especiais de verificação complexa. O Chega propunha no seu programa eleitoral a descida (gradual) da taxa para 15%, defendendo a IL igual redução (mas imediata) e a eliminação da tributação autónoma, enquanto o PS prometia uma descida do IRC para empresas que reinvestam lucros e valorizem salários. Esta redução da tributação nominal, aliada à vontade de garantir benefícios fiscais mais seletivos e de proporcionar uma taxa efetiva competitiva e estável, numa economia superavitária e com a entrada em vigor das regras do Pilar 2 da OCDE, adotadas por Portugal (que impõem a tributação mínima efetiva de 15% para grandes grupos multinacio-

Esta aparente convergência política quanto à redução das taxas de IRC deveria refletir-se já no próximo Orçamento do Estado, dando-se sinais claros da vontade de reformar um imposto compatível com o mundo e com as empresas de hoje.



José Velez de Lima, Sócio da área de Fiscal e responsável pelo escritório da VdA no porto

nais), são uma excelente ocasião para reavaliar todo o sistema, indo além de meros ajustes. É que para atrair investimento e evitar a deslocação de receitas, a redução das taxas nominais ajuda, mas não basta. Naturalmente, importa recordar que o IRC representa mais de 10% da receita fiscal do Estado (cerca de € 7,7 mil milhões), sendo crucial para o financiamento das funções públicas essenciais. Qualquer redução significativa da taxa terá de ser compensada pelo alargamento da base tributável, o que só será possível com mais investimento, eliminação de benefícios ineficazes e reforço do combate à evasão fiscal.

Uma coisa é certa: deverá reconhecer-se a necessidade de aplicar mecanismos de compensação que se centrem fundamentalmente na redução da despesa pública. O OE para 2026 será, assim, uma oportunidade de ouro para a maioria parlamentar demonstrar que pretende uma estratégia nacional sustentável e de longo prazo para o país. Mas os sinais de convergência entre o Governo e os principais partidos sobre o futuro do IRC devem também proporcionar uma avaliação séria que conduza a uma nova reforma estrutural do imposto que resulte,

rapidamente, na sua simplificação, de forma transparente e cirúrgica. Esta reforma deverá reforçar o papel do IRC como estímulo ao crescimento económico, consolidando a proporcionalidade do imposto, simplificando o apuramento do resultado fiscal e alinhando-o com o resultado contabilístico, reduzindo a complexidade das correções ao lucro tributável, eliminando redundâncias e introduzindo uma tributação nominal que conduza, finalmente, à tributação mínima efetiva alinhada com os 15% do Pilar 2. Será, igualmente, fundamental eliminar instrumentos como a Derrama Estadual e a tributação autónoma, que se tornaram há muito desajustados e contra a lógica do imposto. Em suma, esta aparente convergência política quanto à redução das taxas de IRC deveria refletir-se já no próximo Orçamento do Estado, dando-se sinais claros da vontade de reformar um imposto compatível com o mundo e com as empresas de hoje. Só assim se promove o crescimento económico, a criação de emprego e a sustentabilidade das finanças públicas, colocando o IRC ao serviço do desenvolvimento do país e da competitividade das empresas portuguesas que são muito diferentes das de há onze anos.

França continua a preferir Portugal e vai voltar ao topo

IDE ■ É o terceiro maior investidor do ranking em termos do stock de Investimento Direto Estrangeiro. Apoiado, ainda, pelo número crescente de franceses a optarem por viver em Portugal. E com a compra do Novobanco vai ganhar posição.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

O stock de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) francês em Portugal representa atualmente cerca de 16,6 mil milhões de euros (dados referentes ao primeiro trimestre de 2025), tornando a França o terceiro maior investidor estrangeiro no país. A França responde assim, segundo dados fornecidos ao JE pela Embaixada francesa em Portugal, por 8,2% do stock total de IDE, agora ultrapassada pelo Reino Unido – que assim conseguiu tomar o segundo lugar francês – mas será com certeza por pouco tempo: quando a compra do Novobanco entrar nas contas (só em 2026), haverá com certeza mexidas no topo do ranking.

Para a Embaixada, a instabilidade política explicaria uma desaceleração dos investimentos franceses em Portugal, cujo stock cresceu apenas 2,8% em um ano (contra 8,7% para o stock de IDE britânico).

Mesmo assim, os 16,6 mil milhões do primeiro trimestre de 2025 são ligeiramente mais que os 16,4 mil milhões do trimestre anterior e principalmente que os 16,1 mil milhões do período homólogo de 2024 – mas os crescimentos têm sido muito ligeiros, salienta aquela fonte.

Os franceses que por cá andam

Numa altura em que a imprensa fala com insistência da transformação de alguns bairros lisboetas em verdadeiros 'quartiers' – talvez vivam em Portugal entre 50 mil a 60 mil franceses – as empresas do país de origem têm mais um incentivo a investirem no país de onde saíram uma parte importante das 'travailleurs domestiques' que povoaram os lares parisienses nas décadas de 60 e 70 do século passado – e que um embaixador português em Paris convenceu alguns

franceses, num jantar celebrado num dia 1 de abril, que faziam parte de um contingente de espias arregimentadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Segundo os dados coligidos pela Embaixada, existem cerca de 1.200 filiais portuguesas de grupos franceses. Quase todas as grandes empresas fizeram essa viagem: aqui estão 38 das 40 empresas do CAC 40, o mais importante índice da Bolsa de Paris. Estas filiais dão trabalho a cerca de 104 mil empregados em Portugal, tornando a França o primeiro empregador estrangeiro no país, à frente da Espanha.

As empresas francesas do setor automóvel são um dos grupos mais importantes em Portugal. Empresas como o fabricante de equipamentos Faurecia ou a Stellantis, que possui um centro de produção de veículos ligeiros, ou a enti-

Setor financeiro gaulês em Portugal muito antes de comprar o Novobanco

■ Nos últimos anos, várias empresas francesas ligadas ao setor financeiro escolheram o país como base para criar centros de tecnologia de informação e transferir outras atividades. O BNP Paribas escolheu Lisboa para implantar parte das suas atividades e conta com mais de 1.800 empregados no país. A Euronext, gestora das bolsas de Paris, Amesterdão, Bruxelas e Lisboa, também investe em Portugal, através da criação de um centro tecnológico no Porto, que começou a funcionar em 2017.

O banco de investimento

francês Natixis está presente no Porto desde 2017, sendo muito ativo no capítulo do emprego de qualidade.

Recentemente, o BPCE, segundo maior grupo bancário francês, adquiriu o quarto maior banco português, o Novobanco, por 6,4 mil milhões de euros. Este investimento maciço é o maior no setor bancário da zona euro nos últimos 10 anos. É também o maior investimento francês em Portugal. Permitirá ao BPCE passar para mais de sete mil funcionários em Portugal. E fará com que o stock de IDE francês no país dispare no próximo ano.



A compra do Novobanco por parte do BPCE foi a maior aquisição do setor na Zona Euro em dez anos

dade Horse (do grupo Renault), que mantém a produção de componentes automóveis, estão presentes no país há várias décadas e empregam centenas de pessoas. Estas duas empresas automóveis estão a converter-se à mobilidade sustentável em Portugal, com veículos elétricos para a Stellantis e motores híbridos para a Horse.

No setor das infraestruturas (energia e transportes), a aceleração da transição energética de Portugal gerou oportunidades para empresas francesas como a Neoen, a Voltalia ou a Akuo, nomeadamente na mobilidade elétrica e na energia solar. Com mais de 600 empregados em Portugal, a Engie representa uma boa parte do setor das energias renováveis em Portugal. A entidade entrou em 2019 numa parceria estratégica para a criação de uma joint venture no setor eólico offshore (Ocean Winds). Os investimentos franceses estão também nos setores da aeronáutica, com o grupo Vinci, a Airbus, a Meca-chrome e a Lauak. A França continua também a participar em grandes projetos de infraestruturas em Portugal, nomeadamente ferroviários com a Alstom. Vale a pena não esquecer que, quando o presidente francês, Emmanuel Macron, fez uma visita de Estado a Portugal, em março passado, disse publicamente e mais de uma vez que a França quer ter uma palavra a dizer na privatização da TAP.

O setor das telecomunicações e o digital também é importante para os franceses, desde logo com a Altice, proprietária da Meo. Portugal atrai cada vez mais empresas e start-ups francesas do setor digital: a French Tech Lisboa foi lançada em 2017 e várias empresas francesas de grande valor estão ativas no país, como a Lydia, a Qonto, a Blablacar e a Backmarket. O país é também um destino privilegiado para as atividades de TIC de grandes grupos como a Capgemini ou a Têlêperformance.



Quando esteve em Portugal, Emmanuel Macron venceu bem o seu interesse pela TAP

Interesse francês quer ganhar asas

Investimento ■ Depois de um período de menor dinamismo, os franceses prometem voltar em força e já identificaram os setores que preferem. Mas a TAP pode ser a *piece de resistance* que falta.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

Depois de uma fase em que o investimento direto francês em Portugal ‘perdeu gás’ – e que coincidiu com um período de forte embate político em França, que começou quando o presidente Emmanuel Macron decidiu convocar eleições na sequência dos ‘seus’ maus resultados nas eleições europeias de junho do ano passado – a expectativa é que regressem.

Neste contexto, destacam-se a subcontratação mecânica para a indústria automóvel e aeronáutica, o setor dos serviços, com a criação de centros de serviços partilhados e de backoffice que gerem operações globais a partir de Portugal e o turismo. A que se acrescentam o reforço de posições no setor das energias renováveis e o setor da inovação e do digital, segundo disse recentemente Fabrice Lachize, presidente da Câmara de Comércio e

Indústria Luso-Francesa (CCILF) em entrevista divulgada no site da AICEP.

O setor da distribuição é outro que historicamente tem atraído os investimentos franceses: Auchan, Leroy Merlin, Decathlon, Intermarché, Leclerc, Conforama, La Redoute, e Fnac são algumas das empresas que fazem parte da ‘esquadra’ francesa.

Outro grande investimento é o da multinacional gaulesa Somfy, que vai abrir uma nova fábrica em Felgueiras e criar 800 postos de trabalho até 2025. A empresa de tecnologia doméstica para habitações, tinha em vista um investimento inicial de 30 milhões de euros, que poderá chegar aos 70 milhões até 2030.

A gigante da aeronáutica Airbus é outra multinacional ao olhar para Portugal: a partir de Santo Tirso, espera juntar na sua unidade entre 550 e 600 trabalhadores. Ainda no que tem a ver com a aeronáutica, vale a pena recordar o que disse Macron em março passado: o

presidente francês revelou o desejo de que a Air France e a TAP possam encontrar “uma forma inovadora de casamento”. O grupo Air France-KLM é um dos que já mostraram publicamente o seu interesse na compra de uma participação na TAP e o presidente executivo, Ben Smith, era um dos membros da comitiva que acompanhou Macron na visita de Estado que realizou a Portugal. O Estado francês é o maior acionista do grupo (28%). Numa declaração na altura enviada à imprensa, o presidente executivo afirma que a Air France-KLM “está pronta para apresentar o seu projeto no âmbito do processo de privatização da TAP, que estamos a acompanhar há bastante tempo”. Ben Smith afirmou que o grupo tem grandes ambições em Portugal. “Queremos reforçar a conectividade de todo o país, não só em Lisboa, e investir de forma sustentável na economia local”. E “manter” o famoso hub, “altamente valioso”.

Investimento em Portugal atingiu os quatro mil milhões de euros no último ano

Negócios ■ Aumento foi de 15% face a 2023. Fundos gauleses já compraram 4.435 imóveis detidos por bancos nacionais. Preços e benefícios fiscais entre os motivos de interesse no país.

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

Os investidores franceses continuam a demonstrar um grande interesse pelo mercado português. Esta procura refletiu-se no último ano num investimento de quatro mil milhões de euros, um crescimento de 15%, quando comparado com o ano de 2023, segundo a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), não divulgando o valor correspondente ao mercado imobiliário.

Em relação a este setor, os dados da mediadora Remax destacam que em 2024, o eixo Lisboa-Cascais, os clientes franceses foram responsáveis por 52 transações de imóveis (5,46% do peso local), ocupando o quarto lugar entre os investidores internacionais, atrás dos brasileiros, norte-americanos e russos.

Já no caso da ERA Portugal, os franceses tiveram um ligeiro peso

de 0,6% no valor dos negócios transacionados pela mediadora imobiliária que ficou próximo dos dois mil milhões de euros. No caso dos clientes vendedores em 2025, os franceses são apenas superados pelos portugueses, enquanto nos clientes compradores, além de Portugal, ficam também atrás do Brasil e Reino Unido.

Entre os negócios mais recentes a envolver investidores gauleses sobressai o ‘Project Nest’, do fundo Tikehau, que colocou para venda um lote de cerca de 570 casas que se encontram arrendadas, e que segundo o jornal “Eco” estão avaliadas em 117 milhões de euros.

Os benefícios fiscais, preços, clima e qualidade de vida são algumas das razões apontadas pelos investidores de nacionalidade francesa, que já motivaram a compra pela parte dos fundos gauleses, de 4.435 imóveis detidos por bancos portugueses, naquele que é visto como um sinal de mobilização de grandes volumes de capital e influenciar por outro lado, o mercado.

Por outro lado, são já mais de 30 as empresas imobiliárias de origem francesa presentes em Portugal, de acordo com o “Jornal de Notícias”.

Para este ano as regiões turísticas impulsionadas por um mercado de arrendamento robusto e o aumento da procura internacional vão continuar a marcar o setor imobiliário, sendo que no caso dos investidores franceses, Portugal significa uma oportunidade para diversificar e valorizar os ativos, de acordo com o “Supercasa”.

Já para Portugal, o investimento francês traduz-se em criação de emprego, inovação, reabilitação do parque habitacional e reforço das relações bilaterais com França.

A Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa (CCILF) estima que estejam em atividade cerca de 750 empresas francesas em Portugal.

Fundos franceses já compraram 4.435 imóveis detidos por bancos portugueses. Atualmente encontram-se em atividade cerca de 750 empresas gaulesas no território nacional

Comparar o Algarve às Maldivas? Nem com febre alta...



Joana Santos Silva
CEO e Professora,
ISEG Executive Education

Nos últimos tempos, têm surgido manchetes e conversas de café (e redes sociais) a proclamar que “férias no Algarve estão mais caras do que nas Maldivas”. Esta comparação tem tanto de viral como de absurda. É o clássico exercício de comparar laranjas com maçãs – ou, neste caso, sardinhas com lagostas – ignorando o contexto, os públicos e a natureza profundamente distinta de cada destino.

Começemos pelo mais óbvio: a sazonalidade. Agosto é, para Portugal, o pico da época alta. Para as Maldivas, é praticamente época de saldos. Estamos, portanto, a comparar o Algarve no seu auge – com praias cheias, restaurantes lotados e hotéis à pinha – com as Maldivas em pleno calor húmido e chuvas tropicais. É desonesto e intelectualmente preguiçoso.

Depois, há a questão da segmentação. O turismo não é um produto único e homogéneo. É um setor plural, que vai desde mochileiros que contam tostões até clientes que não olham a preços no Ritz-Carlton. Ainda bem que assim é. O turismo deve continuar a ser um “luxo” acessível a muitos, mas também precisa de oferecer valor a quem procura (e paga por) experiências de excelência. Esta variedade é essencial para criar um setor económico

resiliente, com impacto positivo e sustentado no território.

A ideia de que o Algarve só será competitivo se for barato é um erro estratégico. A lógica da escolha entre volume e valor aplica-se aqui como em qualquer outro setor. O modelo baseado exclusivamente no turismo de massa, de sol e copo na mão, pode encher hotéis e bares por umas semanas, mas não cria valor duradouro para a região – nem protege a sua identidade ou recursos.

É preciso ambição. É coragem para subir o nível. O Algarve não precisa de ser acessível apenas aos britânicos em regime de “*all inclusive*” com cerveja à discrição. Precisa de apostar em experiências autênticas, produtos de qualidade, gastronomia local, sustentabilidade ambiental e hospitalidade de excelência. Isso não significa elitizar, mas sim qualificar. Significa dar ao turista mais do que sol: dar-lhe alma.

Já estive nas Maldivas – duas vezes – e, com todo o respeito pelo nosso Algarve, só com febre alta se troca aquele paraíso tropical por Portimão em agosto. A comparação é ingrata, irrealista e, acima de tudo, irrelevante.

Portugal, e o Algarve em particular, tem de parar de medir o seu sucesso turístico ao centavo e ao copo vendido. A verdadeira diferenciação está na capacidade de oferecer experiências únicas, ligadas à nossa cultura, ao nosso mar, à nossa forma de receber. Precisamos de deixar de competir por preço e começar a competir por valor. E isso só se faz com visão e com alma, não com memes.

Clique

Míssil hipersónico supera Iron Dome

Guerra ■ Batizado de Fattah, “vencedor” em árabe, o míssil hipersónico do Irão foi lançado em junho de 2023 numa cerimónia onde foi apresentado numa cor preta que reflete controlo e poder. Arma de última geração, que viaja a cinco vezes a velocidade do som (6.100 quilómetros por hora) e finta escudos antimísseis e acirra tensão militar no Oriente Médio, foi agora utilizada em ataques que atingiram o centro de Israel e levou a festejos dos Guardas da Revolução por ter destruído as “lendárias” defesas aéreas impenetáveis (Iron Dome ou Cúpula de Ferro) do exército israelita. L.S.



Um buraco chamado Costa



Pedro Lino
Economista

O país está em apuros. Os últimos 10 anos foram catastróficos para Portugal, naquilo que foi uma reversão de décadas do progresso até então alcançado e no que poderíamos ter feito.

Não ficou pedra sobre pedra, desde a saúde, justiça, educação, habitação, imigração e investimento. Criou-se uma dependência do Governo, que felizmente caiu.

Não costumo escrever acerca do país, mas a última gota de água foi a notícia de que o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional o imposto adicional sobre a

banca criado no tempo da pandemia, no governo da geringonça. Desta vez é um prejuízo de 180 milhões de euros, que o Estado vai ter de devolver aos bancos, sem responsabilidades atribuídas a quem criou um imposto ilegal! Assim não há país que aguento.

Este imposto tem dois pais, António Costa e Mário Centeno, e não, não podemos pensar que tudo isto foi inocente. Para equilibrar as contas e mostrar brilharetes criam-se impostos, faz-se tudo, sem ter noção da realidade ou legalidade! Depois quem vem a seguir tem de limpar o lixo. É batota à descarada.

Mas não é só este problema financeiro que temos. Ficámos com o menino nas mãos na questão da habitação e da imigração, também ele expnenciado pelo governo de

António Costa, que não sabendo resolver o problema em Portugal, imagine-se, foi para a Europa!

Em 2023 criou-se uma cortina de fumo com os *Golden Visa*, aqueles

Para equilibrar as contas e mostrar brilharetes criam-se impostos, faz-se tudo, sem ter noção da realidade ou legalidade! Depois quem vem a seguir tem de limpar o lixo



António Mendonça

Bastonário

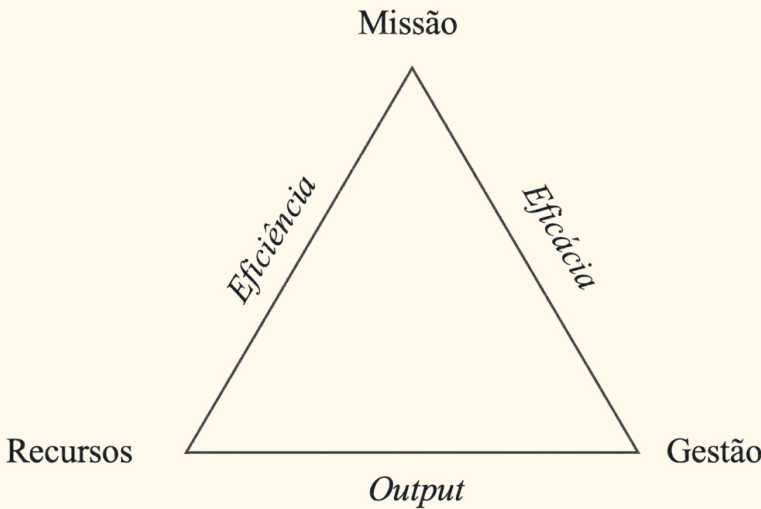
da Ordem dos Economistas

Propõe-se neste artigo uma abordagem sintética e metodológica à problemática da reforma da administração pública. Um tema que se arrasta há décadas, tal qual o novo aeroporto de Lisboa, sobrando em estudos e debates, o que falta em estratégia e decisão. Falamos de reforma da administração pública e não reforma do Estado porque pensamos que esta é mais complexa e transcende a simples intervenção política, remetendo para a transformação da estrutura da própria sociedade.

Propomos para metodologia de discussão um triângulo de vectores que representem a missão, os recursos e a gestão - esta última considerada como a administração integrada e coerente do sistema. No vértice superior do triângulo referenciamos a missão, onde se inclui, para além das funções de soberania e segurança, a promoção do desenvolvimento económico e social, incluindo, a educação, a saúde, e outros serviços fundamentais ao bem-estar colectivo. Na base do triângulo, consideramos os recursos (humanos e técnicos) no vértice esquerdo; e a gestão (dirigentes e modelo de administração), no vértice direito.

A reforma da administração pública deve ser pensada com o objetivo supremo de maximizar o output - representado pela base do triângulo -, entendido como o resultado dos serviços prestados em decorrência do cumprimento da missão e dos objetivos definidos. E, nesta perspetiva, deve ser sujeito a mensuração quantitativa e qualitativa. Esta maximização do output,

A reforma da administração pública



depende dos modos como os outros dois vectores (recursos e gestão) são combinados para responder à missão. O modo como os recursos são aproveitados no seu potencial de produção responde pela eficiência do sistema. Por sua vez, o modo como a gestão assegura o cumprimento da missão e objetivos responde pela eficácia.

A missão, dependerá de escolhas políticas que deverão ser o mais possível consensuais e consagradas constitucionalmente e nas leis gerais. Deverá ser, portanto, um projeto coletivo e um factor de identidade. Por sua vez, os recursos, deverão ser ajustados aos objetivos e resultados desejados, que podem adquirir expressões de curto, médio e longo prazo, incluindo a perspetiva estratégica que integra e dá coerência às ações desenvolvidas nos diferentes horizontes temporais. Neste ajustamento, inclui-se a qualidade e quantidade dos recursos humanos, sem esquecer as condições de atratividade para o exercício das diferentes funções. E, também, os recursos técnicos e tecnológicos que garantam a eficiência do sistema.

A gestão, por sua vez, é o vector que deve dar coerência global ao sistema (representado pelo triângulo de vectores). Deve ser pensada em termos estratégicos e

transcender os ciclos políticos; deve constituir um aparelho de suporte à decisão política e não simplesmente, um instrumento de execução de decisões políticas conjunturais; deve constituir um vector de coerência intertemporal de decisões. E, sobretudo, deve ser capaz de produzir pensamento estratégico autónomo.

Naturalmente que outros aspetos terão de ser considerados, designadamente a desburocratização, a simplificação e eliminação de redundâncias, a transparência e a acessibilidade. Sem esquecer a ética e o respeito pelo cidadão. Mas, tudo isso, dependerá da capacidade de pensar e construir uma administração pública como um ecossistema próprio, com capacidade de intermediar a sociedade e a ação governativa.

Uma administração pública qualificada, motivada e firmemente orientada para a defesa do interesse público permitirá repensar a intervenção política e governativa em novos moldes, mais adequados às necessidades e desafios atuais de desenvolvimento económico e social. Uma intervenção que permita conciliar a maximização do bem-estar económico e social coletivo com o aumento dos graus de liberdade da escolha individua.

malandros culpados pela subida de preços na habitação, muito embora apenas representassem 0,6% das vendas de casas. Serviu para escamotear o verdadeiro problema, as portas abertas que traziam todos os tipos de máfias, como agora se vê pelos restaurante ilegais e lojas fachada que apenas comercializam contratos de trabalho, e que sim precisam de habitação.

E não foi por falta de aviso à segurança interna e à pressão dos preços na habitação, e na economia em geral. Não é possível ninguém pensar, nem o ministro das Finanças à época, que mais um milhão de pessoas não teria um efeito na procura agregada da economia. Tem e não é pouco, como vemos pela subida de preços até hoje.

A Europa precisa de melhores políticos que queiram mudar, olhar para o futuro e não são estes!

Temos de exigir mais de nós próprios e de quem governa a Europa, enquanto vamos a tempo.

FICHA TÉCNICA

Publicado às sexta-feiras.
Propriedade – Media9Par, S.A.. Registo na ERC nº 224087. NIPC 517031558.
Acionistas detentores de mais de 5% do capital - Emerald Media Corporation (70,4%) e Emerald Europe (24,9%) N.º ERC 124955.
Administração – José Carlos Lourenço (CEO), Cristiana de Nóbrega (Administradora) e Raúl Bragança Neto (Administrador).
Conselheiro Editorial – Fernando Esteves
Estatuto Editorial em www.jornaleconomico.pt
N.º de Depósito Legal: 245365/06 - **Sede do Editor e redação** Edifício Tecnologia, 4.1, 71 a 74, 2740-122 Porto Salvo. Tel. 217 655 300.

Diretor do Jornal Económico – André Macedo. **Subdiretores** – Lígia Simões e Ricardo Santos Ferreira. **Redator Principal** – André Cabrita Mendes **Grande Repórter** – Maria Teixeira Alves.
Redação – Almerinda Romeira, Ana Pina (coordenadora de Opinião), António Freitas de Sousa (delegado no Porto), António Sarmento, Bianca Marques, Inês Amado, Inês Correia Botelho, Nuno Braga (coordenador Online), João Barros, José Carlos Lourinho (editor do Online e Multimédia), Melissa Lopes, Rodolfo Alexandre Reis e Tomás Gonçalves Pereira. **Lusofonia** – Nilza Rodrigues (diretora da Forbes), Pedro Mbinza **Económico Madeira** – Ruben Pires. **Paginação** – Rute Marcelino (coordenadora), Gonçalo Sena (coordenador) e Fábio Gomes (tratamento de imagem) **Fotografia** – Cristina Bernardo.
Audiovisuais – Shinara Rianner, Luís Gomes e Tatiana Belmar da Costa **Inovação e Marketing** – Joana Hipólito e Pedro Brando. **Informática** – Ivan Ramos, Wanderley Pereira. **Área Comercial** – Rui Nunes (Head of Digital & New Projects), Filipa Aveliz (Head of Branded Content & Events), Ana Catarino, Carolina Sequeira, Cristina Marques, Cristina Ribeiro, Elsa Soares, Isabel Silva e José Duque **Conferências** – Ana Miranda. **Recepção** – Maria Agostinho **Assinaturas** – Adelaide Agostinho. **Produção e Circulação** – Carlos Martins. **Área Financeira** – Florbela Rodrigues e Mariana Pinto.

Impressão – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp - Distribuidora de Publicações, SA - Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva, Cacém. **Contacto para apoio ao Assinante** – assinaturas@jornaleconomico.pt **Tiragem** – 10 mil exemplares. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem prévia autorização do editor.

Múltiplos da venda do Novobanco valorizam bancos portugueses

Banca ■ Os múltiplos subjacentes ao negócio de venda do Novobanco ao grupo francês BPCE, se aplicados aos seus concorrentes no mercado português fazem disparar o seu valor.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

Com os múltiplos inerentes à compra do Novobanco pelo BPCE, a CGD vale até 16 mil milhões. O BCP vale até 12 mil milhões (no mercado vale 9,72 mil milhões). O Santander Portugal vale até 9,7 mil milhões e o BPI até 5,8 mil milhões, entre PER e P/BV.

As contas são complexas porque dependem da base sobre a qual se aplicam os múltiplos (se a 2024 ou se a 2025) e depende ainda se os bancos são comparáveis na sua estrutura. Mas o que é certo é que o BPCE pagou um preço alto pelo Novobanco dada a dimensão do quarto maior banco e comparando com o valor dos seus concorrentes maiores.

O Grupo Banque Populaire - Caisse d'Épargne (BPCE) anunciou a aquisição do Novobanco por 6,4 mil milhões de euros (por referência a 2025, onde estimam lucros do mais de 700 milhões), representando um múltiplo de avaliação de cerca de 9 vezes os resultados anuais (PER).

É preciso ter em conta que os 700 milhões de resultados (estimados) vão ser gerados ao longo de 2025, vão "ficar" no banco para o novo acionista e já estão incluídos no preço. Outra coisa a ter em conta é o valor dos dividendos (que entre redução de capital e dividendo em dinheiro somam 1.325 milhões de euros) e que já foram recebidos pelos atuais acionistas em 2025, antes da venda que será no início de 2026. Pelo que o PER de 9 anunciado pelo

BPCE não inclui os dividendos e incide sobre o lucro esperado para 2025, que supera 700 milhões (extrapolando o resultado de 177,2 milhões no primeiro trimestre, ascenderá a 709 milhões). Se fosse calculado sobre o lucro de 2024 (744,6 milhões) o Price Earning Ratio seria de 8,6x e não de 9x.

Aplicando o PER de 9 aos lucros dos outros bancos, teremos para a Caixa Geral de Depósitos um valor de cerca de 15 mil milhões de euros se aplicado aos lucros de 2024 (1.735 milhões). Já se aplicarmos a mesma medida aos lucros estimados de 2025 (1,6 mil milhões tendo em conta o lucro do primeiro trimestre de 393 milhões), o valor da CGD é de 13,8 mil milhões.

O BCP, que teve lucros de 906 milhões consolidados em 2024 aplicando o PER de 9 valeria 8,1 mil milhões. Mas se olharmos para um resultado estimado de 2025 de 975 milhões (tendo em conta o lucro do primeiro trimestre de 243,5 milhões), então o valor do banco (consolidado) seria de 8,8 mil milhões.

O BPI, por sua vez, tendo em conta os lucros de 2024 de 588 milhões valeria 5,3 mil milhões.

A compra do Novobanco pelo BPCE por 6,4 mil milhões traduz um PER de 9x e um P/BV de cerca de 1,5x. Aplicados à CGD, BCP, BPI e Santander os seus valores sobem

Mas se fosse sobre os lucros estimados de 2025 (548 milhões tendo em conta os lucros do trimestre de 137 milhões) esse valor baixaria para 4,7 mil milhões.

Por fim, o Santander Portugal valeria 8,9 mil milhões com o lucro de 2024 (990 milhões). Já sobre o lucro estimado de mil milhões para 2025 (extrapolando os lucros do trimestre que foram 269 milhões), seriam 9,7 mil milhões.

No entanto, se ajustarmos o valor da aquisição ao lucro esperado de 700 milhões em 2025 (baixando de 6.400 milhões para 5.700 milhões), então o PER da compra do Novobanco é de 8 vezes o resultado líquido de 2025.

Neste cenário, o valor da CGD seria 13,8 mil milhões sobre lucros de 2024 e 12,8 mil milhões sobre lucros de 2025. O BCP teria um valor de 7,2 mil milhões sobre os lucros de 2024 e de 7,8 mil milhões sobre o hipotético lucro de 2025. O Santander valeria 7,9 mil milhões ou 8,6 mil milhões, e o BPI valeria 4,7 mil milhões ou 4,4 mil milhões (2024 ou 2025).

P/BV de 1,4x a 1,5x na compra

A complexidade aumenta quando a referência é o múltiplo Price to Book Value (P/BV). Isto é, quantas vezes é que o preço da transação supera o valor contabilístico do banco (capitais próprios ou situação líquida). Pois o Book Value muda quando há reduções de capital, *share buybacks*, dividendos e lucros. Portanto a questão centra-se em saber se o P/BV deste negócio tem em conta os capitais próprios do Novobanco de 2024 ou os de 2025, sendo que



Nicolas Namias, CEO do grupo BPCE, tornou-se um protagonista relevante no mercado

este ano já foram distribuídos 1.325 milhões de euros que abatem aos capitais próprios. A dificuldade mantém-se na aplicação aos outros bancos porque em 2025 há *share buyback* (BCP) e dividendos.

O Novobanco tinha em 2024 uma situação líquida de 5.079 milhões e no primeiro trimestre 5.011 milhões. Mas, entretanto, reduziu o capital este ano e distribuiu dividendos em dinheiro. Portanto o Book Value passou a ser de 3,7 mil milhões. Assim os 6,4 mil milhões representam 1,7 vezes o valor contabilístico. Mas também aqui há nuances, pois os 6,4 mil milhões incorporam os lucros esperados de 2025 de 700 milhões. Se juntarmos 700 milhões à situação líquida de 2025 (que passa a 4.454 milhões) temos um P/BV de 1,4 vezes.

O BPCE diz que o *tangible bookvalue* é de 4,9 mil milhões pós dividendos (o P/TBV é de 1,3x). Mas também podemos abater ao valor da transação (aos 6,4 mil milhões) os 700 milhões dos resultados de 2025 e assim passamos a ter um valor da aquisição de 5,7 mil milhões e nesse caso temos um P/BV de 1,5.

Vamos assumir um P/BV de 1,45.

Com este múltiplo a CGD vale 15,8 mil milhões (15 mil milhões tendo em conta valor de 2025, ajustado aos dividendos e 16,3 mil milhões sem ajustar). Já o BCP vale 11,8 mil milhões (consolidado) com valor de 2024 e 12,3 mil milhões com valor de 2025. Mas aos 8.549 milhões de capitais próprios em 2025 do BCP abatemos os dividendos de 453,4 milhões e os 200 milhões de *share buyback* e passamos a ter 7,9 mil milhões de Book Value, passando o valor do BCP então a 11,4 mil milhões. Os valores mudam, ainda, se separarmos o banco da Polónia onde o BCP tem 50,1%. Recorde-se que o atual *market cap* do BCP é 9,72 mil milhões. O que inclui 1,9 mil milhões do valor de mercado de 50% do Bank Millennium.

Por sua vez, com um P/BV de 1,45 o Santander vale 6,6 mil milhões tendo em conta o Book Value de 2024 e em 2025 vale 4,9 mil milhões, valor que baixa para 3,6 mil milhões se, ajustado aos 850 milhões de dividendos. Por fim, o BPI vale 5,8 mil milhões com o Book Value de 2024 e 4,6 mil milhões com Book Value de 2025 ajustado aos dividendos (e 5,3 mil milhões sem ajustar dividendos).



cador português com a aquisição do Novobanco

Investimento da Lone Star rende mais de 22% por ano

■ A taxa de rentabilidade do investimento da Lone Star em 2017, de 1.000 milhões de euros, quando o fundo de private equity vender o Novobanco em 2026, portanto tendo em conta um investimento de nove anos, é de cerca de 22% ao ano, incluindo os dividendos distribuídos em 2025 de 975 milhões e que somam ao encaixe da venda das ações de 4,8 mil milhões de euros em 2026 (por 75% do capital detido pela Lone Star). Isto é, a Lone Star investiu mil milhões em 2017 e recebe ao fim de nove anos 5,8 mil milhões de euros, entre os 4,8 mil milhões de dinheiro pela venda das ações e os 975 milhões de dividendos (brutos). Já se tivermos em conta que o closing da venda do Novobanco é no início de 2026, então teremos de baixar o horizonte temporal do investimento para 8 anos, e nesse caso, a Taxa Interna de

Rentabilidade é de 23,4%. Uma taxa de rentabilidade anual de cerca de 22% é um retorno alinhado com as médias dos investimentos de private equity nos fundos de LargeCap, onde os retornos anuais (IRR – Taxa Interna de Rentabilidade) estão entre os 20% e os 25%. O Estado, por sua vez, vai encaixar 733,4 milhões de euros com a venda do Novobanco, ao passo que o Fundo de Resolução recebe 866,6 milhões com a operação prevista para 2026. Mas a estes valores acrescem também os dividendos distribuídos. Portanto entre venda de ações e dividendos o Fundo de Resolução recebe, com a sua participação de 13,54%, um total de cerca de 1.045 milhões. Já o Estado, através da DGTF, com 11,46%, recebe cerca de 884 milhões, com a venda das ações e dividendos.

“Procuramos sinergias de receitas, alavancando a experiência do BPCE”

Entrevista ■ Crescer, focado nas empresas. Este foi o objetivo do BPCE ao adquirir o Novobanco. Em entrevista ao Jornal Económico, o CEO do grupo faz, também, uma avaliação positiva da economia portuguesa.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

“Claramente, a aquisição do Novobanco irá reforçar a nossa presença na Europa e está perfeitamente alinhada com a nossa ambição de crescer”, afirma Nicolas Namias, CEO do grupo Banque Populaire - Caisse d’Épargne (BPCE), ao Jornal Económico (JE), explicando a compra do banco português por valores que o tornam no maior negócio europeu do setor da banca na última década.

“O nosso plano estratégico, divulgado há um ano, previa o nosso crescimento em três círculos: França, Europa e o resto do mundo”, aponta Nicolas Namias. “A dimensão e a solidez do Novobanco, que é o quarto maior banco comercial português, com uma quota de mercado de 9% em clientes particulares e de 14% em clientes empresariais, estão em linha com esta ambição”, acrescenta.

“O Novobanco é um banco de elevado desempenho em Portugal, com uma quota de mercado significativa e uma forte rentabilidade, com uma Retorno sobre o Capital Próprio Tangível superior a 20%”, refere, ainda.

Crescer, focado nas empresas e no financiamento da economia. Este foi o objetivo do grupo financeiro francês BPCE ao adquirir o Novobanco. Sublinhe-se a atenção às empresas, determinante para o que querem fazer em Portugal a partir de agora.

“Os clientes do Novobanco beneficiarão da *expertise*, dos serviços e das inovações que o BPCE oferece atualmente aos clientes dos Banques Populaires e Caisses d’Épargne, bem como a terceiros”, afirma Namias. “No financiamento empresarial, o Groupe BPCE, o principal parceiro francês para pequenas e médias empresas, utilizará a sua *expertise* para fornecer aos clientes do Novoban-

co um apoio melhorado para o seu crescimento”, acrescenta.

Não tendo uma rede bancária de retalho em Portugal, não poderá contar com sinergias pelo lado dos custos. “Em vez disso, procuramos obter sinergias de receitas, alavancando a vasta experiência do BPCE”, refere o CEO do banco.

Ambiente económico favorável

A decisão de investir no Novobanco reflete a avaliação que o grupo francês faz da instituição financeira portuguesa, mas também da economia do país, que tem crescido, com contas equilibradas.

“Portugal apresenta um ambiente económico favorável que incentiva a inovação e proporciona uma estrutura segura para os investidores. Portugal destaca-se pelo dinamismo da sua economia e dos seus empreendedores, bem como pelas suas perspetivas económicas positivas a médio prazo”, explica o líder do BPCE ao JE. “Prendemos tornar-nos um parceiro essencial para a economia portuguesa, em particular para as suas pequenas e médias empresas e famílias”, refere. “Esta iniciativa reflete também o nosso desejo de ter uma presença real no financiamento da economia, onde quer que operemos”, acrescenta.

O BPCE era o segundo maior grupo bancário francês, no final do ano passado, tendo em conta as operações apenas em França,

e era o quarto maior já muito próximo da Société Générale, contando com as operações internacionais, com ativos totais de 1,54 biliões de euros.

Opera como uma organização mutualista, com acionistas compostos por bancos regionais – 14 Banques Populaires e 15 Caisses d’Épargne (caixas de poupança) – que são propriedade dos seus clientes.

Nicolas Namias, de 49 anos, estratega do desenvolvimento do BPCE, considera que esta estrutura é uma vantagem. “Ao termos os nossos bancos regionais propriedade dos seus clientes, garantimos com eles uma comunidade de interesses, o que nos obriga a ter plenamente em conta as suas expectativas. Este modelo promove a confiança e a lealdade, permitindo-nos focar nas relações de longo prazo e no crescimento sustentável, em vez dos lucros de curto prazo, que podem ser o foco das instituições cotadas no mercado de capitais”, diz.

“O nosso modelo cooperativo proporciona-nos um acesso suficiente a capital, reduzindo a necessidade de depender do mercado bolsista para sustentar o nosso crescimento”, acrescenta.

Mark Bourke, o CEO do Novobanco, e a administração executiva da instituição financeira mantêm-se. “Têm feito um excelente trabalho nos últimos anos. Assim sendo, contamos com o empenho desta grande equipa, bem como com o empenho de todos os colaboradores do Novobanco, que compreenderão o interesse de ter um acionista de longo prazo dedicado ao crescimento do banco. É claro que trabalharemos, tanto na administração como na supervisão, para garantir o nível adequado de controlo, integração e alinhamento com o BPCE”, diz Namias ao JE.

A entrevista ao CEO do BPCE será publicada, na íntegra, na edição diária digital de segunda-feira do Jornal Económico.

“Portugal apresenta um ambiente económico favorável que incentiva a inovação e proporciona uma estrutura segura para os investidores”, diz Nicolas Namias



Apagão ibérico levou Portugal a fechar a torneira das importações, provocando um disparo no uso de gás (mais caro) para produzir eletricidade.

Restrições com Espanha terminam depois de Portugal viciar-se no gás

Apagão ■ Consumo de gás para eletricidade disparou em Portugal depois do apagão e com restrições por segurança. Fim das barreiras com impacto baixista nos preços, mas Espanha tem palavra a dizer.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

Portugal está viciado no gás natural para produzir eletricidade desde o apagão ibérico de 28 de abril. Os dados de maio e de junho demonstram disparos na produção de eletricidade a partir de gás natural.

A situação deve mudar a partir desta sexta-feira com o fim das restrições totais às importações com Espanha, por parte da REN - Redes Energéticas Nacionais. A muito barata energia solar produzida do lado de lá da raia vai voltar em pleno à rede portuguesa.

A partir de hoje, "serão levantadas as restrições anteriormente aplicadas à capacidade de interligação, deixando de existir quaisquer limitações, tanto no sentido importador como no exportador", decisão tomada na sequên-

cia do *blackout* de 28 de abril, anunciou a REN.

Em maio, a produção de eletricidade a partir das centrais de ciclo combinado a gás dispararam mais de 5.000% para 574 GWh. Em junho (até dia 18), a produção de eletricidade a par-

tir de gás natural disparou mais de 300%, segundo a REN.

Ao mesmo tempo, os preços do gás natural estão a disparar nos mercados internacionais com a guerra entre o Irão e Israel, e a possibilidade de fecho do estreito de Ormuz. O gás estava a subir

Relatório do Governo espanhol é "essencialmente político"

■ "Este é um relatório que reflete a preocupação do Governo espanhol, acionista da Red Eléctrica, para descartar responsabilidades", reagiu Nuno Ribeiro da Silva às conclusões sobre as causas do apagão. "É um relatório essencialmente político: não podia deixar de assumir que a Red Eléctrica tem responsabilidades, mas depois tenta espalhar

responsabilidades pelos operadores. É muito marcado politicamente pela pressão a que o Governo espanhol tem estado sujeito", comentou o especialista. O executivo do PSOE apontou culpas à Red Eléctrica, mas também a empresas do setor em Espanha, que reagiram com duras críticas ao trabalho da gestora da rede espanhola.

mais de 5% na quinta-feira no índice de referência para a Europa, o TTF, para mais de 40,6 euros/MWh, nos contratos para entrega em julho.

Os preços no mercado grossista ibérico dispararam mais de 100% esta semana dos 56 euros/MWh na segunda-feira para os 113 euros/MWh negociados para esta sexta-feira, à boleia do aumento da tensão entre Telavive e Teerão e o possível encerramento do estratégico Estreito de Ormuz por onde passa diariamente 20% do petróleo consumido em todo o mundo. O impacto nos preços do petróleo afetam os preços do gás, que afetam os preços da eletricidade.

Estas restrições foram uma "intromissão no mercado", disse ao JE Nuno Ribeiro da Silva "Percebo que tenha havido esta prudência... se acontecesse alguma coisa era um 'aquí de El-Rei'. Como dizemos no Técnico [IST],

houve a componente do coeficiente cagaço" na decisão de restringir as importações, comenta o especialista em energia.

"Com certeza que a REN terá tido garantias do lado de Espanha de que há mais centrais no mix que dão mais resiliência ao sistema. Sentiu-se mais confiante relativamente ao *airbag* do sistema quando há problemas de tensão", acrescentou.

O gestor prevê que haja um impacto baixista nos preços com esta decisão. "As renováveis são mais baratas. Depois, o sistema ibérico em conjunto proporciona sempre preços médios mais baixos do que dois sistemas a funcionar em separado".

Para a Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), o fim das restrições é uma "boa notícia", prevendo um "impacto positivo nos preços", mas com Espanha ainda a ter uma palavra a dizer. "Se Espanha também reduzir a incorporação de gás na rede, e regressarem as renováveis", o impacto baixista é esperado. "Se o mercado estiver a fechar as horas do dia só com renováveis, os preços serão mais vantajosos. Se estiverem a fechar com gás natural, preços mais elevados", explica o líder da APREN Pedro Amaral Jorge.

"Houve um erro de operação de rede, não há nenhum motivo que impeça a incorporação de renováveis", acrescentou.

Apesar das razões de segurança invocadas, o fecho total da fronteira energética teve custos para os consumidores portugueses, com a fatura a atingir 15 milhões de euros nas duas semanas após o apagão, devido aos preços mais elevados praticados em Portugal face a Espanha, por o país não poder desfrutar dos mais de 22 gigawatts de energia solar espanhola (Portugal conta com 3,6 gigas) que afundam os preços ibéricos nas horas em que o sol espanhol mais brilha, apesar do menor consumo nessas alturas. A partir de 7 de maio, foram impostas restrições parciais nas interligações, mitigando o sobrecusto.

"Não podemos ter sol na eira e chuva no nabal, como alguns pensam. Temos preços baratos se estivermos ligados aos espanhóis; se formos mais independentes, os preços são mais caros. E os consumidores querem preços baratos", resumiu o especialista em energia António Sá da Costa.

NUCASE

GRUPO

**Inovação e confiança
para sua eficiência.
De pessoas para pessoas.**



Contabilidade



Recursos Humanos



Consultoria

ENTRE EM CONTACTO CONNOSCO

A NOSSA EQUIPA ESTÁ PRONTA PARA O AJUDAR A ENCONTRAR O APOIO ADEQUADO À SUA NECESSIDADE



214 585 700



geral@nucase.pt

CARCAVELOS + ESTORIL + PAREDE + SINTRA + LISBOA

nucase.pt

José Cardoso Botelho ■ CEO da Vanguard Properties diz que procura “ativamente” entre dois e cinco parceiros de investimento com a “anuência” da família Berda, numa altura em que está a desenvolver os dois maiores projetos imobiliários do grupo, na Comporta e a Foz do Tejo, em Lisboa. A torre Infinity, na lisboeta Campolide, está totalmente vendida e com algumas revendas de apartamentos feitas com aumentos entre 40% e 70%.

“Objetivo é captar entre 200 e 300 milhões de capital próprio”

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

As transformações estruturantes do ponto de vista da sustentabilidade vão possibilitar novas oportunidades de negócio no setor imobiliário. Esta é uma das razões pela qual a Vanguard Properties está no mercado à procura de novos parceiros de investimento, com a “anuência” da família Berda, com quem tem uma parceria de longa data. José Cardoso Botelho, CEO da Vanguard, diz em entrevista ao Jornal Económico que as oportunidades são grandes e que é necessário investimento para as aproveitar, comprando ativos. Para o resto, conta com a banca.

Olhando para o setor em Portugal e a parceria da Vanguard com a família Berda. Continua a existir vontade de investirem no país?

Neste momento estamos a desenvolver os nossos dois maiores projetos, que são a Comporta e a Foz do Tejo. Aachamos, enquanto grupo, que as oportunidades

que aí vêm são de enorme dimensão.

A sustentabilidade é um tema que na habitação, ainda está mal percebido. Vai haver uma alteração radical, pois já não vai ser opcional desenvolver projetos sustentáveis.

Em que sentido?

A legislação europeia mudou e países como Portugal têm que começar a integrar essas inovações legislativas no seu ordenamento jurídico. Questões de redução do consumo de energia em 2028 e depois 2030, a descarbonização da economia, ou seja, os edifícios públicos novos deixam de ser neutros de CO2 em 2028 e os privados em 2030.

Medidas que já estão em vigor para o setor de escritórios. Para se fazer um escritório moderno, é preciso ter uma altura de pé direito, que a maior parte escritórios dos anos 70, 80 e 90 não têm.

Vai haver um movimento muito rápido de conversão de escritórios em edifícios habitacionais e nós queremos participar nisso. Pela primeira vez, com a anuência da família

Berda, estamos ativamente a procurar mais parceiros de investimento.

Parceiros internacionais?

Para já, têm sido todos internacionais. Quase todos europeus, um americano e outro do Médio Oriente. Nos próximos seis meses o nosso objetivo é captar uma quantidade significativa da capital.

Quanto capital querem captar?

A banca portuguesa hoje pode financiar em geral, até 30% da compra de um ativo e 100% do projeto da construção ou renovação. O nosso objetivo será entre 200 e 300 milhões de capital próprio, ou seja, o capital inicial necessário para a compra de mais ativos, porque os outros depois podem ser financiados pela banca local, que aliás, felizmente, está totalmente sólida.

Os bancos estão interessados em investir. Não há notícia de nenhum promotor a falhar.

Parceiros ligados ao setor imobiliário?



Continuamos a ter um rácio altíssimo de venda de produtos usados versus a venda dos novos. Neste momento só há uma casa nova por cada 10 vendidas é, portanto, um rácio baixíssimo e não me parece que isto esteja a melhorar”

Gostamos de falar com entidades que por um lado, nos possam ajudar a encontrar mais clientes e segundo que sejam donos do seu próprio dinheiro ou muita proximidade com o centro de decisão para permitir uma certa agilidade e que acreditem na nossa visão.

O anúncio desses parceiros será este ano? Quantos são?

Sim. Estamos a trabalhar intensamente esse registo. Diria entre dois e cinco parceiros para não tornar a gestão demasiado complexa.

Que análise faz dos primeiros seis meses do setor em 2025?

O mercado está bastante ativo, sejam portugueses ou estran-



geiros. No geral, e daquilo que vou sabendo a grande dificuldade é que existe pouca oferta e, portanto, há pouca coisa para vender. Temos um desequilíbrio muito grande entre a procura e a oferta e, sobretudo, de produto novo. Continuamos a ter um rácio altíssimo de venda de produtos usados *versus* a venda dos novos. Neste momento só há uma casa nova por cada dez vendidas é, portanto, um rácio baixíssimo e não me parece que isto esteja a melhorar.

Continuamos a ter situações nos segmentos mais baixos ou médios com muitos projetos que não estão a avançar por causa dos custos de construção e a indefinição do IVA.

O licenciamento, obviamente, continua a ser um tema e, portanto, diria que 2025 está basicamente parecido com aquilo que se passou nos últimos anos.

Em que segmentos verifica essa falta de construção nova?

Em todos, porque os prazos de licenciamento continuam a ser demorados, embora possam estar melhores nalgumas zonas, mas tudo demora ainda muito tempo. O Simplex se simplificou algumas coisas, complicou outras. Tem inúmeros equívocos e confesso que não teve o impacto que era suposto ter, ou pelo menos foi isto que estaria na génese da nova legislação, que o atual Governo estaria a propor

uma nova solução. Esperemos que com o novo Governo possa ser apresentado um Simplex remelhado para ajudar à resolução deste problema.

Mantém-se o tema da falta e do custo da mão de obra, o tema do IVA porque de facto, há aqui uma indefinição sobre se vai ou não vai haver um IVA a 6% para a reabilitação ou para a construção nova dentro de determinadas. Tudo isso está a fazer com que os promotores, até porque as margens estão muito apertadas por causa dos custos da construção.

Não prevejo para já um acréscimo na oferta.

No vosso segmento também sentem estes problemas?

Sim, o atraso no licenciamento claramente, como tenho vindo a dizer já várias vezes no nosso projeto dos "Terraços do Monte", que agora está a andar, mas que demorou nove anos a ser aprovado.

Se tivéssemos um prazo de aprovação de um projeto e que é perfeitamente possível, porque há vários países que o fazem num espaço de seis meses, já teria feito o quarto edifício com o mesmo dinheiro, o que significa que já tinha entregue quatro vezes mais casas, só teria pago quatro vezes IRC, já teria pago quatro projetos de engenharia, quatro projetos de arquitetura, quatro fiscalizações, o IVA, o IMT, o IMI, mas assim ainda estamos no primeiro, e isto é um custo económico absolutamente gigantesco para todos.

Olhando para os projetos da Vanguard. Que análise global faz das vendas?

No Tomás Ribeiro, a obra e as vendas estão a andar bem. Está em linha com as nossas previsões. Nos Terraços do Monte, concluímos as escavações e contenções periféricas e estamos neste momento a negociar o resto da empreitada. As vendas também ainda não estamos a fazer muita força, mas já temos uma série de apartamentos reservados, sendo que é um prédio muito especial do ponto de vista de posicionamento.

Na Foz do Tejo, que é o nosso maior projeto em Lisboa, já temos licença emitida e estamos a ultimar uma coisa a nível ambiental para poder começar a obra nos próximos meses. Falamos em cerca de 133 mil metros quadrados de construção acima do solo.

Na Comporta as infraestruturas estão concluídas. Abrimos o segundo campo de golfe, com o primeiro jogador pagante, no dia 16 de junho. Faremos a inauguração oficial no dia 4 de outubro. Estamos neste momento em negociações com os grupos hoteleiros e a preparar a construção da parte residencial.

A torre Infinity está totalmente vendida?

Acabamos de vender o último apartamento. Já fizemos algumas revendas. Se tivesse uma bola de cristal, talvez a única coisa que teria feito no caso da Infinity, vendo o tipo de clientela que acabou por escolher ali

estar, se calhar tinha feito uma coisa ainda mais sofisticada.

Porquê?

Porque ao contrário do que a maior parte das pessoas dizem, as pessoas gostam de torres, gostam de edifícios em altura. Esta discussão em Portugal sobre a construção em altura, na minha opinião, é um disparate, até porque se fizer mais edifícios em altura, liberta mais espaço para zonas públicas, para jardins, etc.

Que clientes compraram casa na 'Infinity'?

Quase 60% são portugueses, mas temos pessoas de Angola, Polónia, Ucrânia, Rússia, Reino Unido e poucos de França.

Essas revendas foram feitas por estrangeiros ou portugueses?

As duas coisas. Os vendedores às vezes pensam que os seus clientes, por terem muito dinheiro, não estão muito preocupados se o ativo vai valorizar no futuro. É exatamente o oposto. Os clientes, independentemente do dinheiro que têm estão preocupados em fazer bons negócios, ainda que não seja o objetivo de vender agora, mas pode ser depois.

Qual foi o valor dessas revendas?

Já há revendas entre 40% e 70% [acima do valor inicial]. Fixámos o nosso preço em 2019, obviamente que depois cresceu ao longo do tempo, mas quem tem feito estes negócios de valor superior são os nossos clientes, pessoas individuais, que têm todo o direito de o fazer.

Já têm preços definidos para a Foz do Tejo? Para quando a conclusão de todo o projeto?

Pretendemos que o projeto seja lançado, a obra nas infraestruturas, se possível até ao final deste semestre. Diria que se tudo correr bem em cinco anos será possível construir o projeto. Os preços é segmento de luxo. Ainda não quero estar a entrar nesse capítulo. Teremos moradias de diferentes tipologias e futuramente serão vários edifícios. Os três edifícios em altura e o primeiro edifício que é o que está mais próximo do mar são os mais *premium*. O preço será bastante diferente entre o primeiro andar e o último, como sempre acontece.

Empresas Familiares

■ João Rodrigues Pena Empresário, Gestor e Consultor



Um conto de duas cidades

“It was the best of times, it was the worst of times, it was the season of light, it was the season of darkness, it was the spring of hope, it was the winter of despair.”

[“Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos, foi a idade da sabedoria, foi a idade da insensatez, foi a época da crença, foi a época da incredulidade, foi a estação da luz, foi a estação das trevas, foi a primavera da esperança, foi o inverno do desespero.”]

Charles Dickens, *A Tale of Two Cities*

Como todas as manhãs, António Fernandes passeia pela fábrica, inspeciona os postos de trabalho e troca impressões com os encarregados. “Rafael, acho que estes desenhos originais, começa lá de novo”. António herdou do Pai uma das maiores empresas de fabrico de móveis de Paços de Ferreira, o negócio está-lhe no sangue desde pequeno e adora o que faz. Está com 68 mas o filho mais velho já anda por fora a preparar-se para voltar e tomar o lugar do Pai, não foi fácil convencer o rapaz mas António está convicto que ele vem e vai fazer um bom trabalho.

António é o único acionista e presidente executivo e por isso cedo montou uma equipa de quadros diretivos em quem confia, apesar de não terem uma formação como muitos têm hoje em dia. Mas isso fica para o filho tratar. Fruto de uma carteira de grandes clientes hoteleiros europeus, o negócio sempre correu bem, sem grande esforço comercial e sem as inovações doutras fábricas “Eu faço o que os clientes querem e faço bem, não é preciso mais



nada”. Sabe que o filho não pensa assim porque vê os chineses e brasileiros a entrar no negócio mas já lhe disse para ele não pensar em mudar que assim está muito bem “temos estabilidade, vamos ganhando o nosso e não há que ter medo porque temos o melhor produto do mundo, agora tens de tomar conta disto e passar depois ao meu neto, como o teu avô me passou a mim”

Mais a sul, na Marinha Grande, Manuel Dionísio voa no Bentley da fábrica de moldes para a de plásticos, uns kms uma da outra. Fundou a fábrica de moldes por paixão e a de plásticos veio atrás, continua a gostar mais dos moldes mas ganha muito mais com os plásticos. Sente-se muito bem acompanhado - montou uma equipa executiva top, tem três conselheiros independentes com perfis complementares e dedica-se sobretudo a I&D e à função comercial no exterior, contactos fabricantes automóveis clientes ao mais alto nível.

Como o negócio liberta fundos a sério, Manuel investe muito em crescimento e inovação com retorno rápido. Com 58, Manuel já não se preocupa com a sucessão - os

seus filhos admiram o Pai mas têm outras carreiras em vista. Mas um dia dá por si a pensar no futuro e chega à conclusão que o melhor é vender, tanto faz a quem desde que paguem bem. Ouve alguns consultores, escolhe um e dá-lhe um mandato “Se for preciso até cá fico um tempo como minoritário para fazer a transição.”

Passa-se um ano e as coisas não vão bem para António e ele

Mas dificilmente poderíamos encontrar realidades, espíritos, culturas, visões empresariais e do mundo tão distantes entre si. Há no entanto um ponto em comum – ambos desistiram das suas dinastias familiares

anda seriamente preocupado. O seu filho, depois da principesca formação académica em Inglaterra e nos Estados Unidos, vem a casa no Natal com a noiva. “Pai, descobri que a minha vocação não está no mobiliário, não está aqui na empresa, não está sequer em Portugal – está em tecnologia nos EUA. Vou viver para São Francisco mas deixa estar que volto cá no Natal e talvez no Verão te ver a ti e à Mãe”

E o negócio começou a perder clientes para os tais chineses e brasileiros. O produto deles não é tão bom mas a hotelaria está cada vez mais competitiva... e António não consegue chegar àqueles preços tão baixos. Sente que vai ser inevitável reestruturar a empresa – e a ideia de despedir companheiros de muitos anos tira-lhe o sono. E agora o filho vai-se embora ...

Manuel Dionísio recebera entretanto várias propostas e acaba por fechar negócio com uma Private Equity (PE) estrangeira por um valor que ele considera confortável. Fica com 20% e as condições de sair quando a PE vender e fazer a transição durante três anos. Um belo encaixe que lhe permite montar com os filhos um Family Office profissional para gestão da fortuna familiar. Ah mas ainda tem 20% ... que são ouro. Passados mais uns anos venderá essa quota com um forte prémio graças à valorização conseguida com a gestão da PE sua sócia.

Entretanto em Paços de Ferreira, António Fernandes conclui que vender a empresa é a sua única saída. Fala com o financeiro e com o Banco, recomendam um assessor local e contrata-o para avaliar a empresa e depois colocá-la no mercado. Quando o assessor lhe apresenta a avaliação, António fica lívido “mas como é possível uma das maiores fabricantes de

móveis de Portugal, do Mundo !!! só valer isto ?” O assessor e o gerente de balcão explicam-lhe os cálculos e ele, sem argumentos, aceita e manda avançar. Não aparecem muitos compradores e acaba por vender a um fabricante espanhol com uma boa carteira de clientes a quem lhe interessa a capacidade produtiva de Paços de Ferreira.

António Fernandes e Manuel Domingues são ambos empresários portugueses da mesma geração, viveram no mesmo contexto económico e estão a pouco mais de duas horas um do outro. Mas dificilmente poderíamos encontrar realidades, espíritos, culturas, visões empresariais e do mundo tão distantes entre si. Há no entanto um ponto em comum – ambos desistiram das suas dinastias familiares. Mas enquanto que Manuel vê cedo que não tem alternativa, aceita a realidade e dá a volta por cima reinventando a sua empresa familiar através do Family Office, António arrasta-se em sonhos, cego à realidade envolvente e quando decide agir é tarde demais e sai pela porta da cozinha.

Esta é uma história fictícia, assim como os casos e personagens, mas inspirados na vivência da ARBORIS no meio das empresas familiares. Portugal não é um País de grandes dimensões ... mas cidades como Paços de Ferreira e Marinha Grande podem estar tão distantes como Nova Delhi e Nova Iorque ou, como na obra prima de Charles Dickens, Londres e Paris no final do século XVIII, logo a seguir à Revolução Francesa. O Mundo mudou e muito e quando vender se torna a única saída é o exemplo de Manuel Dionísio que preserva a riqueza da família.

Dourogás investe 135 milhões em biometano e hidrogénio verde

Energia ■ O gás vendido pelo sistema da Dourogás já só é biometano, renovável. Segue-se o hidrogénio verde, que estará a ser injetado na rede dentro de um ano.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

Avançar a todo o gás para longe dos combustíveis fósseis e em direção à exploração de energias renováveis e aos processos de descarbonização da economia. Podemos dizer que é este o objetivo da Dourogás, empresa do setor da energia, muito centrada na distribuição, que tem em curso oito projetos, dois em desenvolvimento e os restantes em preparação, que representam um investimento de 135 milhões de euros.

A Dourogás foi criada para concretizar a rede de gás natural no

interior norte português. Desenvolveu-se, investiu fortemente, nos últimos cinco anos, numa rede nacional para abastecimento de veículos pesados e está a aproveitar essa capacidade instalada, nomeadamente para o biometano e o hidrogénio. “É a utilização de umas infraestruturas que são muito modernas em Portugal, até quando comparadas com outras áreas na Europa”, diz o CEO da Dourogás, Nuno Afonso Moreira, ao Jornal Económico (JE). “As redes de gás têm exatamente também a mesma importância que qualquer rede de eletricidade e podem abastecer as casas, as indústrias, as empresas, mas também a mobilidade. Todos os seto-

res devem ser e merecem ser incluídos na descarbonização. O biometano, os gases renováveis, que incluem o hidrogénio devem ser considerados”, defende.



Nuno Afonso Moreira
CEO
da Dourogás

No ano passado, a Dourogás fechou as vendas de gás com uma incorporação de cerca de 70% de biometano, este ano, a totalidade do gás vendido é biometano, cumprindo o objetivo definido. “Estamos a vender aos nossos clientes, a todos os nossos clientes, exclusivamente biometano, uma pequena parte produzida cá e uma outra parte importada”, explica Nuno Afonso Moreira. “Quando virem passar um autocarro da Carris ou dos STCP, se for a gás natural é 100% renovável, se for elétrico só em parte é que é”, acrescenta.

Além dos projetos-piloto que tem em curso, a Dourogás tem dois projetos de biometano, um com a Resí-

duos do Nordeste, em Mirandela, tendo a primeira injeção de gás na rede sido feita em 2022, e um outro, também em operação, com a Águas do Tejo Atlântico para produção de biometano a partir de lamas da estação de tratamento de águas residuais de Frielas.

Segue-se o hidrogénio

O próximo passo, que está já a ser dado, é no investimento na produção de hidrogénio verde, utilizando água e eletrolisador que aproveita a ligação a parques solares. “Esse hidrogénio é injetado na rede de gás e é consumido pelos nossos clientes um pouco pelo país todo”, em empresas, mas também residências, diz Moreira. Esta produção é acompanhada de garantias de origem.

Dois projetos já receberam aprovação interna para investimento e a expectativa é de que no prazo de um ano estejam concretizados. “E assim Portugal passa a ser, a par de outros países, um país onde a sua rede de gás também tem hidrogénio e outros gases renováveis”, aponta.

PUBLICIDADE

Conferência ADVISORY SUMMIT 2025

Saiba mais
aqui



📅 **02 julho**

📍 **Católica-Lisbon**

Save the Date

INSCREVA-SE

Patrocinadores



EY Law

**PL
MJ**

Transformative
Legal Experts

VIA

Apoio Institucional



**CATOLICA
LISBON**
BUSINESS & ECONOMICS

EXECUTIVES

Organização



**O Jornal
Económico**

Venda da fábrica da Tupperware vai avançar

Negócio ■ A venda da fábrica da Tupperware de Constância vai avançar após a reunião de credores. Este foi mais um passo para a venda da fábrica da Tupperware, de Constância, no distrito de Santarém. O próximo passo é a constituição da Comissão de Credores, em assembleia, marcada para 25 de

junho, no Tribunal de Comércio de Lisboa. Esta Comissão de Credores e o administrador judicial vão depois decidir os valores mínimos de venda e a forma de divulgação e promoção da venda. A fábrica foi declarada insolvente a 10 de fevereiro e deixou 200 trabalhadores no desemprego. A venda da fábrica e dos equipamentos é para saldar os créditos, avaliados em cerca de 10 milhões, dos quais cerca de 9 milhões são devidos aos trabalhadores.

81

Energia ■ A EDP Renováveis vendeu a posição num portefólio solar em Espanha por 81 milhões. A EDPR assinou um acordo com a Tion Renewables através do qual vendeu 100% num portefólio solar de 82 MWAC em Espanha.

Fusões na banca somam 23,5 mil milhões em 2025

M&A ■ O relatório da Oliver Wyman: European Banking M&A Surges in 2025, destaca que houve um recorde de 27 mil milhões de dólares (23,5 mil milhões de euros) em negócios bancários europeus anunciados nos primeiros quatro meses do ano O que é quase o dobro do volume registado no mesmo

período em 2024 e põe as fusões e aquisições no setor bancário europeu no caminho para um ano recorde. Os bancos estão mais valorizados do que em qualquer momento da última década e estão a gerar um excesso significativo de capital (mais de 300 mil milhões de dólares nos próximos 3 anos). Como consequência, assiste-se a uma retoma da atividade de investimento", refere a consultora que fala de uma viragem estrutural no setor.

Hilton entra em Angola com três hotéis em três anos

Investimento ■ Grupo hoteleiro americano vai abrir duas unidades em Luanda e uma outra em Cabinda. Objetivo é triplicar presença em África.

Inês Amado
iamado@medianove.com

O Grupo Hilton vai entrar em Angola com três hotéis, colocando o país no mapa do ambicioso plano de expansão da marca hoteleira em África, onde pretende quase triplicar a sua presença.

Os empreendimentos "Hilton Luanda Hotel Godinho" e "Hilton Garden Inn Luanda Airport" têm abertura prevista para os próximos três anos, enquanto o "DoubleTree by Hilton Cabinda Futila Residences" deverá abrir portas já em 2026.

Com a abertura deste três empreendimentos, a oferta turística em Angola cresce em mais de 400 quartos e cerca de 290 apartamentos, a par de novos centros de conferências, espaços de lazer e restaurantes.

"Esta aposta em Angola reforça a visão da Hilton em expandir a sua presença em África e apoiar destinos emergentes com elevado potencial turístico. A chegada da marca contribuirá para o aumento da atratividade do país junto de turistas, investidores e organizadores de eventos internacionais, além de estimular o turismo interno e regional", diz a tutela liderada por Márcio Daniel, citando representantes do grupo hoteleiro.

Do lado do Instituto de Fomento Turístico (INFOTUR) de Angola, a diretora-geral Allícia San-



O ministro do Turismo (centro) tem procurado captar investimento

tos olha para a entrada do Grupo Hilton no país como "mais uma etapa histórica para o turismo" angolano. "Visa responder à crescente procura por serviços de hospitalidade de qualidade internacional em Angola, contribuindo de forma significativa para o dinamismo do setor turístico no país", analisa a consultora do ministro do Turismo.

De acordo com o Ministério,

Novo marco para o setor da hotelaria em Angola resulta de uma parceria entre o grupo Hilton e investidores angolanos

o investimento decorreu após cumpridas a visita de prospeção e análise de mercado e a definição da estratégia de parceria institucional com o Ministério do Turismo, em parceria com um grupo de empresários nacionais.

"Este novo marco para o setor da hotelaria em Angola resulta de uma parceria entre o grupo Hilton e investidores nacionais, em linha com os objetivos do Governo de Angola de diversificar a economia e promover o turismo sustentável".

O Hilton Hotels & Resorts assinou, em novembro de 2023, um acordo com o grupo angolano Veleiro para a construção de um hotel de cinco estrelas, no espaço do Restaurante Jango Veleiro, à entrada da ilha de Luanda, segundo a "Forbes África Lusófona".

Nove milhões para centro de abacates em Tavira

Agricultura ■ Cooperativa ibérica Trops já tem cerca de 40% da produção em Portugal e quer aumentar eficiência da operação.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

Num investimento que supera os nove milhões de euros, a Trops, uma cooperativa de agricultores espanhóis e portugueses, ampliou as novas instalações em Tavira, no Algarve, inauguradas esta semana, que permitem calibrar e embalar a fruta localmente, aumentando a eficiência da operação ibérica.

A unidade de Tavira, que funcionava até agora apenas como ponto de receção da fruta nacional, passa assim a realizar todo o ciclo logístico e produtivo em território nacional, com 25 novos postos de trabalho.

Atualmente, a Trops tem mais de 1.000 hectares de produção de abacate no sul de Portugal. Este novo centro, com uma área total de 7.195 metros quadrados, resulta da ampliação das insta-

lações da Trops em Tavira, iniciadas em 2020. "Com esta nova infraestrutura, o ciclo logístico e produtivo passa a estar completo em território nacional, reforçando a eficiência, a sustentabilidade e a competitividade do setor frutícola português", revela a empresa liderada por José Linares.

A unidade de Tavira "desempenha também um papel central no apoio aos produtores locais, disponibilizando serviços técnicos especializados, acompanhamento agronómico, formação contínua e apoio financeiro", acrescenta a Trops.

Com esta aposta, a Trops espera criar 25 novos postos de trabalho no seu armazém de Tavira, num total de 30 funcionários.

"Acreditamos profundamente no potencial agrícola do sul de Portugal e no valor dos seus produtores. Este investimento representa mais do que uma ampliação física – é um passo firme na consolidação da presença da Trops no Algarve, num modelo de proximidade, inovação e valorização da produção nacional. Queremos crescer lado a lado com os agricultores portugueses, garantindo-lhes um canal de comercialização justo e sustentável", sublinha José Linares, Presidente da Trops.

Portugal representa 40% da produção ibérica de abacate da Trops. Esta atividade gerou mais de 30 milhões de euros em volume de negócios, "um indicador do forte impacto económico que a Trops tem vindo a consolidar no sul de Portugal", salienta a empresa.



José Linares
Presidente da Trops

CVC, KKR e Macquarie na corrida à Luz Saúde

Saúde ■ Já há uma shortlist de candidatos à entrada no capital da Luz Saúde com uma participação minoritária. A notícia foi avançada pela Mergermarket e confirmada pelo JE. Na segunda ronda para vender uma participação minoritária no grupo privado de saúde, a Fidelidade terá de escolher entre

os fundos de private equity CVC Partners, o fundo de investimento norte-americano KKR e o australiano Macquarie. A seguradora tem um calendário que prevê a receção de ofertas vinculativas (binding offers) em julho, de forma a fechar o negócio ainda antes de agosto. A Fidelidade quer vender uma posição entre os 30% e os 49% e avalia acima de mil milhões de euros o grupo hospitalar dono do Hospital da Luz.

622

Retail ■ Faturação do grupo El Corte Inglés foi a mais alta de sempre, superando 622 milhões de euros, no ano terminado em fevereiro, o que justifica com crescimento e eficiência de gestão, incluindo da operação online.

Espanhóis investem 200 milhões em hotel em Cascais

Hotelaria ■ Investidores espanhóis compraram o Hotel Miragem Cascais, de 5 estrelas, por 125 milhões de euros. O hotel foi comprado ao grupo português GJC Hotels que também conta com o Hotel dos Templários em Tomar, o Hotel Presidente em Luanda, ou o Lago Azul Eco Hotel na barragem de Castelo de Bode.

As famílias Isidro e Ardid, através da Ibervalles e a ARD Investment & Development, vão investir mais 80 milhões para reposicionar o hotel, que conta com 192 quartos, com a reabertura a ter lugar em 2028, segundo o “El Economista”. Conta total: 205 milhões. O objetivo é criar 87 quartos de luxo e 37 casas, que vão contar com os serviços e vão usufruir dos restaurantes, piscinas, ginásio, SPA, zonas comerciais ou zonas de reuniões e eventos.

Fundos e startups interessados em Portugal

Economia azul ■ Interesse foi manifestado na Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos e as autoridades vão explorá-lo, para desenvolver parcerias que levem à criação de mais empresas.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

Diversos fundos de investimento internacionais demonstraram interesse em explorar projetos de economia azul em Portugal e várias start-ups estão a estudar a oportunidade de se fixarem no país, segundo os contactos mantidos pela delegação do Fórum Oceano, entidade gestora do cluster do mar português, à terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos (UNOC3), que se realizou este mês em Nice, França. Portugal assentou arraiais no The Startup Reef, um pavilhão e uma iniciativa promovida pelo

Fórum Económico Mundial e por organizações de investidores e de estudo dos oceanos, como a Swen Capital Markets, a Katapult Ocean, o Schimdt Ocean Institute e o próprio Fórum Oceano. Foram apresentadas 11 startups e dois fundos de investimento em representação do ecossistema português, com projetos para a cadeia de valor bioeconomia, sistemas de propulsão para a indústria naval, novas soluções digitais para a gestão da aquacultura *offshore*, assim como também para energias renováveis *offshore*. “O balanço da nossa participação é muito positivo”, afirma ao Jornal Económico (JE) Ruben Eiras, secretário-geral do Fórum



Ruben Eiras acredita que Portugal tem vantagem na economia azul

Oceano. “Foi muito importante para consolidarmos e estabelecermos novas dimensões de parceria para o desenvolvimento das ações que estamos a fazer, sobretudo a nível do projeto Hub Azul, financiado pelo PRR, de estruturação do ecossistema de inovação da economia azul para a criação de novas empresas em Portugal”, acrescentou.

O Hub Azul tem como principal objetivo contribuir para a descarbonização e para a transformação digital da economia azul, tornando-a “mais competitiva, mais coesa, mais inclusiva e mais sustentável”, aproveitando as oportunidades abertas pelas transições energética e digital. Compreende sete polos de inovação e a Hub Azul School. O estudo The Ocean Economy to 2050, da OCDE, aponta que a economia azul representou entre 3% e 4% do PIB mundial e empregou até 133 milhões de pessoas entre 1995 e 2021. Neste período, a economia azul duplicou para 2,6 biliões de dólares (2,2 biliões de euros), impulsionada pelo turismo e pela exploração de combustíveis *offshore*, e poderá voltar a duplicar até 2050. Ruben Eiras considera que Portugal tem aqui uma oportunidade, já que é dos poucos países europeus que já tem um ordenamento do espaço marítimo feito. “Isto significa que, se existir nas outras dimensões do Estado, licenciamentos claros, uma estabilidade do sistema fiscal clara e todas as dimensões que temos de ultrapassar o nível da economia, sim, será possível Portugal ser pioneiro e ganhar dinheiro de forma sustentável com o mar”, afirma.

Inovação valorizada ■ Portugal tem registadas 47 startups tecnológicas ligadas ao mar e à economia azul. Globalmente, o Hub Azul Dealroom tinha sinalizadas 1.210 startups, no final de 2023, avaliadas em 92,8 mil milhões de euros, com atividade, primordialmente, nas áreas da robótica, do shipping, da tecnologia climática, das energias limpas ou da eficiência energética. Oito das startups portuguesas identificadas, tinham uma avaliação conjunta de 194 milhões de euros, com a Tekever a destacar-se, representando quase dois terços do total. A empresa especialista na construção e operação de drones foi avaliada, no mês passado, na última ronda de financiamento que fez, em 1.172 milhões de euros, superando os mil milhões de dólares (cerca de 872 milhões de euros) e alcançando o estatuto de “unicórnio”. As outras empresas referenciadas no Hub Azul Dealroom eram a Inclita Seaweed Solutions, Oceano Fresco, Cargofive, Meight, Sensefinity, Exogenous Therapeutics e Bitcliq.

PUBLICIDADE

PORTO
MATOSINHOS

01-03
JULY 2025

QSPSUMMIT

THE NEW
STRATEGIC DRIVERS

InCentea analisa mais quatro aquisições para conquistar Espanha

Internacionalização ■ Tecnológica portuguesa quer crescer em Espanha, de forma orgânica e por aquisições, para ser uma referência no mercado ibérico. Objetivo é fazer 20% do volume de negócios do outro lado da fronteira em 2027.

Almerinda Romeira
aromeira@medianove.com

A inCentea, grupo empresarial português de tecnologia especializado em soluções de gestão de recursos (ERP) e de relações com clientes (CRM), sistemas e segurança, partiu à conquista do mercado espanhol. Comprou a Extom Consulting, empresa espanhola que atua na implementação de soluções tecnológicas especializadas no mercado de ERP, com capacidade para a computação na nuvem (cloud), mas ambiciona acelerar o ritmo de crescimento, de forma orgânica, mas também através de aquisições.

“Apostamos fortemente na expansão através das nossas parcerias com os principais players de ERP, nomeadamente a Microsoft, a CEGID e a SAGE”, diz Rui Silva, membro do conselho de administração da inCentea ao Jornal Económico (JE), mas sinaliza aquisições. “Temos ainda em análise mais quatro empresas tecnológicas espanholas nas áreas de soluções de gestão em cloud e HCM [gestão de recursos humanos]”, aponta.

A recém-comprada Extom, integrada no final de 2024, assenta a sua atuação no Cegid XRP Enterprise, uma solução direcio-

nada ao mercado preferencial da inCentea, o dos clientes corporate. Com esta aquisição, a empresa portuguesa, que já operava em Lugo, na Galiza, passa a ter uma posição nos mercados estratégicos de Madrid, Barcelona e Granada, aumentando a cobertura geográfica e disponibilizando um serviço mais personalizado.

Pouco mais de década e meia depois de iniciar a internacionalização, a inCentea opera já em oito mercados. A abrangência geográfica inclui, além de Portugal e Espanha, mais seis países, onde, com exceção de França, se fala português: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Espanha como prioridade

Rui Silva, responsável pelo pelouro internacional na tecnológica, destaca o mercado espanhol como o *driver* prioritário para o crescimento nos próximos anos, reforçando a sua posição como uma referência ibérica no setor das tecnologias de informação, responsável por uma fatia significativa de crescimento do negócio no próximo triénio.

“Queremos terminar o ano de 2025 com 10% do volume de negócios da inCentea em Espanha e atingir 20% já em 2027”,



Rui Silva administrador da inCenteia, tem objetivos ambiciosos para o mercado espanhol

“Queremos terminar o ano de 2025 com 10% do volume de negócios da inCentea em Espanha e atingir 20% já em 2027”, diz Rui Silva

adianta Rui Silva. A previsão para o exercício de 2025 aponta aos 25 milhões de euros de volume de negócios, tendo a empresa o ambicioso objetivo de alcançar os 45 milhões em 2027. A área com maior peso nos negócios é a tecnologia de gestão, sendo complementada pelas áreas de sistemas e segurança.

A empresa encerrou o ano de 2024 com um volume de negócios de 22,8 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 14% face ao ano anterior, com 32% do total da faturação a ser realizada em mercados externos.

Com 38 anos de existência e um total de 380 colaboradores, a inCentea afirma-se como uma empresa com forte apetência de crescimento. Esta forte aposta na internacionalização integra o plano estratégico que será re-

sitado no final de 2027, nos 40 anos de atividade da empresa. Este plano é um compromisso com a mudança, aproveitando a oportunidade para afirmar a inCentea à escala global.

A inCentea, que integra o ecossistema de inovação a região de Leiria, foi este ano selecionada para integrar o programa IPO-ready 2025 da Euronext, uma iniciativa que visa preparar empresas europeias para uma potencial dispersão do capital em bolsa.

“Queremos assegurar que dispomos das ferramentas e do conhecimento necessários para avaliar o mercado de capitais como opção de financiamento futuro”, explicou Fabrício Norte, Finance & Control Director da inCentea. O processo de internacionalização também pode passar por aqui.

“Customização de alfaiate” para faturar 11 milhões em 2025

Investimento ■ O Sendys Group quer investir 800 mil euros este ano e desenvolve soluções de automatização de processos que se adaptem a cada empresa.

Tomás Gonçalves Pereira
tpereira@medianove.com

O Sendys Group tem um leque de empresas que vendem soluções ligadas, sobretudo, à digitalização e automatização de processos, com “trabalhos feitos à medida”. Faturou 10 milhões de euros em 2024 e quer crescer 10% em 2025, com recurso à inteligência artificial (IA).

No mercado português, dispõe de escritórios em Lisboa, Leiria e Cernache do Bonjardim. Depois, está em Angola, Moçambique, Cabo Verde, China e Brasil.

Fernando Amaral, chairman do grupo, explica ao JE que a principal aposta é nos PALOP, por causa dos investimentos dos respetivos governos “ao nível da Autoridade Tributária e digitalização de processos, para dotar as empresas de ferramentas que hoje não existem”. Estas são políticas públicas que vão significar “muito mais negócio”.

O grupo tem quase 150 trabalhadores e está a fazer uma “grande aposta em IA”. Prevê um investimento global na ordem de 800 mil euros em 2025.

Neste momento, as soluções mais vendidas estão ligadas à digitalização e automatização de processos, com “trabalhos feitos à medida”. Isto significa oferecer aos clientes soluções que se enquadrem especificamente nas ope-

rações que os mesmos desenvolvem. Fatores como o pretendem vender, a forma como o querem fazer e em que mercados, entre outros aspetos, são cruciais para desenvolver a melhor solução. Trata-se daquilo que o próprio Fernando Amaral descreve como “customização de alfaiate” ao nível da digitalização, uma vertente que ganha importância no ecossistema empresarial.

“Houve dois aceleradores muito grandes em Portugal nos últimos anos, que foram a pandemia e a Autoridade Tributária (AT), que nos obrigou a estar mais automatizados”, diz.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da IA vai permitir que esta faça um maior volume de trabalhos monótonos, pelo que vão surgir os “reis do prompt”. “Vamos ver se, daqui a 10 anos, o grande talento de uma empresa ou o principal empregado não vai ser a IA”, atira, a respeito do ganho de peso daquelas tecnologias.

Neste mundo cada vez mais globalizado, há muitos mais produtos para comprar, diz, apontando a casos como gadgets e viagens, a título de exemplo. Assim sendo, aumenta a importância de “gerir as expetativas” dos trabalhadores. Reter talento “já não é só o dinheiro”, sublinha o chairman do Sendys Group.

“Na retenção de talentos, o mais difícil é a combinação de todas estas dinâmicas e de todas as forças a gerir a expectativa das pessoas, em que o salário é um dos fatores, mas não o único”, diz.

Trata-se de uma combinação de vários aspetos, “desde o ambiente de trabalho ao projeto e à envolvimento”, reitera. Ao mesmo tempo que convencer uma pessoa de que está no local certo se tornou mais difícil, recrutar talento é hoje mais fácil.

A somar a isto, o desenvolvimento de ‘skills’ sociais ganha peso. O cliente “gosta que as pessoas com quem fala tenham autonomia para lhe resolver o problema”, garante. Num mundo tão digital, “é isto que faz com que o trabalho seja diferenciado”, salienta.



Fernando Amaral
chairman
do Sendys Group

CXsummit

2nd edition

CX redefined:
Driven by People. Powered by AI.

Mais que um evento - é um espaço para líderes trocarem ideias e reinventarem a experiência do cliente.

COMPRE AGORA

26 de Junho | 8:30
Nova SBE Carcavelos

INSCREVA-SE
AQUI



Patrocínios:



Hovione e Nova SBE celebram “parceria de valores”

Educação e Investigação ■ A empresa química-farmacêutica é uma das mais sólidas e antigas parceiras da Escola de gestão e negócios. Diane Villax e Pedro Oliveira reafirmam o compromisso.

Almerinda Romeira
aromeira@medianove.com

A peça de aço preto de 9 metros de altura, da autoria de Rui Chafes, oferecida pela Hovione à Nova SBE para assinalar os 60 anos da empresa de química-farmacêutica, recebe, hoje, um olhar com um brilho especial. Diane Villax deleita-se com as formas que a escultura vai assumindo à medida que nos deslocamos pelo espaço. Aqui e ali, chama-nos a atenção, por fim, diz: “Chama-se Raiz e simboliza algo maior”. Esse algo “é o apoio à investigação e à educação”, “o apoio à qualidade e à excelência”, adianta.

Diane Villax, acionista e membro do *board* da Hovione, e Pedro Oliveira, *dean* da Nova SBE, celebram nesta soalheira tarde de junho, na presença do jornal Económico, uma parceria que vai muito além daquilo que está à frente dos nossos olhos.

“Não se trata apenas de uma parceria ‘toma o dinheiro’ para ajudar a construir o campus - afirma Pedro Oliveira - é uma parceria de valores, que assenta no valor da excelência e chegou numa altura em que não tínhamos tantos amigos como temos hoje, uma parceria que perdurará no tempo”. Destaca o “envolvimento muito forte” da Hovione e de alguns membros da família, nomeadamente de Guy Villax, muitos antes da sua chegada à direção da Escola.

Em setembro de 2028, Guy Villax, na altura CEO da Hovione, celebra com a Fundação Alfredo de Sousa e a Nova SBE um protocolo que torna a empresa parceira estratégica no desenvolvimento do novo *campus* em Carcavelos. O apoio traduz-se numa doação de dois milhões de euros e é retribuído com a inscrição do nome no átrio principal. “Talvez Hovione seja mesmo



Diane Villax e Pedro Oliveira à frente de Raiz, a escultura de nove metros de altura de Rui Chafes que adorna o campus de Carcavelos

A empresa químico-farmacêutica contribuiu com dois milhões de euros para a construção do campus de Carcavelos. A Escola retribuiu chamando Hovione ao atrium principal

o nome que mais se ouve cá dentro. Aqui são as conferências do Estoril, a nossa maior iniciativa, aqui se encontram e estudam os alunos, por aqui se entra...”, diz Pedro Oliveira.

Entrar na Hovione é recuar ao ano de 1959. O nome, conta Diane Villax, resulta das duas primeiras letras do apelido de cada um dos três compatriotas húngaros fundadores da empresa: Nicholas de Horthy, Ivan Villax e Andrew Onody. Ela era o quarto elemento. Pouco depois fica-

Parceria estratégica com NOVA FCT na inovação e expansão

■ A Hovione e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa | NOVA FCT assinaram, recentemente, um acordo de colaboração para promover o intercâmbio de conhecimento científico e apoiar o desenvolvimento contínuo do *campus* da Caparica. O acordo, com a duração de 10 anos, inclui apoios à renovação de um dos edifícios principais da Faculdade e a criação de um Parque de Ciência e Tecnologia na NOVA FCT, dedicado à inovação, conhecimento, sustentabilidade e tecnologia de ponta. Em reconhecimento, o *atrium* principal do Edifício Departamental, por onde passam todos os dias mais de mil estudantes, professores e investigadores ganha o nome Hovione. A empresa vai integrar a plataforma de parceiros e será membro fundador dos futuros conselhos consultivos para o planeamento e desenvolvimento do *campus* e para as áreas da Inovação, Ciência e Sociedade. Também vai atribuir uma bolsa de mérito ao melhor aluno de licenciatura ou mestrado, num curso à escolha.

ram só os dois. Ivan Villax, o marido de Diane, era um investigador químico, empenhado no desenvolvimento de tetraciclina e corticosteroides anti-inflamatórios. “Ele sempre foi o cientista e eu a gestora e financeira da empresa. Cada um sempre teve um papel muito bem definido”, explica-nos.

Pedro Oliveira olha para a Hovione à luz do empreendedorismo de base tecnológica, no seu pioneirismo. “São sempre precisas duas componentes: ‘o técnico/engenheiro que sabe da tecnologia, e o gestor e nem sempre é fácil que essas duas pessoas se juntem num projeto, porque estudaram coisas diferentes, têm paradigmas de conhecimento diferentes... Há muitas empresas onde, pelo menos, nas fases iniciais esse casamento não é nada simples”. Diane Villax admite o factor sorte, a estrelinha. “Nós complementávamo-nos”, sublinha.

Durante mais de três décadas não saiu um cheque da Hovione que não fosse assinado por Diane Villax. O grande salto da empresa dá-se no regresso de Guy Villax do Oriente, após a construção da fábrica de Macau. “A partir de meados dos anos oitenta começamos a expandir”. Além de Portugal, a empresa tem infraestrutura em Macau, na Irlanda e nos Estados Unidos e fatura 500 milhões de euros/ano. Pedro Oliveira aponta a internacionalização como outro ponto de convergência com a Nova SBE.

Em Portugal, a Hovione emprega 1700 pessoas. Tem presença regular nas *Career Fairs* da Escola e recruta pontualmente. As duas partes já testaram algumas colaborações com alunos (ex: PBLs), mas com pouca tração, dado o foco da empresa em perfis muito técnicos (PhDs em áreas como Química). Não é relevante para a parceria.

A ideia de empresa familiar é cultivada na terceira geração Villax. Diane tem 16 netos e deseja o melhor para cada um e para a empresa. Vê o futuro assim: “Acho muito mais vantajoso para eles e para a empresa irem lá fora, serem sucedidos onde quiserem, e depois entrarem, já, ao mais alto nível, trazendo valor adicionado”. Pedro Oliveira tende a concordar: “Sou tentado a beneficiar uma perspetiva em que as pessoas saem (do país) e voltam, podendo entrar na empresa, a outro nível”. O futuro dirá.



Investimento, Inovação e Economia

Tome decisões
que impactam o futuro



**Condições
assinatura
PLUS**

(Digital + Papel)
96,60€ p/ ano

COM ASSINATURA TERÁ ACESSO:

- Leia em digital na web, e-paper ou PDF
- Conteúdos exclusivos, edição semanal e suplementos do JE
- Leia todas as edições publicadas do JE
- Acesso privilegiado às conferências do JE

Conheça as opções
para assinar



Assine em Leitor.jornaleconomico.pt ou ligue **217 655 300**
Contacte por e-mail assinaturas@jornaleconomico.pt

Cigarilhas cubanas esgotadas em Portugal

Rotura ■ Problemas logísticos e procura explosiva dos consumidores asiáticos afetaram o mercado nacional. A importadora oficial, Empor, garante a reposição das cigarilhas até ao início de julho.

António Sarmento
asarmento@medianove.com

As cigarilhas cubanas desapareceram das prateleiras de muitas tabacarias portuguesas, apanhando de surpresa os consumidores habituais. A ausência das marcas Cohiba, Montecristo, Paragás ou Romeo y Julieta deve-se a uma combinação de fatores: o aumento explosivo da procura de tabaco pelo mercado asiático (absorve grande parte das 800 mil unidades produzidas diariamente em Havana) e a problemas logísticos no norte de Espanha, ponto de entrada das cigarilhas em Portugal.

“O período mais drástico aconteceu há cerca de dois meses. Mas a situação será reposta gradualmente, ao nível de marcas e formatos, entre o final do mês de junho e o início de julho”, diz Pedro Rocha, diretor-geral da Empor, a importadora oficial do tabaco cubano para Portugal, ao Jornal Económico.

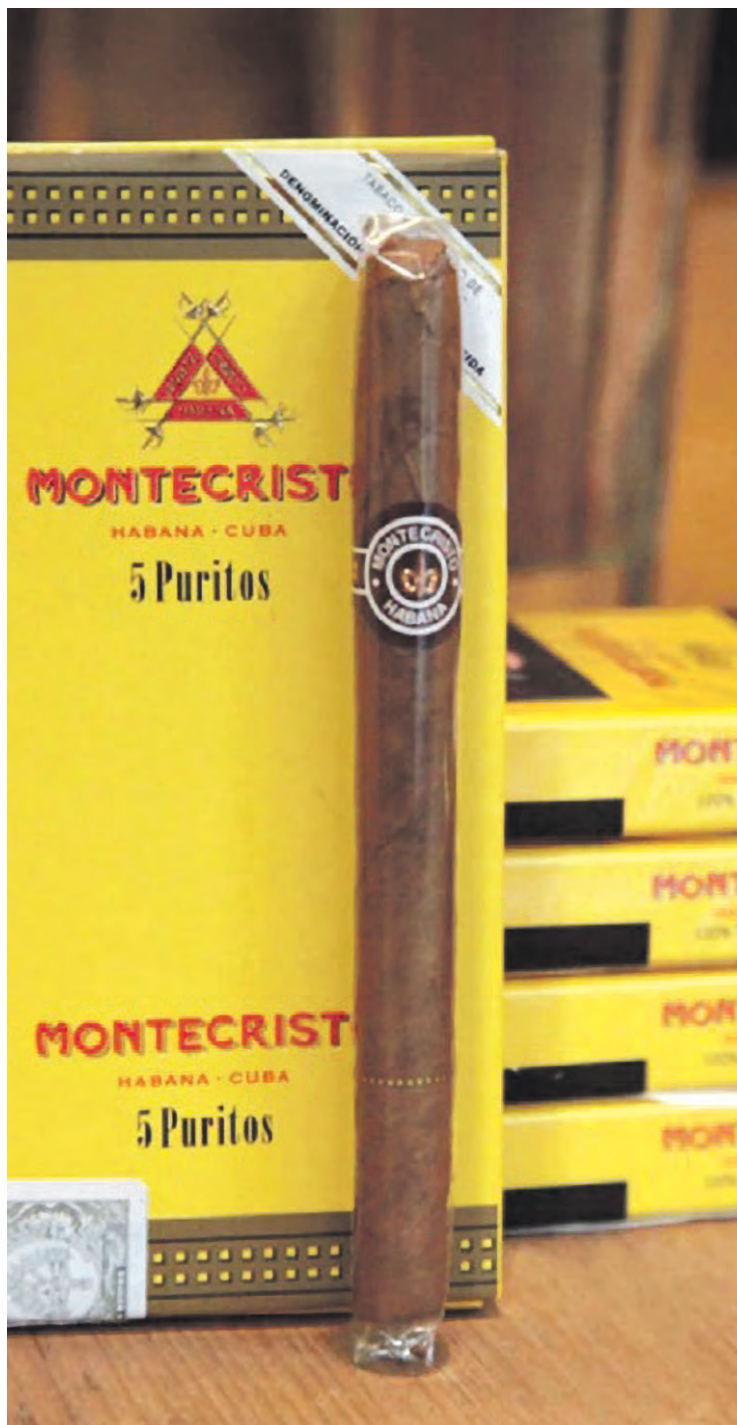
Antes de chegar aos consumidores portugueses, as cigarilhas percorrem um caminho longo e controlado. A viagem começa na fábrica da Internacional Cubana de Tabacos (ICT), em Havana, Cuba, e segue rumo aos *hubs* logísticos no norte de Espanha. Aqui, ocorre uma etapa essencial: a terminação do embalemento, que inclui a aplicação do Identificador Único (IU) – um selo com número de série e QR

Code obrigatório por lei. Foi precisamente nesta fase que surgiram perturbações, que travaram o abastecimento ao mercado português.

“O sistema *Track and Trace* (identificação desde o fabricante até o ponto de venda) obrigou o setor do tabaco a acelerar a sua transformação digital, contribuindo para um controlo mais eficaz sobre o mercado legal. No entanto, foi também um dos principais fatores por detrás da rotura de *stock* das cigarilhas cubanas, evidenciando os desafios da harmonização global de normas num setor com forte presença de produtos importados e tradicionais”, explica Pedro Rocha, diretor-geral da Empor.

Concluído o processo, o tabaco vai para armazéns alfandegados em Lisboa. E, a partir daí, as cigarilhas são distribuídas para as lojas de todo o continente e ilhas.

Neste cenário marcado por uma cadeia de distribuição cada vez mais imprevisível, várias tabacarias especializadas em Portugal e em outros países europeus foram prejudicadas. Com a oferta limitada e o aumento da procura, alguns produtores cubanos dão prioridade a mercados que oferecem maior rentabilidade. E a Ásia é um desses casos. “Nunca houve uma falha tão grande como agora. Desde o final de abril que não abasteço a loja”, diz Getúlio Cabral, gerente da Tabak, em Telheiras, um



A Empor é a importadora oficial do tabaco cubano para Portugal

estabelecimento distinguido com o selo Habanos Point (avaliação que atesta a qualidade do tabaco e os seus métodos de armazenamento). “Atualmente, há uma escassez generalizada de produção cubana, o que torna difícil



Pedro Rocha
Diretor-geral da Empor

manter um *stock* constante de algumas marcas ou vitolas específicas. O mercado flutua bastante e há momentos em que conseguimos certas referências e outros em que isso já não acontece”, acrescenta uma responsável da A4 Tabacarias Premium, em Vilamoura, ao Jornal Económico.

A histórica Casa Havaneza, no Chiado, ainda mantém algum *stock* disponível. Luís Laforga Granjo, 54 anos, genealogista e apreciador de tabaco cubano, comprou ali uma das poucas caixas de cigarilhas ainda disponíveis no mercado. Fã das marcas Cohiba, Montecristo ou Paragás, habituou-se ao ritual de fumar uma cigarilha depois

Fábrica de Havana produz 800 mil cigarilhas por dia

■ A fábrica da Internacional Cubana de Tabacos (ICT), com 64 máquinas, tem capacidade para produzir 800 mil cigarilhas por dia, mas nem isso é suficiente para responder à procura mundial. As exportações aumentaram dez vezes nas últimas duas décadas, apesar das leis anti-tabaco mais restritivas a nível global e da impossibilidade de vender para o mercado norte-americano, devido ao embargo económico que já dura há décadas. “Hoje temos um problema — mas é um bom problema. Os nossos armazéns, os nossos inventários de produto acabado, estão a zero. Tudo o que produzimos, vendemos”, disse o presidente da ICT, Ricardo Soler, à agência de notícias AFP, na fábrica em Havana. A capacidade de produção “não tem conseguido acompanhar a procura”, principalmente na Europa, mas também com o crescimento acentuado na Ásia, acrescentou Soler. A laborar na sua capacidade máxima, a empresa reportou um volume de negócios de 38 milhões de dólares. A fábrica da ICT, inaugurada em 2001, emprega cerca de 400 trabalhadores e funciona sete dias por semana, com 64 máquinas em operação. Estão previstos fortes investimentos para 2025, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção.

de cada refeição. “Quem fuma quer apreciar o aroma e o sabor — e nisso o tabaco cubano é incomparável”, conta.

Luís começou a fumar cigarros, depois experimentou cachimbo, até se converter de vez às cigarilhas. Cultivado em zonas como Vuelta Abajo e Pinar del Río — tem características únicas. “Uma cigarilha demora entre 10 a 15 minutos a fumar. Mas é o suficiente para relaxar enquanto se saboreia um café, se folheia um livro ou se partilha uma boa conversa”.

Enquanto a normalização da oferta não chega, resta aos apreciadores manter a esperança de voltar a saborear, em breve, o requinte do tabaco cubano.

Com o apoio de



Lição aprendida pelo BCE

Política monetária ■ Luis De Guindos, vice-presidente do BCE, comentou que a instituição aprendeu a lição sobre a “impressão agressiva de dinheiro” e que vai prestar atenção aos efeitos colaterais no futuro. Estas declarações são feitas quando o BCE está a rever a sua estratégia de longo prazo, bem como o seu conjunto de instrumentos, após considerar já ter a inflação sob controlo.

Inflação abrandou no Reino Unido

Preços ■ A inflação homóloga do Reino Unido abrandou uma décima em maio, para 3,4%, como esperado, devido à queda das tarifas aéreas, que tinham aumentado em abril, embora a inflação alimentar tenha se fixado nos 4,4%, na sua leitura mais elevada em mais de um ano. A inflação dos serviços, observada de perto pelo Banco de Inglaterra, arrefeceu de 5,4% para 4,7%.

Gás Natural europeu sobe

Energia ■ Os preços do gás natural na Europa subiram na passada semana, impulsionados pela guerra no Médio Oriente, que aumentaram os receios de interrupções no fornecimento global de gás natural liquefeito. O possível bloqueio do Estreito de Ormuz e medidas preventivas do Qatar agravaram o nervosismo do mercado, apesar da estabilidade na oferta europeia.

Guerra no Médio Oriente penaliza mercados

Fecho da bolsa ■ O sentimento dos investidores está a ser afetado pela guerra entre Israel e o Irão e a possibilidade de intervenção norte-americana.

Luís Pinheira

Consultor
da IMF, Informação de Mercados
Financeiros

O sentimento dos investidores tem sido marcado pelo conflito no Médio Oriente, agora entre Israel e o Irão, e pelas possíveis repercussões na produção de petróleo da região. Deste modo, a toada altista registada nos principais índices norte-americanos, S&P 500, Dow Jones e Nasdaq, foi interrompida, enquanto na Europa os índices Stoxx 600 e Dax entraram em correção.

O mercado mostra que está preocupado com o conflito, mas sem registar movimentos particularmente bruscos.

Nos Estados Unidos, o CEO da Amazon, Andy Jassy, afirmou que a implementação da Inteligência Artificial (IA) generativa poderá reduzir a sua força de trabalho total nos próximos anos, mas que, no futuro, serão necessárias pessoas para outras profissões. A empresa está a utilizar a GenAI em todas as operações internas para melhorar a eficiência e a experiência do cliente.

Noutro tópico, Donald Trump, presidente dos EUA, aprovou a

compra da US Steel por 14,9 mil milhões de dólares (cerca de 12,9 mil milhões de euros) pela japonesa Nippon Steel, após 18 meses de negociações. O acordo de venda prevê 11 mil milhões de dólares (cerca de 9,5 mil milhões de euros) de investimento até 2028, o que se espera que faça disparar a capacidade de produção anual da Nippon Steel para 86 milhões de toneladas, face às atuais 63 milhões de toneladas.

Na Europa, a Airbus elevou o

limite superior do seu objetivo de pagamento de dividendos de 30% para 50%. Adicionalmente, na maior feira de aviação do mundo, a Airbus confirmou um acordo de venda de 100 aviões à companhia de aviação low-cost vietnamita VietJet, algo que representa um valor próximo de 6,3 mil milhões de dólares (cerca de 5,4 mil milhões de euros).

Numa outra nota, o gigante francês de energia TotalEnergies anunciou que vai duplicar a sua participação em ativos de gás na Malásia, para ir ao encontro da procura por produtos de energia dos clientes asiáticos. O CEO da empresa afirmou que existe o objetivo de aumentar a parcela do negócio de eletricidade no seu portefólio para 20% até 2030. As ações da Airbus subiram perto de 1,4%, enquanto as da TotalEnergies caíram 0,5%.

Em Portugal, após renovar máximos de maio de 2014, o PSI acompanhou o sentimento europeu, dando início a uma correção. Destaque para a EDP Renováveis (-2%), que anunciou que pretende manter os seus planos para os EUA apesar da “big beautiful bill” apresentada por Donald Trump, que inclui cortes nos apoios aos projetos de energia renovável.

O mercado está preocupado com o conflito no Médio Oriente, mas sem registar movimentos particularmente bruscos



SWIPE NÃO É SUFICIENTE. VIRA A PÁGINA
Na dúvida, lê
Jornal Económico

Tens entre 15 e 18 anos?
Adere à Assinatura Digital gratuita



Subscreve
o Jornal Económico
aqui



A arte do negócio na Feira do Livro de Lisboa

Editoras Além do brilho dos bestsellers, a paixão por livros raros, edições antigas e temas alternativos ganham espaço nas bancas. Há estudantes de liceu à procura de Bíblias e investigadores americanos que vieram a Lisboa para encontrar obras sobre os Descobrimentos.

António Sarmento
asarmento@medianove.com

O norte-americano Brandon Flora Dunlevy, de 25 anos, aproveitou a Feira do Livro de Lisboa para viajar até Portugal e aprofundar a sua investigação académica. Nascido na zona rural de Brownsville, Pensilvânia, recebeu uma bolsa para estudar numa das mais prestigiadas universidades do mundo. “Frequentemente o doutoramento em estudos hispânicos na Universidade de Princeton. Vim a Portugal para realizar algumas pesquisas na Torre do Tombo, mas também para comprar livros sobre os Descobrimentos, a descolonização e a escravidão”, diz o estudante ao Jornal Económico.

Entre as aquisições feitas na feira, destaca uma edição antiga e anotada de “Os Lusíadas”, de Luís de Camões. A obra foi comprada no pavilhão G06, da Livraria Histórica e Ultramarina (LHU), especializada em temas ligados aos Descobrimentos e à expansão portuguesa.

Fundada em 1956, a LHU é uma referência no meio alfarrabista, com um acervo que inclui raridades sobre História, Literatura e Arte Portuguesas, Genealogia, Heráldica e Regionalismos. “Os nossos clientes procuram fontes credíveis, e não apenas o que se ouve dizer”, afirma Maria Teresa Pereira, responsável da livraria. Este espaço é ponto de encontro privilegiado para estudiosos e investigadores, tanto a

nível nacional como internacional. “Os nossos exemplares foram quase sempre comprados a particulares. Antigamente, as pessoas tinham em casa grandes bibliotecas temáticas, um hábito que se perdeu”, explica Maria Teresa, enquanto folheia uma raridade: uma obra de David Livingstone (missionário e explorador britânico que se tornou famoso por ter sido um dos primeiros europeus a terem explorado o interior da África), do século XIX, e impecavelmente estimada. “É uma das jóias da coroa da nossa coleção e custa

mais de 100 euros”, revela.

A edição deste ano da Feira do Livro, que vai decorrer até ao dia 22 de junho, encheu o Parque Eduardo VII com lançamentos de livros, autógrafos, debates e outros eventos literários. Este ano, além de contar com 350 pavilhões e 963 marcas editoriais, apresenta uma iniciativa verde inédita, que permitirá plantar milhares de árvores, num investimento de 135 mil euros. “Temos o número de pavilhões que fconsideramos adequado para o que o espaço comporta, o que traz a responsabilidade acrescida de manter alguma novidade”, afirmou o presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), Miguel Pauseiro. O responsável sublinha ainda que quer uma “feira diferenciadora e que a confirme como a mais bonita do mundo”.

Alfarrabistas resistem

Há 20 anos presente na Feira do Livro de Lisboa, Júlio Carreira, de 67 anos é um nome conhecido entre os apreciadores de livros em segunda mão. Alfarrabista de longa data, iniciou-se no mundo dos livros através da arqueologia, área que o fascinava desde jovem. “Comecei a comprar livros de Arqueologia ainda muito novo, e com o boom da internet fui alargando os temas”, conta. À frente do pavilhão G12, onde expõe este ano, Júlio diz que chega à feira com cerca de dois mil livros, selecionados entre romances

“Os nossos livros foram comprados a particulares. Antigamente, as pessoas tinham em casa grandes bibliotecas temáticas, um hábito que se perdeu”, diz Maria Teresa Pereira, responsável da Livraria Histórica e Ultramarina



As editoras especializadas são cada vez mais procuradas pelos visitantes da Feira do Livro de Lisboa. Ensaios, literatura infantil, obras sobre Religião, Descobrimentos e Lusofonia estão entre os temas preferidos





FOTOS: CRISTINA BERNARDO



e literatura popular. “Os romances são os que mais vendem aqui. Em outras feiras de rua, como no Jardim Constantino ou na Rua da Anchieta, em Lisboa, vendo mais ensaios”, explica.

Este ano, entre os títulos mais procurados estão obras de autores consagrados como José Saramago, Eça de Queirós e António Lobo Antunes, mas também bestsellers internacionais como “O Senhor dos Anéis”, de Tolkien, e os thrillers de Dan Brown. “Vendemos muito bem esses nomes.” Nos últimos anos, o alfarrabista nota um aumento na procura por livros em inglês. “Jane Austen, Charles Dickens, há cada vez mais interesse por literatura anglo-saxónica”, observa. Os preços variam entre os cinco e os dez euros, numa tentativa de manter os livros acessíveis a todos os públicos. Apesar de ter começado o curso de Física na Faculdade de Ciências, nunca chegou a concluí-lo. O destino acabou por levá-lo a uma vida entre caixas, armazéns e livros. “Sempre fui alfarrabista”.

Os editores encaram com otimismo o crescimento de vendas, sobretudo impulsionadas por jovens. Bárbara Bulhosa, editora da Tinta-da-China, destacou à Lusa que “sempre publicou livros com um foco na denúncia de abusos de direitos humanos, no alerta para injustiças sociais e políticas ou que nos levam a refletir sobre o

mundo em que vivemos”. Para Ana Margarida Pinheiro, editora do grupo Almedina, a perspectiva é “muito boa”, sobretudo atendendo a que “os portugueses estão a ler mais, os jovens estão a ler mais, conversa-se mais sobre livros e compram-se mais livros”.

No mesmo sentido, os editores da Guerra e Paz têm “as mais altas expectativas para a Feira do Livro de Lisboa”, esperando “crescer 30% em 2025”, já que nos últimos anos, além do aumento de números de pavilhões, as vendas cresceram, em valor, entre os 30% e os 50%, de ano para ano.

Ensaaios, religião e ilustrados

No pavilhão B08 fica a editora independente Nova Vega, que procura sobreviver ao poder dos grandes grupos editoriais. Aposta em tema de filosofia, esoterismo e religião, história de Portugal, África e ensaios portugueses e internacionais. “As editoras pequenas têm mais dificuldade em divulgar e escoar os seus catálogos e, por isso, apostam em linhas independentes e mais alternativas. Felizmente, ainda há juventude com critério no que lê, mas o grosso vai atrás dos autores que aparecem na televisão”, diz Paulo Bacelar, o responsável da Nova Vega ao Jornal Económico.

Apesa do momento de instabilidade do mercado livreiro, a editora mantém distribuição própria em todo o território nacional, procurando preservar a relação com as poucas livrarias que resistem e que continuam a ser o principal veículo de aproximação entre livros e leitores. “Temos atualmente cerca de 500 títulos ativos, com 15 a 20 lançamentos por ano, e temos preços que vão desde os dois euros até aos 40 euros”, explica Paulo Bacelar. Aristóteles, Oscar Wilde e José Jiménez estão entre os autores mais procurados pelos visitantes da Nova Vega.

Sebastião Correia de Barros tem 18 anos, está no 12.º ano e estuda Ciência e Tecnologia no Colégio de São Tomás, em Lisboa, e quer ser engenheiro mecânico ou eletrotécnico. Mas entre equações e projetos, é na fé que encontra o seu ponto de equilíbrio. Ao contrário do que muitos pensam sobre os jovens e a religião, para Sebastião a fé não se impõe – constrói-se. “A fé tem de ser desen-

A “cerca dos letrados”

■ A Feira do Livro de Lisboa chegou ao Rossio em 1930, fruto de iniciativas privadas, mas em 1931 passou a ser organizada pela Associação de Classe de Livreiros de Portugal (ACLP), que mais tarde viria a designar-se Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). Ventura Ledesma Abrantes, editor e livreiro, foi um dos grandes impulsionadores. A ideia, importada de Madrid, era de que quem passasse pela Feira do Livro encontrasse a preços acessíveis os *bestsellers* que os livreiros portugueses tinham para mostrar e vender. Isto num tempo em que em cada 100 portugueses 70 não sabiam ler. O Diário de Lisboa chamou ao evento “a cerca dos letrados”.

Vendem-se 35 mil livros por dia em Portugal

■ Segundo a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), entre janeiro e março deste ano foram vendidos perto de 3,12 milhões de livros, o que equivale a uma média de 34.700 livros vendidos por dia, mais 5,5% do que no período homólogo do ano passado. Estas unidades de venda - registadas apesar do aumento do preço médio do livro de 1,5% para os 14,48 euros - traduziram-se num encaixe financeiro de 45,22 milhões de euros, mais 7% face aos primeiros três meses do ano passado, de acordo com os dados disponibilizados à APEL pela GfK, entidade independente que faz auditoria e contagem das vendas de livros ao longo do ano. Neste mesmo período foram postos à venda 2.853 novos livros.

volvida com argumentos lógicos e espirituais”, afirma com convicção, enquanto folheia alguns títulos da editora Paulus, no pavilhão B15. “Procuro livros sobre a vida de Santos, Homilias dos Papas e Bíblias”, diz o estudante ao Jornal Económico.

Em Portugal vendem-se mais de 100 mil livros religiosos por ano e as Bíblias encontram-se no top dos mais procurados. De acordo com o painel GfK, que audita as vendas ao consumidor final de uma amostra representativa, composta maioritariamente por retalhistas da grande distribuição, a média de livros religiosos vendidos situa-se entre 100 e 120 mil exemplares por ano.

Por exemplo, até outubro de 2024, a “Bíblia Sagrada” e a “Bíblia Sagrada – Edição Comemorativa 50 Anos” estavam no top dos mais vendidos dentro da categoria Religião. O facto de muitas editoras especializadas terem loja online e uma proximidade às comunidades religiosas, bem como o aumento do número de igrejas evangélicas estão entre as principais razões para este crescimento, segundo os retalhistas consultados pelo Jornal Económico. “Há cada vez mais jovens interessados em literatura religiosa”, sublinha um funcionário da editora Paulus.

Também a literatura infantil tem ganho espaço, com editoras dedicadas a formatos inovadores e públicos específicos. A Estúdio Didático, no pavilhão G01, é especializada em livros ilustrados para crianças. Este espaço é um dos mais procurados por famílias, educadores e curiosos – e não apenas pelo catálogo, mas pela forma apaixonada como fala de cada livro. Apesar da concorrência com grandes livrarias, que conseguem oferecer preços mais baixos, Elsa Aço, uma das funcionárias, acredita que a diferença está no atendimento. “Eu já li os livros todos. Os pais chegam, dizem o que pretendem e eu ajudo a escolher o título mais adequado para a criança”, explica.

Elsa Aço, de 51 anos, frequentou o curso de Artes Gráficas mas nunca chegou a concluir. A paixão pelos livros foi mais forte. “Temos o poder de criar crianças leitoras”, diz. O seu conhecimento e atenção dedicado a cada leitor fazem desta banca um espaço especial na Feira do Livro.

6%

A venda de livros em Portugal cresceu quase 6% em 2024. Dos 18 países auditados pela empresa alemã GfK, Portugal é aquele que na Europa mais cresceu em termos de unidades de livros vendidos, face a 2023.

As promessas que têm de sair do papel e que adiam soluções

Áreas críticas ■ Da saúde, passando pela habitação, até à justiça, o Jornal Económico ouviu vozes das áreas mais críticas do país sobre o programa com que o Governo vai nortear as políticas nos próximos quatro anos.

Melissa Lopes, Lígia Simões e Rodolfo Alexandre Reis
mlopes@medianove.com

Da saúde, passando pela habitação, até à justiça, o Jornal Económico ouviu vozes das áreas mais críticas do país sobre o programa com que o Governo vai nortear as políticas nesta nova legislatura. No documento há medidas positivas, ainda que vagas e abstratas, salientam, mas também motivos para preocupações.

Medidas na Saúde têm de sair do papel

Ainda à "cautela", o setor da saúde mostra-se receoso em relação às políticas deste novo executivo. O programa, sublinha a presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), é "vago" mas parece indicar que o Governo vai apostar em "benefícios", sempre temporários, e "horas extraordinárias", que "perpetuam o desgaste físico e emocional dos médicos".

Joana Bordalo e Sá refere-se aos "incentivos para a fixação de médicos de família em zonas carenciadas, incluindo benefícios salariais, habitação subsidiada, apoio familiar e acesso preferencial à formação". Promessas que "adiam" e "não resolvem os problemas estruturais" de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) que já "perdeu a atratividade".

"Os médicos não querem trabalhar mais por migalhas. Querem trabalhar melhor e ter melhores condições de trabalho no SNS. Estamos a falar de horários humanizados, previsíveis e condições dignas para fazer uma

medicina com qualidade que respeite os doentes (...) Os médicos não querem prémios que não resolvem problemas estruturais, é insustentável e injusto", avisa. Joana Bordalo e Sá considera ainda ser "imprescindível" que a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, "mude de atitude" e inicie uma "negociação séria, transparente e consequente" com o sindicato que mais

médicos no SNS representa, sem a qual "qualquer programa está condenado à falência".

Do lado dos administradores hospitalares, Xavier Barreto vê no programa do Governo "boas intenções", mas que têm de "sair do papel". "Devolver a autonomia aos hospitais, fazer investimento, valorizar recursos humanos, construir hospitais (...) tudo isso é positivo", diz o presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH). "Onde é que isto emperra sempre? Na execução", analisa.

Por outro lado, acrescenta Xavier Barreto, a maior parte das medidas do programa são "abstratas" e precisam "de ser mais detalhadas". Por exemplo: "valorizar os recursos humanos" quer dizer exatamente o quê?

O responsável pela APAH destaca como positiva a ideia de concentrar urgências na região de Lisboa, onde a escassez de recursos humanos em áreas como a ginecologia e obstetrícia é crítica, mas lamenta que o executivo não tenha a intenção de avançar com medidas mais "disruptivas" como seja a atribuição de novas tarefas aos enfermeiros (podendo por exemplo seguir doentes crónicos), libertando os médicos para novas consultas e cirurgias.

A estratégia digital na Justiça ea tentação justicialista

Na Justiça, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) vê com bons olhos a intenção do executivo de "melhorar as condições de trabalho" no setor, aumentar a atratividade das carreiras e investir na for-



MIGUEL A. LOPES/LUSA

No Programa do Governo á medidas positivas, ainda que vagas e abstratas, mas ta

mação, assim como a ideia de "transformar a forma como o cidadão interage com a justiça, reduzindo burocracias e poupando tempo". A estratégia digital para a justiça é outro dos pontos que o sindicato encara com agrado.

O presidente do SMMP, Paulo Lona, lamenta, contudo, que no programa do Governo não conste nenhuma "medida concreta que permita resolver a curto prazo a situação gravíssima de falta de magistrados do MP, nomeadamente a criação de um curso especial que permita o ingresso de pelo menos 120 magistrados nesta magistratura".

Do lado dos advogados, o bastonário da Ordem concorda que melhorar as condições de quem trabalha na justiça, como consta no programa, é positivo, alertando, porém, que esse objetivo não pode ser ultrapassado pelas metas tecnológicas.

"Não podemos estar a pensar em inteligências artificiais sem fazer com que as pessoas se sintam bem onde estão. Não podemos ir a um tribunal e ter um juiz a dizer que não tem folhas e que faltam as condições básicas", diz João Massano. A reforma da justiça, um "chavão", é um dos pontos que preocupa o bastonário. "Deve dizer-se o que é que se quer reformar, quais as áreas que queremos trabalhar. Se pensarmos em reformar a justiça como um todo, não reformamos nada, não é possível".

Os julgamentos "rápidos" com "incremento da celeridade" é outra ideia do programa que suscita preocupações ao bastonário da Ordem dos Advogados. "Espero que não haja redução das garantias dos arguidos. Não se pode correr esse risco", alerta Massano.

"O processo não pode ser muito moroso, obviamente, mas tem



Joana Bordalo e Sá
Presidente da FNAM



Paulo Lona
Presidente do SMMP



Hugo Santos Ferreira
Presidente da APPII



mbém motivos para preocupações. O alerta é de responsáveis das áreas críticas da Saúde, Justiça e Habitação

que ter o mínimo de garantias para quem está a ser acusado se possa defender”, acrescenta o bastonário, pedindo “cuidado” para não cairmos numa “tentação justicialista”.

É preciso execução na habitação, não basta ambição

Na habitação, o novo programa do Governo aprofunda as medidas do plano “Construir Portugal”, lançado há um ano, prevenindo executar 59 mil casas públicas e disponibilizar financiamento para mais projetos, incluindo parcerias público-privadas (PPP) em imóveis do Estado devolutos com aptidão habitacional. E acrescenta a possibilidade de alargar o incentivo fiscal de IVA a 6% e de “reduções substanciais” nas taxas urbanísticas a todas as obras de construção ou reabilitação. O Governo pretende ainda revisão do regime de arrendamento urbano para garan-

tir a efetiva resolução dos contratos em caso de incumprimento e reforçar a eficiência do arrendamento acessível. Em cima da mesa estão também licenciamentos urbanísticos simples, com limitação dos poderes de aprovação e de fiscalização “discricionários e desproporcionais”.

Para o líder Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII), as medidas apresentadas para a habitação são, em geral, positivas. “Coincidem com as propostas que temos vindo a defender: aposta clara no aumento da oferta, revisão dos processos de licenciamento, estímulo ao arrendamento acessível e intenção de reformular a fiscalidade da construção”, defende Hugo Santos Ferreira.

Mas não basta a ambição – é na execução que tudo se decide”, frisa, dando conta de que o setor privado, que representa

mais de metade do investimento imobiliário em Portugal, tem de ser parte ativa da solução. “A resposta à crise exige previsibilidade regulatória e menos burocracia. O investimento só acontece em ambientes de confiança e estabilidade, sustentados por regras claras, prazos definidos e compromisso com resultados concretos”, acrescenta.

A APPII destaca ainda que seria importante esclarecer como ficam medidas determinantes como o enquadramento fiscal de regimes como os residentes não habituais e os vistos gold, ou o modelo de PPP que poderá alavancar muitos dos objetivos anunciados. Sem metas mensuráveis nem calendários precisos, corremos o risco de adiar soluções e comprometer a credibilidade do esforço legislativo. Como sempre, a APPII está disponível para contribuir de forma construtiva e responsável.

Trinta por uma linha

O melão de Montenegro



Lígia Simões
Subdiretora

O programa do Governo da AD foi debatido esta semana e sem surpresas passou no Parlamento com o chumbo da moção de censura do PCP. O Governo entra agora em campo para “jogar com os dois pés” e “parar a bola com o peito”, após ter sido criticado pelo PS de não ter entrado com pé direito numa alusão a “medidas para seduzir a IL e o Chega” que não foram propostas na campanha eleitoral e que constam agora do Programa. Os socialistas apontam baterias às mudanças na lei da greve e nas leis laborais - que o Executivo quer mexer no contexto da Concertação Social com o objetivo de atenuar a “rigidez” na lei do trabalho. Tudo para promover a competitividade e não ser um entrave para o investimento estrangeiro. Uma espécie de balão de ensaio para testar alterações: os trabalhadores comprarem dias de férias, a regulamentação diferenciada do teletrabalho e do trabalho em plataformas digitais, a flexibilização dos bancos de horas, e mudanças nos serviços mínimos para greve. Neste último caso, os utentes dos transportes certamente aplaudem qualquer tentativa de pôr cobro ao enorme desequilíbrio entre o direito dos trabalhadores à greve e o direito dos utentes ao transporte e ao trabalho.

Com o pior resultado de sempre da esquerda nas últimas eleições, antecipam-se mais greves como prova de vida do PCP e do BE. A greve na Carris e plenário do Metro que ‘complicaram’ a noite de Santo António foi já um sinal.

Percebe-se assim que Montenegro queira lançar a discussão de greves com

motivações políticas e queira conciliar esse direito com o exercício dos outros direitos das pessoas. O direito à greve não pode ter uma prevalência tal que o país para, literalmente.

Na arena política de troca de acusações é imperioso não perder de vista que Portugal está a correr contra o prejuízo e precisa de acelerar o passo, sobretudo quando as variáveis externas - como as tarifas de Trump e os conflitos geoestratégicos - sobre as quais não tem controlo, assim o exigem.

O país precisa de concentrar-se em tentar melhorar aquilo que depende das suas próprias decisões. Todas as medidas, incluindo as propostas pela oposição no Programa do Governo, que visam um Portugal melhor devem ser avaliadas e discutidas. Essa deve ser a prioridade a juntar aos 10 eixos prioritários do novo Executivo que passam pela reforma do Estado, redução de impostos, habitação, construção de novas infraestruturas, segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção e imigração regulada.

Resta saber como é que esses objetivos serão atingidos e como o governo fará a quadratura do círculo com menos impostos, mais investimento da defesa e os riscos de um choque petrolífero ligado ao conflito entre Israel e o Irão, que coloca políticas expansionistas em xeque.

O Programa do Governo é, metaforicamente, um melão, porque só depois de aberto é que vai ser possível saber se é bom ou não. Os próximos 100 dias o dirão. Vão ser vitais para uma avaliação ao Governo, e ficar a saber quais as partes verdes ou com pouco sabor. Até lá, ficam os anúncios políticos de umas fatias de presunto para acompanhar as talhadas.

AD “distribui jogo” a todos mas “nunca diminuirá PS”

PS critica medidas fora do programa eleitoral

Parlamento ■ Discussão do programa do Governo serviu para José Luís Carneiro vestir o fato de líder antes de o ser. Apesar das críticas, antigo ministro destacou as áreas nas quais AD contará com o PS.

Melissa Lopes

mlopes@medianove.com

José Luís Carneiro ainda não é líder do PS, mas já teve de vestir essa pele durante a discussão do programa do Governo, esta semana, num primeiro teste à difícil missão que terá em mãos, ao receber o partido como terceira força.

“Não vamos nunca diminuir o PS”, prometeu-lhe o primeiro-ministro, Luís Montenegro. Mas também salientou que o Governo é “polivalente” e, como tal, “distribui jogo e aproveita todos os elementos em campo. E quando vê um jogador assim mais molengão, não deixa de jogar na mesma para a baliza e rematar para fazer golo”.

O chefe do Governo respondia assim à crítica do antigo ministro da Administração Interna, que acusou Luís Montenegro de não ter começado com o pé direito a nova legislatura por ter incluído no programa propostas que não discutiu no período eleitoral. Carneiro censurou também a AD por ter “extraído” medidas de outros partidos sem ter conversado com estes. “Isso não é diálogo, é plágio. São monólogos”, atirou.

O próximo líder do PS, que prometeu cumprir a palavra e ser uma oposição “firme e responsável”, procurou saber com quem, afinal, é que o Governo vai querer dialogar. Mas Montenegro manteve o que sempre tem dito. Dialogará com todos os partidos com assento parlamentar, sem esquecer “as responsabilidades históricas” de convergência entre PS e PSD.

“Não excluímos ninguém e sabemos bem quem mostrou estar à altura dessa responsabilidade”, disse Montenegro. Acrescentando, no entanto, numa



José Luís Carneiro reafirmou que vai ser uma oposição responsável

Do IRS à lei da nacionalidade, quais as primeiras medidas do Governo?

■ Chumbada a moção de rejeição do PCP ao programa do Governo (com os votos contra, além do PSD e CDS, PS, IL, Chega e JPP), o executivo tem via verde para começar a trabalhar. Vai assumir para a semana na cimeira da NATO a meta dos 2% do PIB em gastos na defesa. Nos impostos, aprovará nas próximas duas

semanas a descida de 500 milhões no IRS, até ao 8.º escalão, beneficiando os rendimentos mais baixos, mas sobretudo a classe média. Para breve estará também a proposta para rever a lei da nacionalidade. Até ao final do ano, anunciou Montenegro, entrarão em funções 1.500 elementos na GNR e na PSP.

alusão implícita ao Chega: “Logo veremos se haverá novas forças a demonstrar também esse sentido de responsabilidade. Às vezes, temos fundadas dúvidas (...) Logo veremos quem é que tem esse sentido de responsabilidade”. Certo é que, com o PS, frisou Montenegro, “não será difícil continuar a convergir” em matérias de política externa, prevendo um alinhamento em matéria de defesa nacional.

Mas o leque de possíveis convergências é mais amplo. Carneiro elencou durante o debate no hemiciclo que o Governo “contará” com o PS noutras áreas: Na segurança interna, “para pôr em prática a estratégia de segurança urbana e a estratégia de proteção civil preventiva, para cuidar do planeamento civil de emergência (...) na proteção das infraestruturas críticas nacionais”.

Na justiça, “podemos ir bem mais longe do que os lugares comuns que estão no programa do Governo e enfrentar de uma vez por todas os desafios”. Na reorganização do Estado, “pode contar com o PS para construirmos uma administração pública mais motivada e mais mobilizada para a eficiência da despesa pública, do Estado e a garantia de serviços públicos de qualidade em Portugal e nas comunidades portuguesas no estrangeiro”.

A reforma do Estado foi, de resto, um dos temas que marcou o debate do programa do Governo [ver caixa], com o primeiro-ministro a garantir que o objetivo não é “reduzir” ou “cortar” mas sim “restaurar a sua eficácia”. Outro ponto quente foi a revisão da lei da nacionalidade, cuja proposta do Governo será conhecida em breve, tendo o executivo admitido a perda de nacionalidade em caso de comportamentos criminais graves..

■ O PS criticou a AD por incluir no Programa do Governo medidas fora do programa eleitoral com o presidente do partido e secretário-geral interino a acusar Luís Montenegro de se chegar “mais à direita” e de acrescentar medidas ao Programa do Governo que não faziam parte do programa eleitoral, “para seduzir a IL e o Chega”.

Um dia após a entrega do documento no Parlamento, Carlos César sinalizou que há medidas no Programa do Governo que foram omitidas no programa eleitoral dos sociais-democratas e centristas, tendo apontado medidas “negativas”, que vão merecer a oposição dos socialistas. Em causa estão mudanças na lei da greve e nas leis laborais, que o Executivo quer mexer no contexto da Concertação Social com o objetivo de atenuar a “rigidez” na lei do trabalho para promover a competitividade e não ser um entrave para o investimento estrangeiro. O novo governo deixa no ar a possibilidade de os trabalhadores comprarem dias de férias, a regulamentação diferenciada do teletrabalho e do trabalho em plataformas digitais, a flexibilização dos bancos de horas, e mudanças nos serviços mínimos em caso de greve.

Outras propostas políticas que não foram sujeitas ao escrutínio dos portugueses em momento eleitoral, passam pela revisão da Lei de Bases da Saúde, fazendo aprovar uma nova Lei de Meios para o SNS, com a qual se propõe a “reforçar o sistema de saúde português, assumindo uma transformação nos seus pilares fundamentais: organização dos cuidados, recursos humanos e financiamento”.

Também José Luís Carneiro, candidato único à liderança do PS, censurou a AD por incluir no Programa do Governo medidas fora do programa eleitoral. “É uma atitude incorreta e que deve merecer a nossa censura”, defendeu, tendo apontado as “matérias laborais” e assegurado que “vão merecer uma apreciação estudada, fundamentada, da parte do PS”. LS

Patrões avaliam Programa do governo e deixam avisos

Patrões destacam reforma do Estado, leis laborais e alertam para necessidade de estabilidade política e medidas para reforçar a produtividade.

“Faltam medidas para promover a produtividade”



Armindo Monteiro
Presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal

Avaliação do Programa do Governo é, no geral, positiva. As medidas anunciadas facilitam e incentivam a atividade das empresas, potenciando a sua capacidade de criar valor.

Algumas medidas vão, aliás, ao encontro de velhas reivindicações da CIP. É caso da descida gradual do IRC para 17% (15% para PME), da simplificação e previsibilidade fiscais, da reforma do Estado e combate à burocracia, da flexibilização da legislação laboral, da revisão da lei da greve, do reforço da capitalização das empresas e do ecossistema de capital de risco e da garantia de pagamentos do Estado a 30 dias.

O programa é menos conseguido no que respeita a medidas que estimulem a atração de talento, as atividades I&D, a inovação e a transferência de tecnologia. Ora, isto contraria as recomendações do relatório Draghi e não atende à necessidade de recuperar o atraso tecnológico europeu, designadamente na IA. Creio também que faltam medidas específicas para promover a produtividade, tendo em vista a qualificação e reconversão profissional, a digitalização e capacitação tecnológica, a eficiência dos processos e a otimização do trabalho nas empresas.

“Não vemos como será possível cumprir a reforma do Estado”



João Vieira Lopes
Presidente da CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

O Programa de Governo contempla um conjunto significativo de metas e medidas que merecem o apoio da CCP, nomeadamente nas áreas da fiscalidade, da reforma do Estado e do mercado de trabalho.

Todavia, não vemos como será possível no prazo de uma legislatura cumprir em especial a designada reforma do Estado, que tem constado de muitos Programas de anteriores Governos mas ficado sistematicamente pelo caminho, principalmente pela inércia da estrutura e funcionamento dos serviços públicos à qual acrescerá, nesta legislatura, a composição do enquadramento parlamentar.

Na área da Economia, apesar de nos parecerem demasiado otimistas várias das metas definidas, a junção da Economia e da Coesão no mesmo ministério representa uma oportunidade importante para a concretização de várias medidas, em especial as que se referem ao PRR, à aceleração do PT 2030 e à consolidação do Banco de Fomento como um instrumento ao serviço das empresas e da economia no geral.

Valorizamos a aposta do Governo na concertação social, com a discussão de vários temas relevantes para a CCP como a revisão da legislação laboral e a sustentabilidade da segurança social.

No entanto, há também desafios significativos ao Governo que deverão ser vencidos para que muitas medidas e propostas positivas

não fiquem pelo caminho, nomeadamente o de conseguir gerar os consensos parlamentares necessários para a aprovação de cada passo legislativo. Existem em acréscimo os riscos decorrentes da deterioração da situação internacional, cujo verdadeiro impacto é difícil de prever e que, infelizmente, estiveram em geral fora dos programas partidários e dos debates durante a campanha eleitoral.

“Revisão da legislação laboral é uma das prioridades”



Francisco Calheiros
Presidente da CTP - Confederação do Turismo de Portugal

Na análise que a Confederação do Turismo de Portugal já fez ao Programa do XXV Governo Constitucional, em geral, a CTP não tem nenhuma objeção de maior ao programa apresentado e que será discutido e votado na Assembleia da República.

O Presidente da CTP, Francisco Calheiros, frisa mesmo que “se conseguíssemos concretizar todas as medidas de todos os Programas do Governo, e agora em especial, o que este Programa do Governo estipula, certamente seríamos um país mais evoluído, mas como infelizmente muitas das medidas propostas poderão vir a ficar no papel, como é habitual em todos os Programas do Governo, temos de nos cingir a ser realistas e apontar para medidas essenciais que não podem deixar de ser colocadas em prática”. Nesse sentido, a CTP aponta para um conjunto de prioridades que devem mesmo ser concretizadas.

Desde logo, a execução do

PRR; o aprofundamento do diálogo social em sede de Comissão Permanente de Concertação Social, designadamente, a revisão do Acordo Tripartido sobre a Valorização Económica 2025-2028; a revisão da legislação laboral - desejavelmente no contexto da Concertação Social por forma a termos uma melhor gestão da relação laboral no momento da contratação, execução e cessação da mesma -; o início da construção do novo aeroporto, assim como tornar mais eficiente e melhorar a capacidade do aeroporto Humberto Delgado, até à conclusão de Alcochete.

Ainda no âmbito das infraestruturas, a CTP aponta como prioritária a concretização de uma melhor ferrovia, efetivando pelo menos a ligação rápida a Espanha para permitir “entrar” no resto da Europa e com isso ganhar mais turistas por esta via mais sustentável.

A CTP destaca também como prioridades para o atual Governo, o país ter um Banco de Fomento ao serviço das micro, pequenas e médias empresas e avançar-se finalmente com uma efetiva desburocratização do Estado.

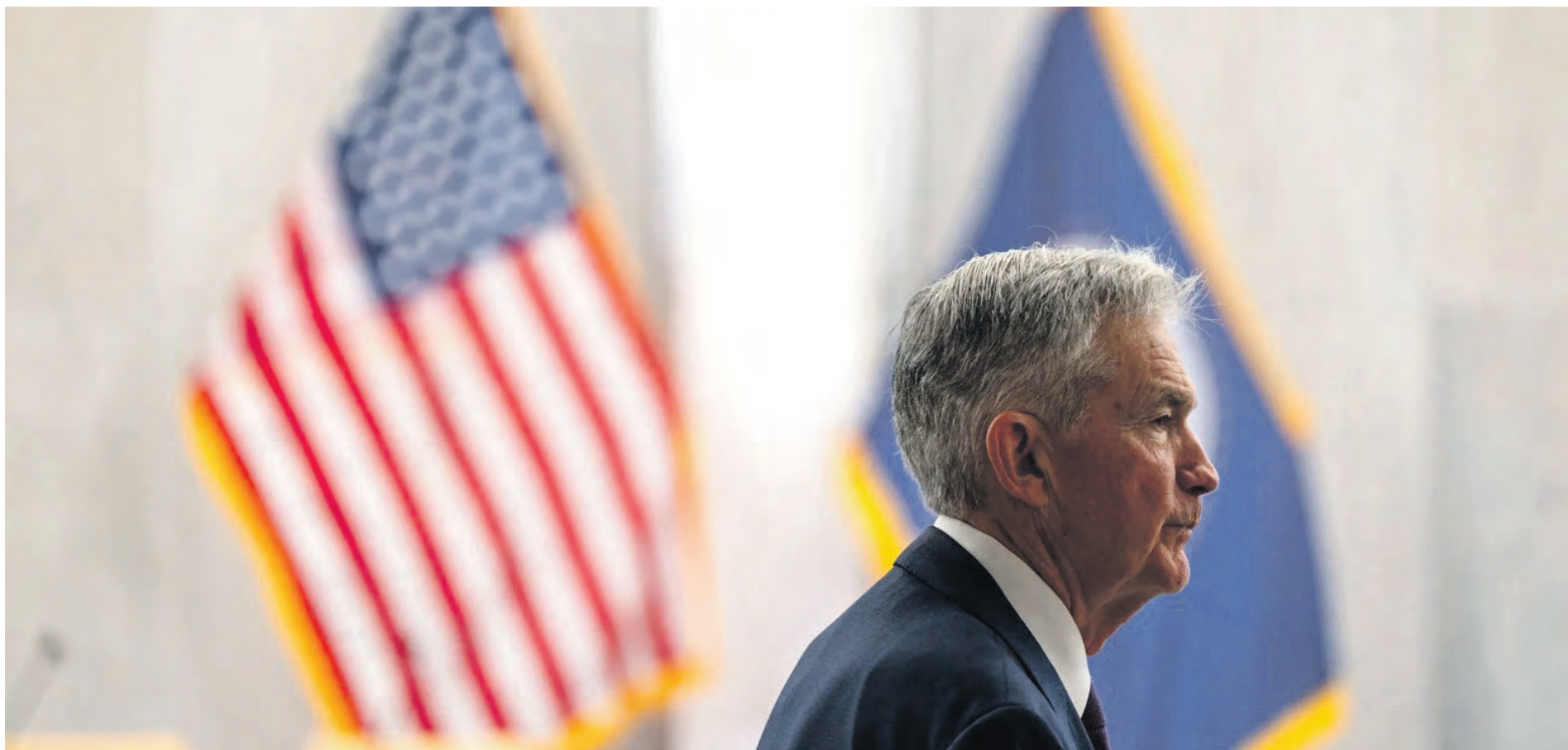
“Para o programa ser cumprido é preciso estabilidade política”



Álvaro Mendonça e Moura
Presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

O programa de Governo, globalmente, reflete um conjunto de compromissos que foram identificados como prioritários pela CAP e que foram

sendo objeto de consensualização ao longo do último ano. É, portanto, francamente positivo que nele constem medidas como a concretização da estratégia “Água que Une” (referida 11 vezes no documento), os compromissos para a floresta, para o PEPAC, a estabilidade e previsibilidade no que respeita aos pagamentos das ajudas, o reforço das estruturas de acompanhamento e proximidade com os agricultores, a promessa de um ministério mais ágil na decisão, os temas da mão-de-obra, a agenda da produção energética a partir de bioresíduos e também medidas importantes como a redução do IRC entre outros. O programa de governo, contudo, é uma intenção, não é uma concretização. Para que o que está no programa se cumpra são precisos três fatores cumulativos: 1) Orçamentos de Estado aprovados e políticas públicas de investimento consequentes capazes de executarem as medidas do programa, incluindo as destinadas a infraestruturas; 2) capacidade política do Ministro da pasta para, em Portugal, devolver ao setor a sua centralidade política, económica e social e efetivamente pôr em funcionamento os serviços da sua área governativa e, em Bruxelas, defender a Agricultura e a Floresta portuguesas das muitas ameaças que enfrentam, batendo-se por uma nova Política Agrícola Comum com orçamento autónomo, dotado dos recursos financeiros adequados, e mais simplificada, com respostas concretas à realidade nacional e à realidade regional da Europa do Sul; 3) estabilidade política, que pressupõe consciencialização por parte das oposições de que, sem abdicarem do seu dever de fiscalização, devem apoiar as medidas constantes do programa de governo que efetivamente contribuam para o crescimento do país.



Não tem chapéu, nem cavalo nem pistola, mas tem resistido às pressões privadas e públicas de uma das pessoas mais poderosas do mundo

Há um novo xerife na cidade: Powell ganha duelo a Trump

Política monetária ■ A Reserva Federal (Fed) não recua perante pressões da Casa Branca e aguarda para ver impacto das tarifas de Trump na inflação dos EUA.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

Há um novo xerife na cidade de Washington DC. Não tem cavalo, nem pistolas, mas Jerome Powell voltou a mostrar a Donald Trump que é a Reserva Federal que dita o trajeto das taxas de juro nos EUA. Inalteradas: foi a decisão da Reserva Federal sobre as taxas de juro até à próxima reunião.

Ser presidente americano aumentou a pressão esta semana sobre o líder da Fed: “é uma pessoa estúpida” que “custa uma fortuna ao país”, devido aos juros que considera estarem elevados, disse Donald Trump. “Eu chamo-lhe ‘too late Powell’, porque está sempre atrasado”, disparou. Apesar de inicialmente ter expres-

sado a sua intenção de despedido Powell, o presidente deixou cair esse discurso, pois a legislação não o permite.

Donald Trump chegou mesmo a convocar Jerome Powell para uma reunião na Casa Branca em maio a exigir cortes, levando a Fed a emitir um comunicado a sublinhar a sua independência face ao poder político, garantindo que não houve discussões com o presidente sobre o rumo da política monetária.

A incerteza sobre a subida da inflação devido às tarifas impostas por Trump é um dos cenários adversos, levando a Fed a ser mais cautelosa.

A inflação está abaixo da meta de 2%, mas o banco central vai continuar a monitorizar como as tarifas impactam as famílias e empresas.

A economia americana já mostra sinais de desaceleração e o banco central aguarda para decidir se vai continuar a reduzir os custos de financiamento.

Já o mercado laboral continua a resistir, com o desemprego a permanecer em baixa, ligeiramente acima dos 4%.

“Todos os analistas e a própria Fed dizem: há uma grande quan-

Trump convocou Powell à Casa Branca para o tentar convencer. Fed emitiu comunicado a garantir independência do banco central e que não partilhou planos

tidade de inflação a chegar nos próximos meses e temos de ter isso em conta”, disse Jerome Powell na quarta-feira citado pela “Reuters”.

“Sem as tarifas, a confiança estaria a ser construída... mas ainda temos de aprender mais sobre tarifas. Não sei a forma certa de reagir. É difícil saber como reagir até vermos o tamanho dos efeitos”, acrescentou na conferência de imprensa após a tomada de decisão citado pelo “Político”.

No pior cenário, os EUA podem deparar-se com inflação elevada e a desaceleração da economia.

“A calma que a Fed tem devia reconfortar os investidores, mas por outro lado, também reflete a incerteza que temos”, disse Bob Savage, analista do BNY.

Numa decisão unânime, a Fed apontou que a inflação ainda “permanece elevada” e que a atividade económica expande-se a um “ritmo sólido”.

Assim, a Fed deixa a porta aberta a mais dois cortes de 25 pontos base até ao final deste ano.

O ING prevê que o corte venha na forma de 50 pontos base em dezembro.

“Pensamos que dezembro é um ponto de arranque provável (...) especialmente se os empregos e o PIB desacelerarem, como antecipamos”, segundo os analistas do banco neerlandês que estimam que a atuação da Fed seja semelhante ao ocorrido em 2024, quando o banco central esperou por estar “confortável” para se comprometer com a descida dos juros, com um corte então de 50 pontos em setembro e de outros 50 pontos até ao final do ano.

“Se ele está preocupado com a inflação, tudo bem, percebo isso. Não penso que vá haver inflação, até agora não houve”, afirmou Donald Trump esta semana. “Mas agora temos um homem que recusa-se simplesmente a baixar a taxa da Fed. Recusa-se a fazê-lo, não é uma pessoa inteligente. Não acho que seja algo político, penso que ele odeia-me, mas OK”, afirmou o presidente.

Guerra Irão-Israel ameaça com choque petrolífero

Energia ■ Conflito prolongado no Médio Oriente é uma má notícia para os preços dos combustíveis na bomba da gasolina, mas também no preço de bens alimentares, na inflação e para a economia no geral.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

Os portugueses combateram ferozmente na ilha de Ormuz há 500 anos. Da primeira vez, Afonso de Albuquerque conquistou o ponto estratégico do Golfo Pérsico, mas uma traição de três capitães do seu exército obrigou-o a retirar-se. Anos depois, regressou e conquistou novamente a ilha, onde foi construída a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição que ainda lá permanece (no atual Irão) a vigiar silenciosamente o estreito de Ormuz - por onde passa diariamente 20% do petróleo consumido em todo o mundo.

Agora, existe o risco de o trânsito de petróleo ser interrompido neste estreito, do Irão não conseguir produzir petróleo, ou de outros países produtores da região envolverem-se na guerra com impacto no abastecimento mundial e nos preços na bomba.

O aviso foi lançado esta semana pelo presidente do banco central alemão, Bundesbank, alertando que um conflito prolongado pode causar um "aumento grave no preço do petróleo" com impacto nas previsões de crescimento económico e inflação, segundo Joachim Nagel.

O Irão abastece menos de 2% dos consumo global, com 1,7 milhões de barris diários. Neste cenário de risco, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) já avisou que vai aumentar a produção em quase 1 milhão de barris diários a partir do mês de junho, com os analistas a prever que o aumento da produção venha a ser superior: mais 2,2 milhões de barris diários, aponta o "Financial Times".

No caso de o tráfego marítimo vir a sofrer disrupções no estreito de Ormuz, as consequências serão mais gravosas para



20% do petróleo mundial passa pelo estreito de Ormuz onde os portugueses andaram há 500 anos.

todo o mundo, pois um quinto do petróleo global passa por estas águas, assim como as exportações de gás natural do Qatar.

Neste cenário, o JP Morgan admite que o barril pode atingir os 120-130 dólares por barril. "Perante este cenário extremo, estimamos que os preços de petróleo podem atingir o intervalo de 120-130 dólares por bar-

ril", segundo os analistas do banco norte-americano. Se o barril atingir 120 dólares, a inflação nos EUA é agravada em 1,7 pontos percentuais, o que pode levar a Reserva Federal norte-americana a desacelerar a descida dos juros, algo que Donald Trump não gostaria.

Por sua vez, o Goldman Sachs está menos pessimista.

Analistas mantêm para já cenários centrais para o petróleo

■ Wall Street já prevê que o barril venha a atingir entre 120-130 dólares em caso de guerra prolongada, mas mantém para já os cenários centrais em cima da mesa. "A nossa zona de conforto permanece com os preços do petróleo no intervalo entre 60-65 dólares, com ganhos sustentados que

podem severamente impactar a inflação, revertendo meses de arrefecimentos nos preços dos consumidores nos EUA", segundo o JP Morgan. Já o Goldman Sachs prevê que o barril atinja os 90 dólares, mas recue para os 60 dólares em 2026 à medida que o abastecimento do Irão recupera

"Estimamos que os preços de petróleo podem exceder os 100 dólares por barril num cenário extremo de uma disrupção alargada", de acordo com estes analistas.

O Irão já ameaçou por diversas vezes fechar o estreito de Ormuz, mas nunca levou a cabo a ameaça, pois é difícil de concretizar.

O "FT" aponta que Israel tem "boas razões" para não atacar a infraestrutura petrolífera do país, pois Donald Trump quer manter os preços do petróleo em baixa.

Mas o mercado tem reagido sem pânico, como notam os analistas. "Ainda assim, tendo em conta a gravidade do conflito, a reação dos mercados tem sido, até agora, relativamente contida. Uma possível explicação reside nas previsões de abrandamento da economia global, que estão a pesar sobre as expectativas de procura por petróleo", segundo a ActivTrades.

Governo avalia devolução de imposto adicional sobre banca

■ O Governo disse nesta quinta-feira estar a analisar a decisão do Tribunal de Constitucional (TC) que considerou inconstitucional a norma do imposto adicional sobre banca. Objetivo: avaliar o impacto na devolução do que tenha sido pago pelos bancos.

À margem da reunião do Eurogrupo, no Luxemburgo, o ministro das Finanças apontou que "uma parte deste imposto foi efetivamente pago", admitindo que "outra parte, tendo havido recursos e contencioso, esteja apenas na forma de garantia".

"Temos de fazer toda essa análise, mas não deixaremos de cumprir a decisão do Tribunal Constitucional", assegurou Joaquim Miranda Sarmento.

Para o governante "infelizmente", quando o adicional de solidariedade foi criado, em 2020 - ano em que foram pagos 28,75 milhões de euros - "foi criado de uma forma que acaba por resultar numa inconstitucionalidade, e que, obviamente, prejudica os contribuintes portugueses porque este imposto acaba por não ter o efeito desejado".

Questionado sobre os 40 milhões de encaixe previstos para este ano, o ministro das Finanças comparou: "Quando qualquer contribuinte vai para contencioso com a administração tributária pode pagar e depois, obviamente, é-lhe devolvido o dinheiro se for dada a razão [...] e vamos olhar para a tributação desse setor e procurar a melhor solução para os contribuintes portugueses".

No início deste mês, o TC declarou, em plenário, inconstitucional a norma do adicional de solidariedade sobre o setor bancário que incide no cálculo do imposto no primeiro semestre de 2020, quando começou a ser aplicado. Lusa

Óscar Afonso ■ O economista e professor catedrático defende que boa parte dos problemas atuais mais prementes – com realce para a saúde, a habitação e o elevado esforço fiscal, associado à ineficiência dos serviços públicos e da despesa pública – exigem reformas e tempo. E diz que a emergência do Chega resulta precisamente da insatisfação da população com a incapacidade de resolução dos seus problemas.

“Boa parte dos problemas do país exige reformas e não pensos rápidos”

Lígia Simões
lsimoes@medianove.com

Óscar Afonso antecipa que o PS vai facilitar a aprovação do Orçamento sem grandes contrapartidas, ou que queira mesmo fazer acordos a mais longo prazo em matérias fundamentais como fiscalidade e a reforma do Estado. Dá aqui o exemplo da retoma do acordo de 2014 entre PSD e PS para o corte gradual da taxa de IRC até 17%.

Quais as dificuldades que antecipa em fazer o próximo OE face à incerteza mundial?

Um Orçamento de Estado (OE) é uma previsão de despesa da qual depende uma previsão de receita, que por sua vez está fortemente associada a um cenário de crescimento económico que deve ser credível.

Tanto o FMI como a Comissão Europeia baixaram recentemente as previsões de crescimento para Portugal em 2025 e 2026 (para 2,0% e 1,7%; e 1,8% e 2,2%; respetivamente, que compara com as projeções de 2,4% e 2,6% da AD no programa eleitoral com que ganhou as eleições).

No que se refere à evolução da economia em 2025 – o que terá influência na atividade do ano seguinte e na elaboração do OE 2026 –, o CFP indicou, no início de maio, que o crescimento de 2,4% do PIB previsto pelo governo para 2025 é “provável, mas não prudente”, por ser supe-

rior às projeções mais recentes para a economia portuguesa apresentadas por outras instituições. A Comissão espera agora um défice de 0,6% do PIB em 2026, em vez de um excedente, o que significa que o novo governo terá de fazer escolhas difíceis com um ‘bolo a crescer menos’, admitindo que as previsões da Comissão, mais atuais, são mais certeiras.

E se a Comissão tiver razão?

Se a economia crescer apenas 1,8% em 2025, muito provavelmente será o investimento público a ser sacrificado, como habitualmente, para compor as contas e manter um ligeiro excedente, isto se as ‘folgas’ embutidas no OE2025 não bastarem. Quanto a 2026, a seu favor, em termos de estímulo da economia, o Ministro tem a execução do PRR até 2026, mas com as segundas eleições legislativas antecipadas no espaço de um ano, estamos em risco de não conseguir executar tudo e vir a perder fundos, como tenho alertado. Vejamos se a recente reprogramação do PRR é suficiente para evitar a perda de apoios europeus.

Quais são os principais riscos externos?

São vários. Desde logo, a guerra tarifária entre os EUA e a UE, bem como, indiretamente, entre os EUA e a China.

Portugal, enquanto pequena/média economia aberta, tem um mercado interno pequeno e

só pode almejar a uma subida sustentada do seu nível de vida através das exportações (alargamento do mercado). Ora, o aumento das tarifas penaliza precisamente as exportações, ao elevar os custos das trocas comerciais. Se não houver um acordo entre EUA e UE, que limite o agravamento tarifário bilateral, muitas empresas portuguesas deixarão de exportar para os EUA e a economia ressentir-se-á até que haja um reajustamento (diversificação para outros mercados). Este é apenas o impacto direto da guerra tarifária, relativamente limitado.

Vê outros impactos?

Mais penalizador é o efeito indireto, pela redução do crescimento da própria UE – nomeadamente da Alemanha, cuja crise económica se agravaria –, que é o nosso principal mercado de exportação. Num cenário ainda pior, se os EUA e a China não chegarem a acordo, então corremos o risco de um escoamento na UE dos produtos chineses de baixo preço que deixariam de ir para os EUA, sendo crucial a capacidade de negociação das autoridades europeias nos vários tabuleiros e a uma só voz.

Os riscos geopolíticos continuam elevados, com realce para os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente. A permanência ou agravamento desses conflitos é uma ‘nuvem’ bem escura no horizonte da economia mundial.



FEP

Há ainda riscos de uma nova crise financeira global no horizonte, que pouco ouço falar.

No mesmo fim de semana das eleições legislativas antecipadas em Portugal, a agência de notação Moody's retirou o rating máximo de 'triplo A' à dívida soberana dos EUA – com perspectiva negativa, pelo que poderá haver novos cortes – devido ao acumular de dívida pública, e os republicanos não se entenderam quanto ao programa orçamental da Administração Trump, que prevê a extensão e até ampliação dos cortes de impostos (incluindo aos mais ricos), sendo a redução de despesa prevista insuficiente

(para já) para evitar que a dívida continue a aumentar.

Ingredientes para novas crises...

Juntem, à perda do rating máximo da dívida soberana dos EUA, os riscos do sistema bancário ‘sombra’ (*shadow banking*), a emergência das criptomoedas e o afrouxamento regulatório da banca promovidos pela administração Trump, bem como os desequilíbrios macroeconómicos globais, só para falar dos principais fatores, e temos os ingredientes para uma futura nova crise financeira global. Relembro que a crise imobiliária do sub-



prime, que levou à crise financeira e grande recessão global de 2008 – desencadeando depois a crise de dívidas soberanas e o pedido de ajuda externa de Portugal – teve origem nos EUA. Convém estarmos atentos, sobretudo o governo e os reguladores do setor financeiro, ao que se vai passando nestas áreas.

Portugal tem vindo a reduzir o rácio da dívida pública...

... e está hoje menos exposto a oscilações nos mercados internacionais. É crucial que prossigamos uma estratégia de redução gradual do rácio da dívida – particularmente perante um

contexto internacional complexo e com riscos crescentes –, mas com uma melhoria da composição e da qualidade dos agregados orçamentais, com menos peso da despesa corrente primária para acomodar um maior peso do investimento público e um corte significativo da carga fiscal de IRS e, sobretudo, de IRC. A reforma fiscal e do Estado são fundamentais, mas há muitas mais que o país precisa fazer.

Quais são as principais dificuldades que o governo vai ter a fazer o próximo OE?

É mais do que apenas o próximo OE que está em jogo proximamente, é o futuro do nosso sistema político e do país. O OE2026 será apenas uma consequência do desenrolar desse jogo. A meu ver, face aos resultados eleitorais, caberá ao novo governo da AD conseguir os acordos necessários com os dois principais partidos da oposição – Chega e PS –, consonante os temas, para levar a cabo o seu programa eleitoral, que a meu ver peca pelo défice de reformas ou falta de detalhe. Dado o grau de desgaste e atritos pessoais entre os líderes da AD e do Chega, com vários episódios de desavenças na anterior legislatura, é difícil perceber se e como alcançarão algum acordo de incidência parlamentar, mesmo que pontual, mas exige-se profissionalismo, a bem do país.

Se a AD não se entender com o Chega, pelo menos nalgumas matérias, associando André Ventura a algumas medidas e opções de governação, com os custos políticos inerentes, corre o risco de nas próximas eleições perder mesmo a maioria para o Chega ou ter de dar lugar a uma nova liderança na AD que consiga entendimentos com esse partido, sobretudo se continuar a adiar reformas essenciais e não conseguir resolver problemas cruciais do país.

E do lado do PS?

Ao novo líder do PS exige-se que esteja à altura das circunstâncias e da história do partido, pois é a sua sobrevivência que está em jogo, o que poderá conseguir, a meu ver, aproximando-se do centro e abrindo caminho a acordos com a AD em matérias fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do país.

Por exemplo, sinalizar a retoma

do acordo de 2014 entre PSD e PS para a redução gradual da taxa de IRC até 17% – celebrado entre o governo de Pedro Passos Coelho e o então líder do PS, António José Seguro, tendo sido depois ‘rasgado’ por António Costa –, que está prevista no programa de 2025 da AD, seria um passo importante (e uma inversão face à anterior liderança, que correu mal) e uma vitória sobre o Chega, se fosse alcançado um acordo. Entendo que a eliminação da progressividade do IRC é mais prioritária para a atração de investimento estruturante, mas ainda mais importante é a previsibilidade e confiança dos investidores na não reversão do desagravamento fiscal. Ressuscitar o acordo de 2014 seria um sinal de confiança do PS e da própria AD na recuperação da tradicional alternância de poder em Portugal.

E quanto à reforma do Estado?

É crucial um acordo sobre a reforma do Estado, pelo menos quanto a objetivos – com realce para a redução do rácio de entradas por cada saída de funcionários públicos para um valor inferior a 1, o que deve resultar de melhorias na gestão e maior eficiência da despesa pública –, podendo ser atingidos com medidas de política da respetiva preferência. O retorno a um défice público em 2026 (0,6% do PIB) sinalizado pela Comissão Europeia apenas sublinha a urgência da reforma do Estado. O que está em jogo, além da capacidade de diálogo do novo governo AD, pois não tem a maioria absolu-

ta, é a liderança efetiva da oposição, o que poderá até beneficiar a AD se a competição for responsável.

Se o Chega se moderar...

... e mostrar responsabilidade e capacidade para se substituir ao PS como principal líder da oposição, poderá mudar, desde já, o futuro do sistema político em Portugal.

O OE2026 será o resultado destas dialéticas. Se não houver acordos, dada a impossibilidade de realização de novas eleições, ficaremos em duodécimos, o que significa usar o OE2025 em 2026. Como será também um ano de execução do PRR, essa possibilidade não deverá levantar grandes problemas. Julgo mesmo que o OE2025 foi preparado – maximizado – tendo em mente a possibilidade de vir a ser também usado em 2026, dada a dificuldade de obtenção de acordos com a oposição. Penso que todos se lembram ainda das negociações rocambolescas do OE 2025 entre o governo AD e o PS, que não levaram a um acordo por causa de um ponto percentual de IRC, mas acabaram por permitir a viabilização do documento pelo PS. Se não tivesse havido eleições antecipadas e o governo tivesse continuado, seria ainda mais difícil um acordo para viabilizar o OE2026, justificando um OE2025 ‘2 em 1’.

No atual cenário, com a ‘derrocada’ eleitoral do PS, é possível que a nova liderança facilite a aprovação do OE2026 sem grandes contrapartidas, ou, melhor ainda, se for mais ambicioso, queira fazer acordos a mais longo prazo com matérias fundamentais como tendo em vista preservar a lógica de alternância tradicional de poder entre PSD/AD e PS, e retirar espaço para negociações entre o governo e o Chega, que poderão tornar o PS irrelevante a prazo, como sucedeu em situações similares noutros países.

Para fazer o OE com incerteza, é crucial uma abordagem flexível. Mas o que deve incluir concretamente?

Essa flexibilidade passa, desde logo, pela referida necessidade de diálogo do governo tendo em vista alcançar acordos com o PS e o Chega, consoante as matérias, o que será crucial para implementar as medidas e reformas necessárias, bem como limitar as contrapartidas e os custos orça-

mentais associados, tanto quanto possível.

Em matéria de cenários macroeconómicos, deve ser reforçada a análise de riscos do OE2026. Num cenário em que a incerteza se prolonga na vertente comercial, o relatório do OE2026 deverá ter especial atenção à análise de sensibilidade (riscos) que acompanha o cenário macroeconómico, adaptando os choques simulados à gravidade do contexto, se necessário. Por exemplo, o relatório do OE2025 simulou uma redução de 2 p.p. no crescimento da procura externa face ao cenário base e de 1 p.p. no caso da procura interna, valores que poderão ser elevados se o cenário de guerra comercial se agravar. E as ‘folgas’ não devem ser exageradas e devem ser em montante ajustado ao contexto e ao grau de incerteza, devendo ser explicadas por uma questão de transparência e prestação de contas. Mais importante, e o maior garante da sustentabilidade orçamental, do Estado Social e do nível de vida, é elevar o potencial de crescimento económico do país, o que requer reformas estruturais, que devem ser incorporadas no próximo Orçamento e nos seguintes.

Podem ser ajustadas às adversidades?

Elas são cruciais para o desenvolvimento do país e devem ser prosseguidas mesmo que o seu ritmo possa ter de ser ajustado em função da adversidade do contexto externo, mas este não deve ser um pretexto para que as reformas continuem a ser adiadas sine dia.

Uma boa parte dos problemas atuais mais prementes – com realce para a saúde, a habitação e o elevado esforço fiscal, associado à ineficiência dos serviços públicos e da despesa pública – exigem reformas e tempo, não pensos rápidos. A emergência do Chega resulta precisamente da insatisfação da população com a incapacidade de resolução dos seus problemas pelos sucessivos governos – sobretudo dos do PS, que tem estado mais tempo no poder –, porque privilegiaram sempre uma lógica eleitoral curto prazo em detrimento do médio e longo prazo, em grande parte porque nunca foram capazes de dialogar e alcançar entendimentos a uma ou mais legislaturas, como o fizeram outros países mais desenvolvidos, como a Irlanda.



Se a AD não se entender com o Chega, pelo menos nalgumas matérias, associando André Ventura a algumas medidas e opções de governação, com os custos políticos inerentes, corre o risco de, nas próximas eleições perder mesmo a maioria para o Chega

Festivais de música atraem cada vez mais estrangeiros

Festivais ■ Portugal tem-se afirmado no setor dos festivais de verão, tendo atingindo um valor recorde em 2024. Estes têm contribuído para o turismo nacional, uma vez que atraem estrangeiros e dinamizam o turismo das regiões.

Inês Correia Botelho
ibotelho@medianove.com

Os festivais de música têm ganho palco no panorama português. De norte a sul do país realizaram-se, em 2024, um recorde de 358 festivais. Em 2015 este número era de apenas 210.

De acordo com a Associação Portuguesa de Festivais de Música (Aporfest), no ano passado, os festivais mobilizaram cerca de 2,51 milhões de espectadores, um número que cresceu face aos 2,4 milhões registados em 2023.

Apesar de acontecerem de janeiro a dezembro, o mês de julho é o que alberga o maior número de festivais, 80, seguido de agosto, com 56. Já dezembro é o que acolhe menos festivais, cerca de três. No que toca a localidades, Lisboa é a cidade que recebe o maior número de festivais, 72, seguida do Porto, com 41 e de Braga, com 40. Bragança está no fim da lista, com apenas três festivais, no lugar anterior está Guarda e Madeira, ambos com quatro festivais.

O crescimento dos festivais tem tido um impacto no turismo, uma vez que o turismo festivalero tem sido cada vez mais uma tendência.

Segundo a Aporfest, prova de que este setor é importante para o turismo em Portugal foi o "aumento do apoio pelo Turismo de Portugal para os eventos e uma campanha exclusivamente dedicada aos festivais

de música como promoção no exterior".

A associação defende que esta indústria tem vindo a crescer nos últimos anos, "nomeadamente no setor da música eletrónica", que capta "muito público internacional e fidelizando novas franjas de público".

O primeiro festival de verão a realizar-se em Portugal foi o Vilar de Mouros, em 1971. Apesar da primeira edição ter acontecido no Estoril, rapidamente o festival mudou-se para Vilar de Mouros. Com este festival foi possível trazer ao nosso país, pela pri-

meira vez, o Sir Elton John e a banda Manfred Mann.

A partir desse ano, o país começou a investir neste tipo de festivais e, atualmente, contribuem já ativamente para o turismo em Portugal.

A época festivalera de verão inicia-se no Porto, com o Primavera Sound, que decorreu de 12 a 15 de junho, e que trouxe a cidade invicta a britânica Charli XCX. Em 2024, este festival contou com mais de 100 mil pessoas, sendo que os dados revelam que 40% do público era estrangeiro. Segundo os dados do Instituto Superior de Administração e Gestão, o festival também traz turismo nacional, com 29,3% a viver fora da área metropolitana do Porto (AMP).

Com o turismo vem o impacto económico, e os dados mostram que em média os festivaleiros gastam por dia na cidade do Porto 397,87 euros, sendo que em média 42,28 euros são gastos no recinto.

Ainda no norte do país, temos o Mares Vivas, que se realiza em Vila Nova de Gaia de 18 a 20 de julho. Este festival, que este ano traz Scorpions e Thirty Seconds to Mars, contou com 135 mil pessoas em 2024, sendo que 12% eram estrangeiras e 32% não pertenciam à AMP.

Em média cada participante gasta 325 euros, sendo que o festival gera um impacto económico para a região de cerca de 40 milhões de euros. Apesar de ter uma duração de três dias, a organização revela que os festivaleiros tendem a permanecer uam



Álvaro Covões
Fundador da promotora
Everything Is New



Luís Montez
Fundador da promotora
Música no Coração



Número de festivais em Portugal tem vindo a crescer desde 2015, passando de 210

média de 5,5 dias na cidade, contribuindo assim para o turismo da região norte.

Mais a norte do país, a praia Fluvial do Taboão recebe o Vodafone Paredes de Coura, que apesar de não ter dados disponíveis sobre o gasto médio, contou, na edição do ano passado, com cerca de 100 mil visitantes, sendo que 20% de espectadores estrangeiros.

O festival realiza-se de 13 a 16 de agosto e traz nomes como Vampire Weekend e Franz Ferdinand.

Descendo uns quilómetros, em Cascais realiza-se o Ageas Cool Jazz, que, em 2024, durante 11 dias contou com 45 mil espectadores, sendo que 25% eram estrangeiros.

A organização revela que o consumo médio diário de cada festivalero encontra-se nos 12,70 euros.

Ainda na região centro de Portugal marca presença o Nos Alive, um festival que conta com 80% de nacionalidades estrangeiras e no qual se verifica nos últimos anos que entre 5% a 6% dos portugueses que vão ao festival estão a ir a Lisboa pela primeira vez, revelou o organizador Álvaro Covões.

Este responsável refere que o festival "é dos 7 aos 77, com conteúdo simpático que junta diversas pessoas". A edição do ano passado acolheu mais de 165 mil pessoas.

Este ano, Portugal ficou sem



Turismo festivaleiro é “muito interessante do ponto de vista económico”

Festivais ■ O Turismo de Portugal lançou uma campanha, cujo objetivo é posicionar o país como um destino de eleição para os amantes de música.

Inês Correia Botelho
ibotelho@medianove.com

Com o mote de atrair turistas para o país, o Turismo de Portugal lançou uma campanha, “Portugal Music Festivals Headliners”, para apoiar o turismo festivaleiro.

A campanha cria cabeças de cartazes fictícias, com destaque para o que Portugal tem de melhor: a natureza, o sol, o oceano, o património, a cultura, os sabores, o bem-estar e a diversidade. Assim, a campanha deixa o convite para descobrir um país onde a música e os festivais são valorizados pelos ativos turísticos do destino.

O poder envolvente do oceano é materializado em Waves of Solitude, a energia vibrante das pessoas encontra-se em The Future Rainbows, a autenticidade da nossa cultura manifesta-se em The Art Attacks e a alma da nossa gastronomia serve-se em Full Table Nation. Estes são apenas alguns dos exemplos do novo cartaz turístico.

Carlos Abade, presidente do Turismo de Portugal, afirma que esta campanha “faz parte da estratégia global de promoção de Portugal como um destino vibrante, sustentável e culturalmente diverso e vem reforçar o programa Portugal Events, destinado a estimular a realização de eventos em todo o território, enriquecendo a oferta turística nacional, dinamizando as economias locais e tornando o destino mais competitivo internacionalmente”.

Já Lúcia Monteiro, vogal do conselho diretivo do Turismo de Portugal, refere que “os festivais podem

contribuir para um melhor turismo, têm capacidade de captar públicos diversificados, fazer com que o público permaneça mais tempo e, de um ponto de vista da sustentabilidade, existem festivais espalhados por todo o país, o que ajuda a dinamizar as zonas mais rurais, promovendo a coesão territorial”.

“Os nossos indicadores mostram-nos que os festivais são muito interessantes do ponto de vista económico, porque por norma o público que vem aos festivais é muito heterogéneo, e tende, por norma, a permanecer mais tempo no destino turístico e a poder ter outras experiências turísticas”, salientou.

Tendo como um dos principais objetivos a captação de público estrangeiro, a campanha vai ser promovida nos principais mercados estratégicos, sendo eles o Reino Unido, Espanha, Alemanha e Países Baixos. A divulgação da campanha vai ser feita através de meios digitais, estando previstas ativações em plataformas de música, como o Spotify.

Para além desta promoção, a campanha vai disponibilizar no Spotify uma playlist VisitPortugal, onde se vai poder ouvir os sons simbólicos dos ativos turísticos portugueses que estão a ser promovidos pela campanha e vai também contar com testemunhos de músicos e artistas que vivem em Portugal.

No ano passado registou-se um número recorde de festivais realizados em Portugal, 358 no total. Estes festivais mobilizaram um total de 2,51 milhões de espectadores, um número que cresceu face aos 4,1 milhões registados em 2023

três festivais, sendo dois deles nomes soantes dos festivaleiros. O Super Bock Super Rock (SBSR) é um dos que não se realizará este ano, depois de passadas 30 edições o seu promotor, Música no Coração, ter anunciado que ia deixar de ser a promotora. Os dados das últimas edições mostram que este festival registou sempre uma percentagem de público estrangeiro superior a 10%, com os espectadores espanhóis a liderarem.

O segundo nome clássico dos festivais em Portugal que não se realizará este ano é o Meo Sudoeste. A promotora, a mesma que do SBSR, revelou que o festival está a preparar “um novo capítulo”. Segundo os dados da promotora o festival, realizado em

agosto, trazia cerca de 20% de público estrangeiro à Zambujeira do Mar.

Apesar do cancelamento de festivais anunciado para este ano, a associação não se mostra preocupada, uma vez que “todos os anos existem festivais que deixam de ocorrer e outros que regressam”, sendo que “o número de novos festivais que surgem é superior aos cancelados/adiados”, revela.

Embora não existam dados concretos sobre o impacto deste setor na economia, em 2020, altura em que os festivais não se realizaram devido ao Covid, o seu cancelamento teve um impacto superior a 1,6 mil milhões de euros na economia portuguesa.

“Os festivais podem contribuir para um melhor turismo, têm capacidade de captar públicos diversificados e promovem a coesão territorial”

Ana Matos Almeida



Circular ou colapsar: a urgência de um compromisso

Com a eleição de um novo Governo há temas que transcendem ideologias e disputas partidárias e exigem consenso democrático. A transição para uma economia circular é um desses temas: não é uma opção ideológica, é uma exigência estratégica e a única solução viável para enfrentar simultaneamente a crise ambiental, económica e social do nosso tempo.

A economia linear – assente na extração, produção, consumo e resíduos – tornou-se estruturalmente insustentável. Consome demasiados recursos, gera níveis insuportáveis de resíduos e agrava a vulnerabilidade económica e social. Portugal, está perigosamente atrasado nesta transição. A taxa nacional de circularidade – que mede a percentagem de materiais reciclados e reintegrados na economia – é de apenas 2,8%, muito abaixo da média europeia de 11,8% e distante de países como a Itália (20,8%) ou os Países Baixos (30,6%) (Eurostat, 2023). Esta ineficiência no uso de recursos reflete-se numa elevada dependência de matérias-primas importadas e,

portanto, numa fragilidade geoestratégica considerável.

Não é só ambiente, é estratégia económica

É fundamental compreender que a economia circular não é apenas uma causa ambiental. É uma estratégia para a resiliência económica, inovação industrial e soberania de recursos. Poderia reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da UE em 45% até 2030 (Ellen MacArthur Foundation, Institute for European Environmental Policy, 2021) e as emissões de aço, plásticos, alumínio e

Apesar do potencial, Portugal continua sem uma estratégia nacional atualizada. Espera-se que o novo Governo priorize a divulgação e implementação urgente do novo Plano de Ação para a Economia Circular

cimento em 56% até 2050 (Materials Economics, McKinsey, 2022). Além disso, pode gerar às empresas europeias poupanças líquidas anuais entre 250 e 465 mil milhões de euros (12% e 23%) em custos com materiais (ECOS). Apesar deste potencial, Portugal continua sem uma estratégia nacional atualizada. Espera-se que o novo Governo priorize a divulgação e implementação urgente do novo Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), condição indispensável para coordenar os diversos atores e estabelecer metas vinculativas. Algumas empresas, startups, municípios e organizações como a Circular Economy Portugal, já estão em movimento, mas a falta de instrumentos e medidas públicas eficazes traz atrasos numa transição que precisa de ser rápida e ambiciosa.

Todos no mesmo barco

Durante a pandemia de covid-19, assistimos a uma colaboração histórica entre partidos para enfrentar a crise sanitária. Essa capacidade de colocar o interesse comum acima das divisões ideológicas deve inspirar a resposta à crise ecológica e económica atual. A economia circular precisa de um compromisso político

transversal, sustentado por políticas corajosas, investimento público e privado, e participação da sociedade civil.

A urgência é visível nos números. Portugal Continental gera por ano 5,3 milhões de toneladas de resíduos urbanos – mais de meia tonelada por habitante por ano ou 1,4 quilos por habitante por dia – e 59% acabam em aterro, longe da meta europeia de 10% até 2035 (APA). E os resíduos urbanos representem apenas 17% do total de resíduos produzidos no país (outros incluem industriais, da construção civil, agrícolas...). Mais alarmante ainda, como alertou o secretário de Estado do Ambiente em março de 2025, apenas 13 dos 35 aterros existentes têm mais de 20% de capacidade disponível. Em regiões como Algarve, Norte e

Lisboa e Vale do Tejo a capacidade pode esgotar-se já em 2027 se não forem adotadas medidas urgentes. É essencial implementar o Tratamento Mecânico e Biológico para os resíduos indiferenciados, alargar a recolha seletiva com sistemas de alta eficiência, como o Sistema de Depósito com Retorno, e promover o tratamento na origem dos biorresíduos – seja através de compostagem doméstica, comunitária ou de modelos porta-a-porta, como já sucede na Maia e em Guimarães. Estamos à beira do colapso do sistema de gestão de resíduos. A incineração não é solução: destrói recursos, bloqueia a inovação e trava a transição ecológica. A Circular Economy Portugal defende que cada euro investido em incineração perpetua a





Em Portugal, as medidas existentes continuam fragmentadas entre várias entidades públicas criando uma clara falta de liderança e de visão integrada

economia linear e afasta o investimento na prevenção, reutilização e reciclagem.

Mas Portugal não está sozinho. Na União Europeia, a produção total de resíduos atingiu 2.233 milhões de toneladas em 2022, com cada cidadão a gerar em média quase cinco toneladas de resíduos. O desafio é continental, mas as respostas têm de ser nacionais e locais. Se cada país assumir responsabilidade pelo seu impacto e pelo exemplo que dá, cria-se uma dinâmica internacional de mudança. Veja-se o exemplo da França, com a sua mais recente lei contra a “moda rápida” ou *fast fashion*.

França dá o exemplo

A recente aprovação da lei francesa contra a *fast fashion* é um exemplo de ação política transformadora e de consenso

partidário. A nova legislação, aprovada este mês com 337 votos a favor e apenas 1 contra, define legalmente a moda “ultra-efémera”, como a Temu e Shein, impõe eco-contribuições financeiras entre cinco e 10 euros por peça (até 50% do PVP), proíbe publicidade em redes sociais, sanções para influenciadores e obriga à divulgação de mensagens de consciencialização ambiental junto dos consumidores. Embora as sanções visem sobretudo empresas que se enquadram na definição de *fast fashion* - baseada no número de modelos lançados, como é o caso da Shein, que introduz cerca de 10 mil novos produtos por dia - e deixem de fora outros gigantes do setor, como a Inditex ou a H&M, trata-se ainda assim de uma medida inédita com o

intuito de reduzir o impacto ambiental de uma das indústrias mais poluentes do mundo, responsabilizando os grandes produtores por práticas de produção insustentáveis e por incentivar o consumo descartável desenfreado.

Portugal tem leis, falta desbloquear a ação pública

Dito isto, já existem em Portugal quadros legais e políticas em vigor relevantes que sustentam a transição para a economia circular, desde o regime geral da gestão de resíduos (RGGR) atualizado em maio de 2025 que transpôs a Diretiva (EU) incluindo medidas de planeamento e medição de resíduos alimentares e proibição de incineração ou deposição em aterro de resíduos destinados à reciclagem, à estratégia de

compras públicas verdes (ECO360 2030), passando ainda por outras diretrizes europeias transpostas para Portugal tal como o Ecodesign - que atua a nível do produto e regula a conceção - e a Taxonomia Europeia - que atua a nível de actividade económica e regula o que não é sustentável para investimento e política. Estes são alguns exemplos. Contudo, as medidas existentes continuam fragmentadas entre várias entidades públicas criando uma clara falta de liderança e de visão integrada. Para além disso, a instabilidade política, tanto a nível governamental como municipal, agrava o problema: mudanças frequentes de titulares de cargos políticos, alterações de prioridades partidárias e incerteza sobre financiamentos criam um ambiente de imprevisibilidade que desincentiva o investimento das empresas, dificulta o trabalho das ONGs e das próprias autarquias em projetos de economia circular.

Como reiterado por Hugo Conzelmann do Instituto Nacional da Economia Circular francês, é necessária a criação de um “balcão único” para facilitar a implementação e o acompanhamento das medidas de transição circular. Poderia ser também um “delegado interministerial” - uma figura com autoridade transversal sobre vários ministérios - com mandato político e técnico para coordenar estratégias, desbloquear conflitos, garantir coerência entre setores e acompanhar resultados.

A transição para uma economia circular deve ser uma prioridade e compromisso nacional de longo prazo para este Governo e independente de ciclos eleitorais, com capacidade de dar confiança e previsibilidade a quem pretende investir na transformação estrutural da nossa economia. A urgência é inequívoca: ou transicionamos com coragem e ação - ou colapsamos sob o peso de um sistema linear obsoleto que já não serve o ambiente, nem a economia, nem as nossas gerações.



Presidente da Circular Economy Portugal



Os países da União Europeia, juntamente com o Reino Unido, tentam escapar à irrelevância no que diz respeito ao Médio Oriente

Europa mantém negociações com o Irão sobre plano nuclear

Médio Oriente ■ Reino Unido, França e Alemanha - com o conhecimento de Kaja Kallas - deverão encontrar com uma delegação iraniana na Suíça esta sexta-feira. O plano nuclear está na ordem do dia.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

Os ministros das Relações Exteriores da Alemanha, França e Grã-Bretanha planeiam realizar negociações nucleares com o seu homólogo iraniano já esta sexta-feira em Genebra. Segundo as agências internacionais, os ministros reunirão primeiro com a principal diplomata da União Europeia, Kaja Kallas, na missão permanente da Alemanha em Genebra, antes de realizarem uma reunião conjunta com o ministro das Relações Exteriores iraniano. A acontecer – o que as mesmas fontes não como absolutamente certo – a iniciativa europeia surge em meio a temores de um conflito crescente no Médio Oriente Médio, num contexto em que a Europa tem estado sistematicamente à

margem do que se passa ali. A presidente da Comissão, a alemã Ursula von der Leyen, tem sido um dos principais suportes das iniciativas de Israel – nomeadamente no que tem a ver com o mais recente ataque ao Irão – mas essa postura política está longe de ser consensual no seio do bloco dos 27.

“Reuniremos com a delegação europeia em Genebra na sexta-feira”, disse o ministro das Relações Exteriores do Irão, Abbas Araghchi, numa declaração divulgada pela agência de notícias estatal iraniana IRNA. Diplomatas europeus confirmaram as negociações, que envolverão o ministro das Relações Exteriores francês, Jean-Noël Barrot, o secretário das Relações Exteriores britânico, David Lammy, e o ministro das Relações Exteriores alemão, Johann Wadephul, bem como a chefe de

política externa da UE, Kaja Kallas, revela por seu turno o jornal turco ‘Dailysabah’.

O objetivo das negociações entre o Irão e os três países europeus – que estão desde sempre nas conversas com o Irão, que culminaram com o acordo assinado em 2015 – é persuadir o lado iraniano a garantir sem tibiezas que usará o seu programa nuclear somente para fins civis. Segundo as mesmas fontes, as negociações estão a ser coordenadas com os Estados Unidos, e serão seguidas por um diálogo ao nível de especialistas.

Israel afirmou que o seu objetivo é eliminar a capacidade de Teerão de desenvolver uma arma nuclear, com o Irão a negar sistematicamente que o seu programa nuclear tenha fins militares. Várias vozes têm dito que não faz parte das atribuições do governo de Israel tomar decisões sobre se

o Irão tem ou não o direito a possuir armamento nuclear – tanto mais que o próprio Estado hebraico tem armas nucleares não declaradas – e muito menos promover uma mudança de regime. Este aspeto tem sido crucial no debate, uma vez que parece ser claro que não há neste momento qualquer estrutura de oposição que possa tomar o país em mãos se o regime dos aiatolas cair.

O presidente russo, Vladimir Putin, recusou comentar as especulações de que Israel ou os Estados Unidos podem tentar assassinar o líder supremo iraniano, o aiatola Ali Khamenei. “Não quero nem discutir essa possibilidade. Não quero”, disse, à margem do Fórum Económico Internacional de São Petersburgo, que te lugar este fim-de-semana. Mas o certo é que o assunto parece estar em cima da mesa: o ministro da Defe-

sa israelita, Israel Katz, diz que “eliminar” o líder supremo do Irão é um dos objetivos de guerra.

Do seu lado, Donald Trump opta por um discurso pouco perceptível, que não permite perceber-se se os Estados Unidos estão ou não inclinados em tomar parte nos ataques ao Irão. Trump tem dito que o Irão precisa de voltar à mesa das negociações – mas, por outro lado, tem-se mostrado indiferente aos sinais de que o regime de Teerão pode estar a tentar fazer isso mesmo – nomeadamente através da Arábia Saudita.

Mudanças na cúpula do Irão

Para todos os efeitos, a morte de Khamenei não deixa de ser uma possibilidade que, aparentemente, está a ser gerida pelos iranianos. Segundo informações veiculadas pelo jornal ‘Iran International’, Ali Khamenei delegou uma parte significativa da sua autoridade no Conselho Supremo da Guarda Revolucionária. Desta forma, Khamenei, que não divulga as suas tradicionais mensagens em vídeo nem aparece em público há vários dias, parece estar a preparar o país para ser governável se por qualquer motivo se verificar a sua ausência.

O ‘Iran International’ noticiou há quatro dias que Khamenei teria sido transferido para um bunker subterrâneo em Lavizan, a nordeste de Teerão – juntamente com todos os seus familiares, incluindo Mojtaba Khamenei, um dos seus filhos, apontado como um forte candidato à sucessão do pai. Donald Trump anunciou que está ciente do paradeiro de Khamenei: “Temos plena consciência de onde o chamado ‘Líder Supremo’ está escondido; ele é um alvo fácil, mas está seguro na sua localização atual. Pelo menos por enquanto, não temos intenção de eliminá-lo”, escreveu nas redes sociais.

O mesmo jornal relata problemas generalizados em várias partes do país, incluindo interrupções no sistema bancário, graves perturbações na internet, falta de água e escassez de gasolina e mesmo de alimentos em algumas cidades. Esta quinta-feira decorreram 24 horas desde o desaparecimento da internet. Há também notícia de que todas as transações de títulos na Bolsa de Valores de Teerão, de commodities na Bolsa de Mercadorias e operações na Bolsa de Energia estão suspensas até pelo menos ao dia 1 de julho.

Turismo e construção já foram atingidos pelos efeitos da guerra

Israel ■ O maior receio é que a inflação entre em descontrolo. Mas as exportações continuam em alta, no quadro de uma indústria altamente competitiva.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

Não é ainda uma economia de guerra, mas os primeiros efeitos já chegaram a Israel: a construção e o turismo, dois importantes setores do país, estão em queda acentuada há vários meses – o que é uma má notícia para a captação de dólares (para alimentar a voracidade das compras de armamento), mas também para a inflação, que o governo tenta controlar há três anos. Este índice desceu dos 4,2% em 2023 para os 3,1% no ano seguinte, mas os analistas dizem que será impossível de manter. Até porque o país é cada vez mais uma economia de serviços (respondia por cerca de 70% do PIB em 2023), que tenta ajustar o consumo interno como um dos motores do crescimento.

De qualquer modo, produtos de alta tecnologia (incluindo aviação, comunicações, design, eletrónica médica, fibra ótica), produtos de madeira e papel, alimentos, bebidas e tabaco, cimento, produtos farmacêuticos, produtos metálicos e produtos químicos, são, segundo os

especialistas os setores que asseguram uma indústria que, apesar de valer apenas cerca de 20% do PIB, assegura uma forte componente de exportações. Que estão sistematicamente um passo à frente das importações: 154 mil milhões de dólares para a primeira, 140,5 mil milhões para a segunda, dados referentes a 2024. Sem surpresas, os Estados Unidos estão no topo da lista dos países compradores da produção israelita – com uma quota que, dependendo dos anos, chega a ultrapassar os 30% – só depois surgindo a China (10%), Irlanda (6%), Alemanha (4%) e Hong Kong (4%). Curiosamente, nas importações, é a China quem surge à frente (com 17%) dos Estados Unidos (12%), Alemanha (7%), Turquia (6%), e Itália (4%).

As despesas militares rondam os 10% do PIB (ficaram nos 8% em 2024, o maior valor da década. O país conta com aproximadamente 170 elementos das Forças de Defesa de Israel (IDF), e mais de 400 mil reservistas. A maior parte do inventário das IDF é composta por armas produzidas internamente ou importadas da Europa e dos EUA; os EUA têm sido o principal fornecedor de armas nos últimos anos. Israel tem uma ampla base industrial de defesa que pode desenvolver, produzir, apoiar e sustentar uma grande variedade de sistemas de armas para uso doméstico e exportação, particularmente veículos blindados, sistemas aéreos não tripulados, defesa aérea e mísseis.

Uma das maiores lacunas da economia israelita é, como não podia deixar de ser, o investimento direto estrangeiro. Segundo os dados disponíveis, o IDE teve uma queda significativa em 2023, com uma diminuição de 34% (menos 4,76 mil milhões de dólares) em relação ao ano anterior. O IDE como percentagem do PIB era de 2,5% em dezembro de 2024, uma queda em relação aos 3,7% de 2023.



Bezalel Smotrich
Ministro das Finanças até março liderava a extrema-direita



Os complexos petrolíferos iranianos estavam no topo da guerra preventiva de Israel

‘Monocultura’ do petróleo é uma má decisão

Irão ■ Tentou diversificar, mas as sanções não o permitiram. Inflação e desemprego afetam a economia do país, cuja ‘monocultura’ petrolífera permite aos inimigos saber exatamente onde devem atacar.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

O Irão conta com uma população de cerca de 89,5 milhões de habitantes, estimando-se o PIB per capita em 3.027 dólares em 2023 (cerca de 2.637 euros, ao câmbio atual), segundo dados da Economist Intelligence Unit (EIU). A economia do Irão é muito dependente da indústria dos hidrocarbonetos, tendo as receitas do petróleo um peso considerável, mas difícil de mensurar (dada a falta de informação credível) nas receitas do Orçamento do Estado. Aliás, a ‘monocultura’ dos hidrocarbonetos, patrocinada pelo anterior regime do Xá da Pérsia (liderado até 1979 por Mohammad Reza Pahlavi), foi identificada internamente como uma má solução.

Há uma década, o governo iraniano tentou diversificar as fontes económicas do PIB por meio de investimentos em outras áreas, como as indústrias automobilística, aeroespacial, de eletrónica de consumo, petroquímica

e nuclear. O problema foi que o Irão esperava atrair biliões de dólares em investimentos estrangeiros ao criar um ambiente económico mais favorável, por meio de medidas como a redução de restrições e tarifas alfandegárias a importações e a criação de zonas de livre comércio de que são exemplos as de Chabahar e da ilha de Kish. Os grandes grupos petroquímicos ocidentais não se fizeram rogados – mas a saída dos Estados Unidos do perímetro do acordo nuclear (em 2018) e as consequentes sanções impostas por Washington (e não acompanhadas pela ONU) resultaram na debandada geral. A francesa TotalEnergy deu o exemplo.

Além do petróleo

De qualquer modo, ao nível industrial e além do petróleo, são também de referir a produção de petroquímicos e gás, fertilizantes, soda cáustica, têxteis, cimento, outros materiais de construção, processamento de alimentos, em particular refinação de açúcar e produção de óleo vegetal, e metais ferro-

sos e não ferrosos. Em 2023 registou-se um crescimento do PIB de 5%, ritmo que terá descido para os 3,9% em 2024.

Apesar da produção de petróleo ter aumentado para cerca de 3,4 milhões de barris/dia, perspectiva-se que a economia possa continuar a ser condicionada pelas sanções.

Uma moeda instável, inflação galopante (próxima dos 50%), finanças públicas restritivas, desemprego elevado (próximo dos 10% no geral e o dobro entre a juventude), acesso restrito a divisas e investimento estrangeiro limitado são aspetos desfavoráveis para o crescimento da economia.

A EIU previa um crescimento do PIB de 2,4% para 2025 – mas a guerra com Israel vai obrigar a uma revisão do cenário. China (35%), Turquia (16%), Índia (8%), Paquistão (7%) e Arménia (5%) são a geografia das exportações do Irão (para 2023); os maiores fornecedores são a China (34%), Emirados Árabes Unidos (20%), Turquia (11%), Brasil (8%) e Alemanha (4%) (também para 2023).

Japão regista défice comercial em maio

Comércio ■ O Japão registou um défice comercial de cerca de 3,82 mil milhões de euros em maio, cerca de metade do registado há um ano, informou o Governo japonês. O saldo negativo é 5,5 vezes maior do que o registado em abril passado, mas cerca de metade (48%) do registado em maio de

2024 (7,3 mil milhões de euros), segundo dados publicados pelo Ministério das Finanças. As exportações japonesas caíram 1,7% em termos homólogos no quinto mês do ano, para 48,72 mil milhões de euros, enquanto as importações caíram 7,7%, para 52,54 mil milhões de euros. Por país, o Japão registou um défice de 3,74 mil milhões de euros com a China, o seu maior parceiro comercial, o que representa mais 17,2% do que no ano anterior.

26%

Alfândega ■ As exportações dos países de língua portuguesa para a China caíram 26%, até abril, em comparação com igual período do ano passado, de acordo com os dados do Serviços de Alfândega da China.

Von der Leyen e Meloni discutem com Lourenço

Cooperação ■ A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, copresidem hoje, em Roma, a uma cimeira sobre a cooperação com África, que estará representada pelo Presidente angolano, João Lourenço, que é o presidente em exercício da União Africana.

A cimeira, intitulada "O Plano Mattei para África e o Portal de Entrada Global: Um esforço comum com o continente africano", junta, também, líderes da Zâmbia, República Democrática do Congo e Tanzânia, e ainda instituições como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. Objetivo da cimeira é fortalecer as parcerias com África.

Cimeira na expectativa sobre o que dirá Trump ao ReArm Europe

NATO ■ Aumentar a despesa na defesa até 5% do PIB e comprar armas aos Estados Unidos. Era essa a ideia, por razões logísticas e de emergência.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

Nenhum analista consegue antecipar um encontro pacífico estes dias 24 e 25 de junho em Haia (Países Baixos), onde vai decorrer uma das mais esperadas cimeiras da NATO de que há memória. É claro para todos que um dos temas em causa – considerado aliás 'o' tema – a par da questão da Ucrânia e agora com mais força do Médio Oriente, será o dos investimentos que os aliados deverão processar no capítulo da defesa. As posições são divergentes: os Estados Unidos querem 5% do PIB, a maioria dos países ocidentais admite – depois de muito pressionados – os 3,5% e há mesmo os que propõem 2% (Portugal é um deles, para 2025) mais 1,5% em infraestruturas.

A União Europeia fez o 'trabalho de casa' e engendrou um plano de investimentos de 800 mil milhões de euros, dos quais 150 mil milhões da sua responsabili-

dade, e a promessa de que os investimentos em despesa não contarão para o défice. Passou à margem do conhecimento geral o facto de, mal o plano ser tornado público, o setor da defesa dos Estados Unidos ter contactado o presidente Donald Trump para se queixar que a ideia não era essa: ao contrário, a pressão de Washington era no sentido de os aliados europeus aumentarem a compra de armamento fabricado nos Estados Unidos e nunca substituir importações.

Neste contexto, é muito possível que o recado que Donald Trump tem para trazer a Haia seja precisamente esse, como admitem vários analistas – entre eles o embaixador Francisco Seixas da Costa em conversa com o JE. E apresentará duas razões de peso: uma logística, outra de urgência.

Uma das queixas da NATO em relação aos aliados europeus é que cada um tem o seu exército próprio, logisticamente incompatível (pelo menos em parte) com uma operação conjunta. Ora, sendo



Mark Rutte tem a função impossível de compatibilizar os aliados

a maioria do material da NATO de proveniência norte-americana, a logística implica que as compras sejam processadas sob os seus padrões, sob pena de a aliança militar perder eficácia.

E depois há a urgência: Trump dirá com certeza que percebe o esquema de substituição de importações – ele próprio está a pressionar a indústria norte-americana para fazer isso mesmo, em detrimento da produção asiática, centro-americana, canadiana ou outra. Mas não há tempo para isso, dirá, e a prova está no aumento da tensão na frente da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e mais ainda no recente confron-

to direto (terá sido um acaso?) entre o Irão e Israel. Sendo pacífico para os entendedores que a estratégia de desenvolvimento de uma indústria de defesa europeia autónoma precisará, no mínimo, de uma década, o recado é claro: "tudo isso está muito bem, mas convém que vocês cheguem vivos a 2035". Ou dito de outra forma: Trump pode ir a Haia para riscar o ReArm Europe com um 'X' a vermelho.

É a chamada cooperação estruturada em matéria de defesa, que foi introduzida pelo Tratado Constitucional e depois repegada pelo Tratado de Lisboa. E que dá uma base institucional à União Euro-

peia para construir uma estrutura própria de defesa – concebida como pilar europeu da NATO, mas que tem de ter as capacidades de atuar destacadamente do comando americano da NATO, o que é um projeto particularmente complexo", disse o ex-ministro da Defesa António Vitorino ao JE.

O resto da agenda

A questão da Ucrânia será também nuclear. Não tanto para se perceber de que lado está a administração Trump – se houvesse dúvidas, bastava recuperar as declarações do presidente dos Estados Unidos na cimeira do G7, que usou para mais uma vez considerar estúpida a expulsão da Rússia – mas para avaliar o seu grau de comprometimento com o famoso artigo 5º do Tratado de Washington. Vários elementos da administração Trump – entre eles o próprio vice-presidente, JD Vance – têm tratado de assegurar que o presidente continua empenhado na defesa de qualquer Estado-membro que seja atacado como se se tratasse de solo norte-americano. Sucede porém que ninguém acredita (ao nível de chefes de Estado e de governo, a ver por diversas declarações) – o que não só não é simpático para o 'amigo' americano, como implica, como disseram também Seixas da Costa e António Vitorino, uma alteração profunda da natureza da NATO. "A NATO vive um movimento particularmente crítico, de stress, não há sobre isso a menor dúvida. A ambiguidade sobre a validade do artigo 5º, que tem sido alimentada pela administração americana – e que é sem dúvida alguma um dos pilares fundamentais do modelo de defesa coletiva da NATO – suscita naturalmente uma enorme apreensão por parte dos aliados europeus", referiu António Vitorino.

Reservas de Moçambique crescem em abril

Banco central ■ As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) moçambicanas voltaram a crescer em abril, ultrapassando 3.265 milhões de euros, segundo dados do banco central compilados pela Lusa. De acordo com o mais recente relatório estatístico do Banco de Moçambique, as reservas - em

moeda estrangeira - tinham registado em fevereiro o valor mais baixo em cerca de um ano, ao recuarem para 3.593 milhões de dólares (3.109 milhões de euros). Subiram 1% durante março, para 3.619 milhões de dólares (3.131 milhões de euros), e mais 4,3% em abril, segundo os dados do banco central. Em abril, o montante de reservas internacionais cobriam mais de três meses das necessidades estimadas de importações.

8,4

INE ■ A oferta turística no arquipélago de Cabo Verde cresceu 8,4% em 2024, o que corresponde a um aumento de 28 novos estabelecimentos hoteleiros face ao ano anterior, diz o Instituto Nacional de Estatística (INE) cabo-verdiano.

UE recusa diálogo económico com China

Diplomacia ■ A União Europeia (UE) recusou realizar uma reunião económica de alto nível com a China antes da cimeira de líderes prevista para julho, devido à falta de progressos em várias disputas comerciais, revelou o jornal Financial Times. A decisão de Bruxelas de não avançar com o Diálogo

Económico e Comercial de Alto Nível UE-China sublinha as profundas divergências entre as partes, apesar dos esforços de Pequim para reforçar laços com a Europa, num contexto de rivalidade com os Estados Unidos. Esta reunião é habitualmente usada para preparar a cimeira de líderes, agendada este ano para 24 e 25 de julho, em Pequim, e que assinala os 50 anos de relações diplomáticas entre a China e o bloco europeu.

Timor lança a concurso novas áreas de petróleo

Energia ■ O país lusófono quer lançar a concurso mais áreas de petróleo, mas também de minério. Objetivo é construir refinaria de petróleo, refinaria petroquímica e unidade para exportar gás natural.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

Timor-Leste vai lançar a concurso novos blocos de petróleo no mar até ao final do ano. “Vamos lançar um concurso internacional para a exploração de petróleo *onshore* e *offshore* no fim deste ano”, disse ao Jornal Económico o ministro do Petróleo e Recursos Minerais do país, prevendo lançar 5 blocos em terra e 10 no mar.

Timor-Leste também quer arrancar com a exploração no campo de gás de *Greater Sunrise*, 140 km a sul do país, segundo Francisco da Costa Monteiro. “Temos que desenvolver esta campo em conjunto com a Austrália. Neste momento estamos a negociar para termos um gasoduto para Timor-Leste”, de forma a transportar o gás da exploração no mar para terra. “Assim, podemos desenvolver a nossa indústria de *downstream*. O gasoduto é fundamental para o desenvolvimento da indústria *downstream* em Timor-Leste”, defendeu.

“Vamos criar refinarias petroquímicas e unidades [de liquidação] para depois exportar o gás para os países compradores”, anunciou o responsável.

O ministro disse que o Governo está a “investir muito na costa



Timor-Leste tem um plano ambicioso de desenvolvimento de infraestruturas energéticas

sul do país. Está previsto desenvolver refinarias de petróleo e petroquímicas já em 2027 para podermos ter produção em 2031”, adiantou, com japoneses e australianos como parceiros.

Francisco da Costa Monteiro considera que Timor-Leste deve desenvolver os seus recursos para criar mais valor para a sua economia, como Singapura faz, embora não tenha recursos, conseguindo capturar valor. “Singapura consegue trazer petróleo de todo o mundo para refinar



Francisco da Costa Monteiro
Ministro do Petróleo e Recursos Minerais de Timor-Leste

e depois exportar”, explicou.

O país também está a atuar na frente dos minerais críticos para a transição energética.

“Já existem mais de 40 contratos *onshore*. Vamos também lançar no fim do ano outra ronda internacional”, segundo Francisco da Costa Monteiro, esperando lançar 20 áreas a concurso em terra. Entre os minérios identificados no país encontra-se o ouro, prata, lítio ou níquel.

Nos últimos 20 anos, o país já canalizou 25 mil milhões de dóla-

res no fundo soberano do país com as receitas da exploração de petróleo. “Estamos a usar o fundo para financiar despesas do Estado e estamos a usar também para investir em áreas de transição e noutras áreas da economia para diversificar a fonte de rendimentos no futuro”, afirmou. Nos próximos 30 anos, a estimativa é que o fundo arrecade mais de 50 mil milhões de dólares.

Sobre o historial do país na área de energia, recorda que pré-independência “já havia algumas explorações feitas por indonésios e australianos no mar de Timor-Leste. Depois da nossa independência, começámos a produzir, através de companhias internacionais. A nossa lei de investimento nesta área é competitiva no sentido de dar muitos aos incentivos aos investidores internacionais. Somos conhecidos já como um país destino de investimento, um país produtor de petróleo”, destacou.

Francisco da Costa Monteiro esteve em Portugal na II Conferência de Energia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) onde deixou uma mensagem de que o seu país tem uma “atenção enorme nesta área, porque a energia, a economia e o desenvolvimento” andam de mãos dadas.

“É importante continuarmos a puxar esta agenda de desenvolvimento económico da nossa comunidade. Estamos contentes porque mais países estão a focar-se também nesse aspeto. Timor-Leste continua a desenvolver os seus recursos de hidrocarbonetos, mas também estamos a introduzir energias renováveis na nossa matriz de energia. Continuamos a desenvolver o sector do petróleo e dos hidrocarbonetos como fonte principal de energia nacional”, concluiu o ministro timorense.

Turcos ameaçaram desligar a luz, mas podem sofrer apagão

São Tomé e Príncipe ■ Esteve na iminência de perder fornecimento elétrico da Tesla STP, por alegada dívida. Tribunal de Contas diz que contrato com empresa turca lesa o Estado e enviou caso para a PGR.

Inês Amado

iamado@medianove.com

É um braço de ferro. O investimento turco no setor energético e nas infraestruturas aeroportuárias de São Tomé e Príncipe poderá ter os dias contados. O fornecimento de eletricidade da Tesla STP ao país, ao abrigo de uma Parceria Público-Privada (PPP) estabelecida em outubro de 2023, esteve na iminência de ser interrompido, esta semana, com a empresa de capitais turcos a reclamar 7,5 milhões de euros de uma alegada dívida.

Na capital austríaca, o primeiro-ministro, Américo Ramos, apelava, numa conferência da OPEC, ao investimento em infraestruturas críticas, nomeadamente no aeroporto internacional.

No ano passado, o contrato de concessão foi atribuído à turca FB Group, empresa à qual pertence a Tesla STP, que acordou investir acima de 300 milhões de euros na remodelação de toda a infraestrutura aeroportuária, com exploração da mesma garantida por 49 anos. Ainda antes do ultimato da Tesla STP, que tem uma concessão de 25 anos para fornecer eletricidade ao arquipélado, o Tribunal de Contas publicou o relatório de auditoria de conformidade em que denuncia irregularidades, com perdas avultadas para o Estado.

É preciso recuar ao Governo de Patrice Trovoada, que esteve em funções até ao início de janeiro, para enquadrar a origem dos contratos, que foram efetuados por ajuste direto e à luz da Lei Temporária sobre Incentivos aos Investimentos, que isenta de fiscalização prévia um determinado tipo de projetos, no qual aqueles acordados com a empresa turca se integram.

O antigo primeiro-ministro e presidente da Ação Democrática Independente (ADI), um dos



Ricardino Costa Alegre, juiz-conselheiro do Tribunal de Contas, foi o relator da auditoria ao contrato

principais impulsionadores da cooperação no setor da energia com a Turquia, inaugurou em março de 2024 a Central de Energia da Tesla STP, responsável por injetar 10 megawatts de energia na rede da Empresa da Água e Energia (EMAE), que assinou o contrato em representação do governo. Esta primeira fase, que foi alvo de auditoria pelo Tribunal de Contas, é a primeira das três previstas na iniciativa concertada com a empresa turca, num investimento que ascende a cerca de 90 milhões de euros.

Do tribunal para a PGR

A auditoria do TdC denuncia a existência de uma sobrefaturação à EMAE em torno de 2.662.438,60 euros. Entre as irregularidades detetadas pela instituição, que recebeu o contraditório da Tesla STP, a empresa também “não apresentou as evidências de realização de despesas de investimento no valor de 10.850.000 euros”.

Ao Jornal Económico (JE), Ricardino Costa Alegre, juiz-conse-

lheiro do Tribunal de Contas, explica que a Lei Temporária sobre Incentivos aos Investimentos, aprovada em agosto de 2023, “tem uma vigência de quatro anos, e permite, excepcionalmente, o governo negociar diretamente com os proponentes e conceder incentivos e benefícios superiores ao previsto no Código de Benefícios Fiscais”, abrangendo investimentos acima de cinco milhões de euros.

De acordo com o magistrado, o relatório já foi remetido ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, tendo já sido “extraída uma certidão pedida pelo Procurador-Geral da República”. O TdC denunciou, também, que “apesar das contestações apresentadas pela EMAE, a Tesla continua a faturar 10MWe equivalente a 7.440.000 Kwe, quando nunca entregou esta quantidade de energia”.

Ainda segundo o tribunal, “as isenções fiscais concedidas pela Autoridade Geral Aduaneira e pela Direção dos Impostos à Tesla STP, seus subcontratados, acionistas e empresa do grupo representaram

para o Estado são-tomense perdas, no mínimo, no valor de 52.282.555,00 euros”.

O Governo pronunciou-se, igualmente, sobre irregularidades em ambos os contratos, poucos dias depois de ter tomado posse, no início do ano. A ameaça de cessação de operações no país foi retirada a poucas horas da data limite apresentada pela empresa turca. “A Tesla STP reconhece o convite feito pelo Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe para iniciar discussões visando a resolução da situação atual e a identificação de um acordo mutuamente benéfico para pagamentos pendentes a quaisquer outras questões contratuais”.

Em vista da nossa abordagem construtiva e no espírito de cooperação, a empresa anuncia que continuará a fornecer energia à rede nacional até novo aviso”.

Também no espaço CPLP, a Guiné-Bissau viu, em 2023, o fornecimento elétrico ser cortado pela empresa turca Karpower ship devido a uma dívida de 15 milhões de dólares.

Angola vai deixar de enviar doentes para Portugal

■ De acordo com o despacho, do dia 9 de junho, assinado pela ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, o Estado angolano fez investimentos para o tratamento diferenciado e alta complexidade no país, com parcerias estratégicas com instituições de referência mundial, reforçando a capacidade de diagnóstico e terapêutica para a reversão da junta.

“Neste sentido, estão em curso a criação de condições administrativas e financeiras para o encerramento do setor de saúde em Portugal num prazo de seis meses”, refere-se no documento.

O despacho adianta que todas as situações médicas que ainda requeiram tratamento adicional, após criteriosa avaliação, poderão ser atendidas no setor de saúde na África do Sul.

Em 2021, o Governo angolano havia anunciado o encerramento da junta de saúde em Portugal, após uma auditoria, onde se concluiu que houve vários abusos no uso deste mecanismo.

Na altura, Sílvia Lutucuta referiu que a junta nacional de saúde começou a funcionar logo após a independência, altura em que a assistência era difícil e Angola iniciou a cooperação com Portugal e outros países.

“Muitos destes setores estão encerrados há vários anos e, em relação a Portugal, não é a primeira vez que temos de tomar esta medida da de encerramento”, disse Lutucuta naquela altura, indicando que o setor foi encerrado em 1984, restabelecido e reaberto em 1990.

Desde essa altura, acrescentou, foram atendidos em junta 9.360 pacientes e 5.250 acompanhantes, “um investimento incalculável com uma média anual de gastos acima de seis milhões de euros”. Lusa

Governo e política espanhola suspensos pelo “Caso Koldo”

Espanha ■ Suspeitas de uma rede de corrupção envolvendo um ex-ministro e um seu assessor atingiram agora em cheio o PSOE, derrubando a terceira figura do partido. A preocupação é pelo que está ainda para vir.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

O “Caso Koldo” é um terremoto político em Espanha, particularmente destrutivo para o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), com réplicas intermináveis, que chegam ao Governo. Começou em 2022, com a denúncia de alegadas irregularidades em contratos para a compra de máscaras de proteção durante a pandemia de covid-19, vendidas a custo excessivo ou a troco de comissões. Foi um aviso. Evoluiu para as 490 páginas do relatório da Unidad Central Operativa (UCO), organismo da

Guardia Civil que investiga casos de corrupção, que envolve Santos Cerdán, que era secretário do PSOE para a Organização, a terceira figura do partido, suspeito de negociar comissões e subornos pela adjudicação de obras públicas. No primeiro caso, que envolve o ex-ministro dos Transportes, José Luis Ábalos, e Koldo García Izaguirre, que dá o nome público ao processo, estavam em causa comissões da ordem dos 10 milhões de euros. No segundo, são referidos montantes de 1,2 milhões. O primeiro-ministro, Pedro Sánchez, reconheceu haver “indícios muito graves” de corrupção e pediu “desculpa e perdão” aos espanhóis,

prometendo auditorias externas às contas do partido. Santos Cerdán, que se demitiu e renunciou ao lugar de deputado, fazia parte do núcleo duro de Sánchez e foi relevante na sua ascensão no partido, de que era o responsável pelo aparelho desde



Pedro Sánchez
Primeiro-ministro de Espanha

2014, e, depois, na conquista do Governo de Espanha. “Até hoje de manhã estava convencido da integridade de Santos Cerdán”, disse o líder do PSOE, há uma semana, quando foi conhecido o relatório da UCO. O Partido Popular (PP), que lidera a oposição e foi o mais votado nas últimas legislativas, tem pedido insistentemente a demissão do primeiro-ministro, mas rejeita apresentar uma moção de censura ao Governo, o que Sánchez desafia a que façam. Seria “um balão de oxigénio para o sanchismo”, justificou o porta-voz do PP, Borja Sémper. Pedro Sánchez recusa que o caso

afete o Governo. Governa num quadro de geringonça, beneficiando do apoio dos partidos nacionalistas, incluindo os independentistas catalães, um apoio expresso em votos, porque a abstenção é insuficiente para garantir a maioria parlamentar. O Juntos pela Catalunha já veio exigir explicações e a clarificação de todo o processo, ao mesmo tempo que se afirmou indisponível para viabilizar o um governo do PP. Pode é tornar o seu apoio mais caro, nomeadamente, forçando a concretização da amnistia aos envolvidos na realização do referendo independentista na Catalunha em 2017. Esta semana foi publicada uma foto do primeiro-ministro com um dos condenados, numa ação considerada de normalização. Porém, o apoio parlamentar depende da continuação da intensidade das réplicas, porque a UCO confirmar que está a analisar mais dados, incluindo gravações de conversas, que podem implicar outras personalidades. A política espanhola sustém a respiração.

PUBLICIDADE

PREPARA UM VERÃO

SEM LIMITES

JOIA DESDE

0*€

SEM FIDELIZAÇÃO

*Consulta as condições da promoção e os clubes aderentes em blog.vivagym.pt

A explosão do sentir que juntos ‘somos casa’

Entrevista Mikhail Karikis ■ O poder da palavra, os sentimentos que nos habitam, o papel de uma revolução, os anseios que ditam o presente e o futuro. Mikhail Karikis, artista greco-britânico a residir em Portugal, não é maestro mas orquestrou uma sinfonia de emoções com meia centena de jovens. Para ver e sentir, até 22 de setembro, no CAM Gulbenkian.

Ana Pina

apina@medianove.com

“Cada geração é chamada a refazer o mundo... mas, talvez, a tarefa maior seja evitar que o mundo se destrua”. Dirão que em todas as épocas esta frase de Albert Camus ressoa. Não vamos por aí. Antes queremos acreditar que Camus se sentiria impelido a completar a frase que nos provoca (interpela?) à entrada desta instalação audiovisual: “Estamos juntos porque...”. Em dois dias apenas a parede ficou povoada de frases que davam nexos a esta incompletude: “*Estamos juntos porque... somos arquipélagos; somos mais do que a soma das partes; somos família; queremos sonhar; porque não queremos deixar ninguém para trás; porque juntos somos casa*”. As frases, escritas numa miríade de caligrafias e em várias línguas, significam que a arte tem hoje, e sempre, o papel de nos confrontar, fazer pensar.

Estamos juntos porque... resulta de um processo de profunda colaboração entre Mikhail Karikis e 52 estudantes do Artallis – Conservatório d’Artes de Loures, fundado em 2008 com o objetivo de criar espaços para o fortalecimento, educação e empoderamento de uma comunidade com dificul-

dades ao acesso ao ensino artístico. Ao combinar percussão corporal e voz, o Artallis desenvolveu uma ferramenta pedagógica única e distintiva, que é também uma ferramenta poderosa de integração social.

A encomenda original do CAM – Centro de Arte Moderna Gulbenkian pretendia responder à relevância que a Revolução do 25 de Abril tem para as jovens gerações, para depois “criar um projeto que fosse colaborativo, que envolva educação, música e artes visuais”, explica Karikis ao JE. “E que ilustrasse como é que eles sentem que vivem as consequências da revolução no seu dia a dia”. A Gulbenkian deu-lhe a conhecer o Artallis, em Loures, “uma escola incrível”, diz-nos, “onde se respira um forte espírito de comunidade, de fazer com o que temos, que é a percussão corporal e a voz”.

“Eu ainda acredito nas pessoas!”

Conversar foi essencial a todo o processo. Assim como ouvir. “Inicialmente, falámos sobre os problemas que eles sentem que estão a enfrentar enquanto adolescentes à beira da idade adulta. E isso cria uma abertura para falarem sobre a falta de oportunidades de emprego, as dificuldades eco-



FOTOS: MIKHAIL KARIKIS/CAM GULBENKIAN

nómicas, o sistema educativo, o sistema político. Falaram de tudo o que sentiam, de tudo o que os magoava”, relembra Karikis. “Ouvir foi fundamental. Escutar ainda mais, pois é isso que permite construir uma relação de confiança”, conclui.

A escuta como prática que alimenta a empatia que, por sua vez, gera momentos de ligação humana e alegria, tónicos para a

produção coletiva do som. E tempo, claro. “Foi preciso um ano para criar o conceito e dois anos para criar a instalação. Depois, disse-lhes: «passámos muito tempo a falar de problemas. Agora, vamos concentrar-nos em duas questões. Uma delas é, no contexto de todos estes problemas de que estamos a falar, o que é que ainda tem o poder de nos unir? Porque estamos juntos nesta sala? O que tem o poder de nos unir e, num futuro próximo, o poder de nos definir como comunidades e coletivos?”.

Se este foi o ponto de partida do ‘libreto’ de Karikis, outros pontos se seguiram neste percurso, como perceber o que “acontece quando nos juntamos para fazer som, para fazer ouvir as nossas vozes”. Os instrumentos da orquestra vibram. Os tambores, as trompas... A dada altura, um jovem caminha e avança e diz: *Eu ainda acredito nas pessoas*, mas não o ouvimos. Depois, avançam dois e dizem a mesma frase, mas continuamos sem os ouvir. “Quando são oito pessoas, já ouvimos um pouco. Depois são 20, depois 30 e, no final, temos 52 pessoas!” E aí, essa poderosa mensagem –

Eu ainda acredito nas pessoas – torna-se perfeitamente audível. Diz Karikis, com entusiasmo, é assim que a instalação termina. Como se estivesse a ver tudo desfilar de novo diante dos seus olhos.

Ainda não entrámos na sala. O público afluí. Entra, permanece, sai. Muitos comentam o que viram. Sentiram. Karikis retoma. “Isto tem a ver com solidariedade e o poder que adquirimos enquanto coletivo. E quando nos concentramos num objetivo comum, tornamo-nos audíveis”. No final da instalação, o que acontece? “O muro cai”. Ou seja, “o potencial da solidariedade para fazer ouvir as nossas vozes tem o poder de derrubar barreiras e quebrar fronteiras e de nos ligar ao que está para além de nós. Abre novas possibilidades. E esse é o cerne do projeto”, sublinha o artista.

Praticar a cidadania e ‘banalizar’ o bem

É um exercício que Mikhail Karikis leva muito a sério. “Praticar a cidadania através da minha arte sempre foi uma das minhas principais preocupações”. Nasceu na Grécia, país que, tal como Portugal, esteve sob uma ditadura.



Faço arte com pessoas, para pessoas. A minha responsabilidade ética como artista é servir o público e não fazer arte para mim próprio



Mikhail já viveu em liberdade, mas, conta ao JE, cresceu com ídolos que o marcaram. Foram eles, “artistas, cantores, atores, compositores, as figuras de proa da revolução [grega], foram eles que lideraram o projeto democrático através da arte”. E acrescenta: “Acho que, de alguma forma, intuitivamente, aprendi muito com o poder de repetir uma mensagem. O poder do refrão na música pop ou nas canções de intervenção é a repetição, que o torna acessível a toda a gente”.

Já saímos da sala. Há muita gente jovem. De olhar atento, uns, com uma expressão emocionada, outros. A conversa prossegue. “Faço arte com pessoas, para pessoas. Penso que a minha responsabilidade ética como artista é servir o público e não fazer arte para mim próprio”. E não se limita a criticar, a aumentar “o grau de toxicidade do que estamos a receber”, realça Mikhail Karikis.

“No atual momento político, dominado pelo discurso do ódio, precisamos de nos lembrar porque é que estamos juntos. Sempre estivemos juntos, aliás. É assim que sobrevivemos. Não podemos

sobreviver sozinhos”, diz Karikis para logo recordar uma frase escolhida por um dos jovens do projeto. “É muito poderosa”, exclama. *Estamos juntos porque... juntos somos casa*. E prossegue. “Penso neste projeto como um repositório de sentimentos, ideias, soluções”. Isso não quer dizer, esclarece, que “quando saímos da exposição que tenhamos todas [as soluções], mas vamos lembrar-nos de algo que nos marcou”. A mensagem, simples mas complexa, é um incentivo a banalizarmos o bem, a propor outro mundo. “Este é o mundo que cultivámos durante o projeto”, afirma o artista. “Nós fizemos acontecer este mundo e, agora, todos temos uma responsabilidade, que é tirá-lo deste espaço laboratorial, que é a galeria, levá-lo para fora e pô-lo em prática”.

Fica o repto para banalizarmos o bem, por oposição à expressão cunhada por Hannah Arendt. Quiçá estamos juntos porque juntos deixamos entrar humanidade.

“Estamos juntos porque” | até 22 setembro | CAM Gulbenkian | entrada gratuita

O ‘gadget’ que fez história e mudou a história da música

Walkman ■ Com o verão ao virar da esquina apetece ler temas frescos, mas com estilo. Escolhemos o Spotify dos anos 80 para começar em beleza.

Ana Pina
apina@medianove.com

Quem cresceu na era do *streaming* não faz ideia de como tudo começou. E aqui, “tudo” remete para esse prazer altamente individualista mas fantástico que é poder ouvir a ‘nossa’ música. Aquela de que realmente gostamos sem ter de ranger os dentes e insultar (mentalmente ou de viva voz) o radialista. Essa expressão que praticamente já só se ouve no meio. Ou seja, entre o pessoal da rádio. Mas tergiversamos quando deveríamos estar a apresentar o avô do MP3, esse *gadget* caído em desuso, mas que aterrou com estrondo no planeta Terra nesse longínquo 1 de julho de 1979, data em que a Sony apresentou o primeiro leitor de cassetes portátil de sempre, o Walkman.

Uma caixa metalizada, com acabamento azul e prateado, o Walkman TPS-L2, foi o primeiro sistema stereo portátil. E foi com esta ‘caixinha’ que começou a desenhar-se o futuro da indústria musical. Onde? No Japão. Mas rapidamente se expandiu mundo fora. Em junho de 1980, chegou ao mercado norte-americano sob a designação *Soundabout*, aterrando nesse mesmo ano no Reino Unido como *Stowaway* e na Suécia, onde ficou conhecido como *Freestyle*. Estranho? Sim, mas por pouco tempo. Adotado no mundo inteiro, vingou como Walkman, a expressão usada oficiosamente, mas sabiamente, pelos engenheiros da Sony.

Levar música no “bolso” (coisa que já ninguém diz) passou a ser super *cool*. Ouvir música onde bem apetecesse também. E “áudio-namorar” tornou-se uma cena sexy, porque o TPS-L2 tinha duas entradas; bastava arranjar um par de *headphones* e a magia acontecia. Para os mais extrovertidos, cantar a dois as músicas preferidas passou a ser o novo mantra (fora dos concertos, entendase). Tudo isto somado à qua-



O mundo não voltou a ser o mesmo depois do TPS-L2 da Sony

lidade do som e à portabilidade do Walkman fizeram o resto. Na rua, nos transportes públicos, em viagem, no ginásio ou na atividade outdoor da moda à época – o jogging –, foi esta liberdade que mudou radicalmente a forma como as pessoas se relacionavam com a música.

Regresso ao futuro

A partir da segunda metade dos anos 90, os Walkman de cassetes perderam fôlego para os leitores de CD, DAT ou MiniDisc (*what?!).* Ainda assim só morreram mesmo a partir do novo milénio, com a emancipação dos ficheiros digitais. Mas, no auge

da sua popularidade, a Sony vendeu milhões de unidades por todo o mundo e o Walkman tornou-se num símbolo de individualidade e estilo, especialmente entre os mais jovens.

A entrada no novo milénio etrouxe novas tecnologias digitais, como os leitores de MP3, e o Walkman começou a ficar para trás nas escolhas dos consumidores. A Sony ainda tentou adaptar-se às novas tendências lançando o Walkman digital, mas concorrentes como o iPod da Apple e outros leitores de MP3 acabaram por dominar o mercado. Não sem antes haver um desfile de variações dos muitos modelos lançados pela Sony ao longo dos anos – cerca de 300, pasme-se – com melhorias como redução de ruído, reprodução de áudio digital e até Bluetooth em alguns dos modelos mais recentes.

Faria 46 anos a 1 de julho de 2025, mas a morte deste ícone cultural foi anunciada em 2010, quando a Sony descontinuou esta ‘revolução portátil’, marco no design e na experiência de ouvir música. Saudosismos à parte (que não há), certo é que o legado do Walkman não desapareceu. Continua bem vivo na forma como hoje ouvimos música.

A 1 de julho de 1979, surgiu um aparelho que iria revolucionar a forma como ouvimos música, o Walkman, da Sony. Foi ultrapassado mas deixou uma marca indelével



O Convento dos Capuchos acolhe o Operafest pela primeira vez este ano

Da ópera se faz festa em Lisboa e Oeiras

Música ■ Amor, paixão, drama, tragédia, todos os sentimentos à flor da pele e no fio da voz. É ópera, senhores, de Purcell a Mozart, sem esquecer Verdi.

Ana Pina

apina@medianove.com

Sim, sabemos bem que estamos em junho e que a 6ª edição do Operafest Lisboa & Oeiras decorre de 7 de agosto a 16 de setembro. Daqui a uma 'eternidade', portanto. Mas não é bem assim. De ano para ano, o festival tem vindo a crescer e, 2025, marca a sua expansão geográfica, assim como estreia novos palcos. Caso do Convento da Cartuxa, em Caxias, que acolhe ópera pela primeira vez.

O festival liderado pela soprano Catarina Molder, e produzido pela Ópera do Castelo, tem sempre um mote... que faz acontecer. Este ano, são convocados os Amores Proibidos, pelo que não poderia faltar, logo na abertura, uma das obras mais emblemáticas do repertório operático: "La Traviata" de Giuseppe Verdi, inspirada em "A Dama das Camélias" de Alexandre Dumas. Com encenação de David Pereira Bastos, direção musical de Osvlado Ferreira e interpretação da soprano croata Darija Auguštan, a produção conta com a Orquestra Filarmonica Portuguesa como coprodutora.

A 8 de agosto, a ópera cruza-se com a pop numa Rave Operá-

tica que tem o Convento da Cartuxa como palco. Um mix que promete revisitações de "La Traviata" e "A Flauta Mágica", com a participação de cantores líricos, a que se juntam Tó Trips & Fake Latinos, Bateu Matou e DJ Marfox para "uma noite do outro mundo".

Um festival também se faz de estreias e, nesta 6ª edição, a estreia será a ópera barroca, que se anuncia com o estrondo de um grande clássico. "Dido e Eneias", de Henry Purcell, subirá ao palco da Aula Magna. A tragédia da rainha de Cartago e do herói troiano é interpretada pelos Músicos do Tejo, com encenação do coreógrafo Rui Horta.

Entre os inéditos, destaque para a estreia nacional de "Julie" (2005), do belga Philippe Boesmans, baseada em "Menina Júlia" de August Strindberg. Em cena na Culturgest,

À 6ª edição, a ópera barroca faz a sua grande estreia no Operafest, com um clássico portentoso: "Dido e Eneias", de Purcell

a ópera reflete sobre relações de poder, género e classe, com a mezzo-soprano francesa Julia Deit-Ferrand no papel principal e encenação da alemã Daniela Kerck. A direção musical é de Bruno Borralhinho, com o ensemble Beyra, numa coprodução com a Artway.

O ciclo Cine-ópera regressa à Cinemateca Portuguesa com uma seleção de filmes que dialogam com o tema central do festival, assim como a formação. Aos interessados, fica a dica: a Maratona Ópera XXI está de volta, bem como workshops dedicados a artistas cénicos, incluindo oficinas de Técnica Alexander, com Eleni Vosniadou. Haverá ainda conferências temáticas: uma sobre ópera e literatura, com Paulo Ferreira de Castro, e outra sobre os amores proibidos na ópera, com Rui Vieira Nery – ambas com entrada livre, no auditório do El Corte Inglés.

E para encerrar em beleza o Operafest, a 12 e 13 de setembro, no Centro Cultural Olga Cadaval, teremos "A Flauta Mágica" de Mozart, numa versão portuguesa de Alexandre Delgado, com produção e encenação de Mónica Garnel e um elenco nacional.

Os bilhetes para a 6ª edição já estão à venda | Programa completo em operafestlisboa.com/pt

A hora do lobo

Teerão, Telavive e o mundo sem linhas vermelhas



Safaa Dib
Editora

O governo israelita continua a sua ofensiva militar, ao levar a guerra a todos os regimes do Médio Oriente que ameaçam a sua existência. Já tinha o Irão na sua mira há muito tempo e as ameaças passaram à concretização. A administração altamente instável de Donald Trump alinhou em abrir mais uma frente de guerra no Médio Oriente. Neste momento, Teerão e Telavive são cidades sob ataque e esta nova escalada empurra a região para um caos cada vez maior.

O Irão tem sido uma nação isolada há décadas, desde que chegou ao poder o regime islâmico xiita que vigora desde 1979. Mas qual o ocidental que pode dizer que conhece realmente o Irão e a cultura iraniana, uma sociedade que tem permanecido arredada dos nossos olhares? Nos últimos anos, assistimos aos imensos protestos de jovens iranianos que saíram às ruas em oposição ao regime sanguinário de Teerão. Foram brutalmente reprimidos pela Guarda Revolucionária Iraniana e todas as vozes dissidentes têm sido presas e silenciadas.

Nem sempre foi assim. Muitos julgam que o Irão é um país falante de língua árabe, quando, na verdade, a cultura persa constitui uma das civilizações mais antigas e influentes do mundo e que nos ofereceu algumas das maiores obras-primas na arte, filosofia, poesia e literatura. Teve um primeiro-ministro democraticamente eleito nos anos 50, Mohammad

Mossadegh, que foi derrubado num golpe de estado orquestrado por americanos e britânicos, abrindo caminho para uma consolidação do poder do Xá da Pérsia. A governação do Xá, mais liberal e alinhada com os interesses do Ocidente, levou a insatisfação profunda e uma revolta crescente, alimentada pelo fundamentalismo islâmico de Khomeini, que depôs o Xá e transformou o Irão numa república islâmica.

Por maior ameaça que constitua o regime iraniano, não nos deixemos enganar. Esta é outra guerra provocada por Netanyahu e que lhe permite escapar, mais uma vez, ao escrutínio e ao julgamento. Continua, contra tudo e todos, a apostar as fichas na sua sobrevivência, demonizando os seus inimigos, com o pretexto de uso de armas nucleares (a lembrar o pretexto usado para a invasão do Iraque), e não hesitando em cometer crimes da pior espécie.

Não há um fim à vista a este rasto de destruição? A comunidade internacional continua a fracassar, ao ser incapaz de estabelecer linhas vermelhas. E num mundo sem linhas vermelhas, com quem podemos contar para zelar pela justiça e o cumprimento das normas do Direito Internacional?

Por maior ameaça que constitua o regime iraniano, não nos deixemos enganar. Esta é outra guerra provocada por Netanyahu e que lhe permite escapar, mais uma vez, ao escrutínio e ao julgamento

Celebrar a vida, a arte e a amizade

Exposição ■ O eixo Alcântara-Belém, em Lisboa, tem um novo ponto de encontro para a arte contemporânea. Julião Sarmiento é o anfitrião deste porto de abrigo que cruza partilha e amizade, num espaço que o artista idealizou há mais de uma década.

Ana Pina

apina@medianove.com

O grande mistério para Julião Sarmiento sempre foi o corpo feminino. Nunca precisou de o verbalizar. Por razões várias, sendo a mais importante a sua parca tolerância às banalidades. Além desse mistério que plasmou em muitas das suas telas, o branco e preto em traços suaves é outra das suas idiossincrasias da obra de um inconformista que não se dava ao trabalho de a explicar. Mas foi condescendendo aqui e ali, e deixando algumas pistas, como numa entrevista que deu à revista “Espiral do Tempo”, em 2012.

“Salvo no início, em que andava um bocado à procura daquilo que queria fazer, sempre tive uma paleta de cores muito reduzida. Nunca fui um Fauve, nunca utilizei todas as cores do universo, tipo Matisse, uns azuis extraordinários, uns amarelos brilhantes, uns cor de laranja deliciosos. Sempre fui um artista muito mais sombrio, mais recatado na utilização da cor. Até ao ponto em que, em 1989, 1990, comecei a pensar: ‘será que preciso de usar cores?’.”

O que podemos esperar como resposta à sua própria pergunta? A acutilância de sempre. “Comecei a interrogar-me porque é que eu usava cores e comecei a achar que, em determinadas circunstâncias, a cor não ser-

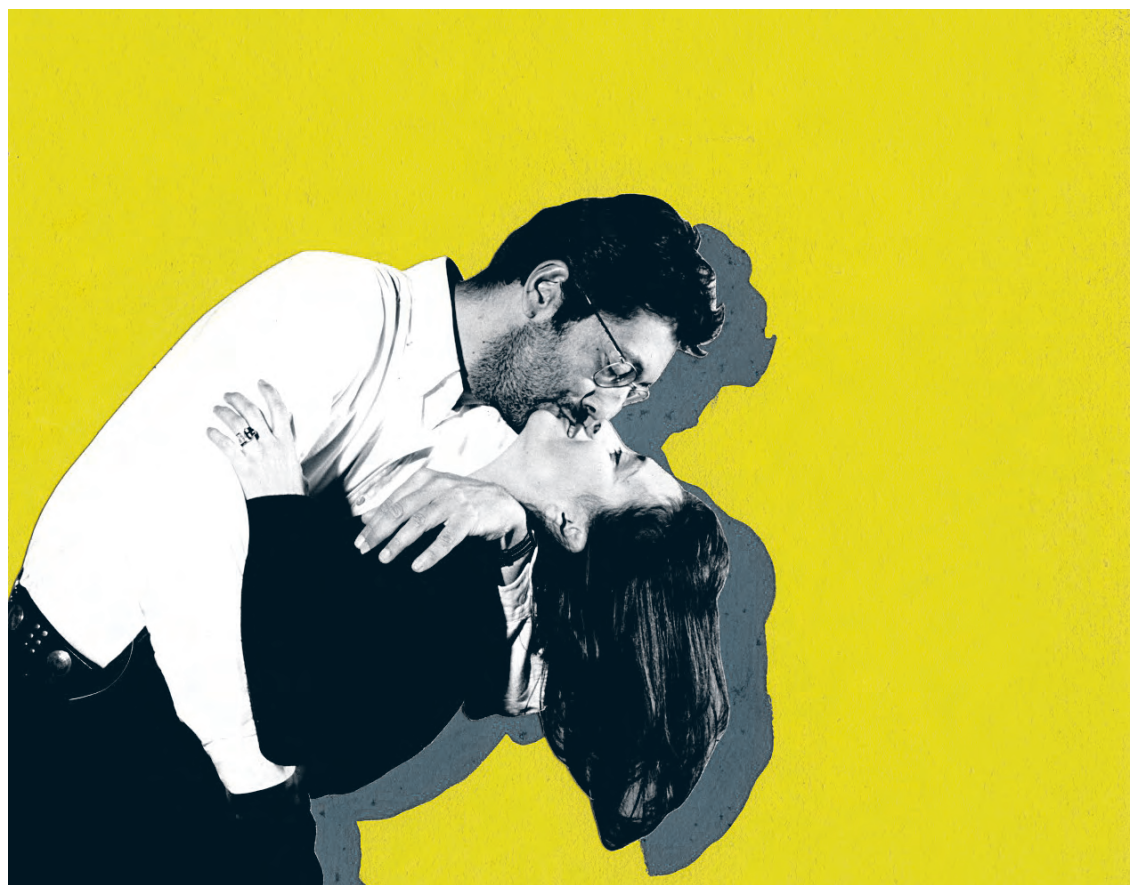
via para nada, era uma espécie de fetiche kitsch.”

Julião Sarmiento deixa saudades. Que agora poderemos ‘matar’ no espaço por si idealizado e que, após diversos atrasos, abriu portas a 5 de junho, no nº 172 da Avenida da Índia, em Lisboa. O novo espaço museológico dedicado à arte contemporânea no eixo Alcântara-Belém, ocupa um antigo armazém reabilitado pela mão de Carrilho da Graça. Do acervo composto por cerca de 1500 obras, doadas pelo artista à Câmara Municipal de Lisboa, emana uma centena que aqui se mostram em três zonas, subordinadas a três temas fundamentais para o artista.

Arte e vida, na Galeria 2, *arquitetura e noção de casa*, na Galeria 0, *partilha, experimentação e inovação* na Galeria -1. Enquanto as obras da Galeria 2 e da Galeria -1 serão mudadas a cada quatro meses, as da Galeria 0 estarão expostas durante um ano. E tal como na rodagem de um filme o início fica indelevelmente marcado pelo primeiro ‘take’, também aquela que é a primeira exposição deste muito aguardado Pavilhão Julião Sarmiento, dirigido pela curadora Isabel Carlos, transporta no seu nome esse momento fundacional: *TAKE 1*.

Da arquitetura à pintura, sempre sem fronteiras

Antes de mergulharmos fundo no espaço que agora serve de porto de abrigo ao seu acervo, recordamos o percurso do artis-



Julião e Isabel Sarmiento numa fotografia de Abílio Leitão intervencionada por Fernanda Fragateiro



Uma obra de 1990: “Dias de Escuro e de Luz II, Jarro”

ta nascido a 4 de novembro de 1948, em Lisboa. Julião Sarmiento frequentou o curso de arquitetura na Escola Superior de Belas Artes entre 1967 e 1974, e resistiu ao canto da sereia dessa arte mudando-se (sem armas, mas com toda a bagagem) para a pin-

Julião Sarmiento idealizou o espaço, Carrilho da Graça fez acontecer e agora temos, por fim, “Take 1”, a muito aguardada exposição inaugural

tura. Debutou para a vida artística na década de 1970, tendo sido fortemente marcado por influências culturais anglo-saxónicas, contrariando a ainda habitual ‘contaminação’ da dita cidade das luzes, vulgo Paris. Quiçá esta tenha sido a primeira rutura que iria protagonizar na sua sede de mundo.

Para além das diversas fases por que passou, e das diferentes técnicas utilizadas – pintura, desenho, fotografia, vídeo, cinema, escultura – uma constante se identifica: o desejo. Que depurou através do corpo feminino, sem contemplanções nem modismos. Trabalhou com galerias de renome em Lisboa, Porto, Londres, Berna, Madrid, Barcelona, Munique, Torino, Bruxelas, Nova Iorque, Beverly Hills, São Paulo

ou Nagoya, construindo uma sólida carreira internacional. Ignorou fronteiras e gizou um estilo muito próprio. Morreu a 4 de maio, aos 72 anos. Deixou uma obra marcante e...

Um sonho com mais de uma década

A mente irrequieta de Julião Sarmiento sonhou este pavilhão há mais de dez anos. Para acolher o seu acervo, que integra obras de pessoas com quem se cruzou e se tornaram amigas, cúmplices. Razão maior para que muitos desenhos, pinturas, fotografias e colagens falem de amor e gratidão, de encontro e partilha. Razão para se celebrar a amizade. Com Fernando Calhau, que desenhava o artista e amigo como um juLEÃO. Com Joseph Kosuth, que retratou o artista, usando batom e caneta sobre um guardanapo de papel. Com Abílio Leitão, que fotografou Julião com a mulher Isabel a dançar, ou Fernanda Fragateiro, que intervencionou essa mesma fotografia, intitulando a obra “Amar”. Mas também Lawrence Weiner, Cristina Iglesias ou Marina Abramovic e muitos mais. Agora, sim, mergulhemos neste Pavilhão intimista, porto de abrigo de muitas histórias.

Pavilhão Julião Sarmiento | Av. Índia, 172
| 3ª a dom. 11h-19h | egeac.pt

Conheça os nossos Podcasts



A Arte da Guerra

O mundo como nunca o ouviu. O embaixador Francisco Seixas da Costa guia os ouvintes pelas latitudes mais problemáticas.



5 Minutos

Um convidado, um tema, cinco minutos diretos ao assunto. Todos os dias úteis no JE, no site e em podcast, e, também, na TSF.



Jogo Económico

Os números que contam, dentro e fora das quatro linhas. Todas as semanas, a economia do desporto está em destaque.

Decisor da semana

Nicolas Namias, CEO do BPCE: “O que me inspira é a combinação do poder do sonho com a execução”



Maria Teixeira Alves

mtalves@medianove.com

O Grupo Banque Populaire - Caisse d'Épargne (BPCE) anunciou na semana passada um acordo para a compra do Novobanco, uma operação que deverá ficar fechada até junho de 2026. O grupo cooperativo bancário francês é liderado por Nicolas Namias desde 3 de dezembro de 2022 que antes foi o CEO do banco de investimento do grupo, o Natixis.

O CEO do BPCE é o entrevistado desta semana da rubrica “Decisor” e em declarações ao Jornal Económico explica a escolha de um banco em Portugal. “O plano estratégico, divulgado há um ano, previa o nosso crescimento em três círculos: França, Europa e o resto do mundo. Claramente, a aquisição do Novobanco irá reforçar a nossa presença na Europa e está perfeitamente alinhada com a nossa ambição de crescer simultaneamente nestas três áreas geográficas”.

O banqueiro francês, que protagoniza aquela que é a maior aquisição transfronteiriça da zona euro nos últimos 10 anos na banca, explica que “a mudança fundamental para nós é a expansão para a banca de retalho na Europa, particularmente através da aquisição de uma significativa quota de mercado através do Novobanco, que

nos posiciona como o quarto maior player em Portugal”. Esta iniciativa “reflete também o nosso desejo de ter uma presença real no financiamento da economia, onde quer que operemos. A dimensão e a solidez do Novobanco, que é o quarto maior banco comercial português, com uma quota de mercado de 9% em clientes particulares e de 14% em clientes empresariais, estão em linha com esta ambição”, diz.

“Este movimento estratégico visa estabelecer rapidamente uma posição competitiva sólida numa importante economia da zona euro” e “dada a nossa dimensão, pretendemos investir a níveis suficientemente substanciais para ter impacto no nosso mix de negócios”, diz Nicolas Namias.

O CEO do BPCE revela ainda que “o nosso objectivo não é obter sinergias de custos, uma vez que não possuímos outra rede bancária de retalho em Portugal. Em vez disso, procuramos obter sinergias de recei-

tas, alavancando a vasta experiência do BPCE em benefício dos clientes do Novobanco”.

Nicolas Namias já tinha dito que tenciona manter a atual Comissão Executiva do Novobanco. Mas não descarta nomear representantes para o Conselho de Administração não executivo do Novobanco. “Mark Bourke, o CEO, e a administração executiva têm feito um excelente trabalho nos últimos anos. Contamos com o empenho desta grande equipa, bem como com o empenho de todos os colaboradores do Novobanco, que compreenderão o interesse de ter um acionista de longo prazo dedicado ao crescimento do banco. É claro que trabalharemos, tanto na administração como na supervisão, para garantir o nível adequado de controlo, integração e alinhamento com o BPCE”, diz o CEO.

“Pessoalmente, tenciono passar algum tempo em Portugal para supervisionar o projeto e aprofundar o meu conhecimento da dinâmica do mercado,

embora não tenha definido um calendário específico para as minhas visitas”, revela.

Questionado sobre o que é que inspira, respondeu que “tem a convicção que é importante combinar duas abordagens nos negócios, o ser ousado o suficiente para “sonhar alto”, porque os sonhos são poderosos, e ser preciso na execução, porque o verdadeiro poder reside na arte da execução. Em suma, defendo a combinação dos poderes do sonho e da execução, que inspirou o nosso plano estratégico Visão 2030 [onde a compra do Novobanco se insere]”.

Sobre as diferenças entre os mercados bancários portugueses e francês, diz que “a economia francesa é financiada a uma taxa fixa, enquanto a proporção de taxas variáveis é maior em Portugal”. O CEO do BPCE explica ainda que “o nosso modelo cooperativo proporciona-nos um acesso suficiente a capital, reduzindo a necessidade de depender do mercado bolsista para sustentar o nosso crescimento”. Por fim revela que “com esta operação, os clientes do Novobanco beneficiarão da expertise, dos serviços e das inovações que o BPCE oferece aos clientes dos Banques Populaires e Caisses d'Épargne” e acrescenta que “os clientes particulares poderão aceder a uma vasta gama de soluções e, no financiamento empresarial, o Groupe BPCE, o principal parceiro francês para pequenas e médias empresas, utilizará a sua expertise para fornecer aos clientes do Novobanco um apoio melhorado para o seu crescimento”.



Editorial

A reforma dos temporários



Ricardo Santos Ferreira

Subdiretor

Se há uma reforma que é difícil concretizar é a fiscal ou, de forma mais alargada, a do quadro de receitas públicas, porque ninguém quer arriscar a que algo falhe e a manta se torne inesperadamente demasiado curta quando se está a concretizar um Orçamento do Estado. Assim, as alterações são pontuais, ainda que algumas tenham um impacto substancial, e esgotamos o tempo a discutir a justeza técnica e ideológica profunda de um ponto percentual numa taxa.

Acresce que, em Portugal, o provisório se perpetua, torna-se definitivo. É assim que a razão de ser de muitas das famosas taxas e taxinhas que o Estado cobra se tenha perdido no tempo. Ninguém sabe porque foram criadas, ainda que se perceba que se mantenham para compor orçamentos. O mesmo não se pode dizer das contribuições extraordinárias, que se sabe terem sido criadas para enfrentar uma situação de crise e que se mantêm, anos depois, com a esperança de que passem a ser encaradas como tributos ordinários porque dão jeito às contas públicas.

As empresas afetadas, e bem, não têm desistido de contestar estas decisões arbitrárias. Uma delas, o imposto adicional de solidariedade sobre o setor bancário, foi declarado inconstitucional por violar o princípio da igualdade tributária. Foi criado em 2020, para financiar a Segurança Social a braços com as despesas da pandemia, e ficou até agora. No Orçamento do Estado deste ano, o Governo prevê uma receita de 40,8 milhões de euros daqui, mas poderá, antes, ser obrigado a devolver os 180 milhões cobrados até agora.

Que a situação seja encarada como um alerta, um despertador para a necessidade de se reverem os temporários definitivos que impendem sobre determinados setores, impostos numa lógica de esperteza e de conveniência com o que está mais à mão. É mais racional do que discutir um ponto percentual de IRC.